

SUPERCHOQUE NA EDUCAÇÃO
POLÍTICAS PÚBLICAS
MELHORAM INDICADORES

Valor

ECONÔMICO

PRODUÇÃO VERTICALIZADA
AGROINDÚSTRIA ESPERA
APORTES DE R\$ 5,36 BILHÕES

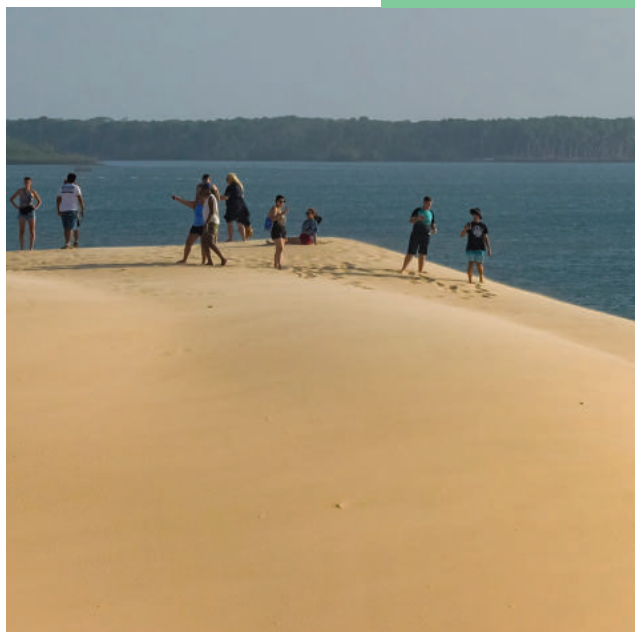
O U T U B R O 2 0 2 5

ESTADOS



PIAUÍ

WWW.VALOR.COM.BR



FRENTES MÚLTIPLAS

INVESTIMENTOS BUSCAM CONJUGAR GANHOS SOCIAIS E ECONÔMICOS

Piauí. Tecnologia a serviço do que mais importa: gente.



O Piauí vive uma verdadeira revolução digital.

Reconhecido como estado mais digital do Brasil, tornou-se referência em inovação e transformação tecnológica, com a maior nota do Índice ABEP-TIC de Serviços Públicos Digitais.

No centro dessa transformação, está a plataforma **GOV.PI CIDADAO**: 340 serviços que garantem acesso online às políticas públicas, de forma rápida e humana. Já o **GOV.PI Empresas**, com 269 serviços em 222 municípios, permite abrir empresas em apenas 16 minutos: menos burocracia e muito mais oportunidades.

O Piauí também é pioneiro na inclusão da inteligência artificial nas escolas, tendo criado a **SoberanIA**, primeira IA pública treinada em português. Além disso, oferece soluções que simplificam a vida e ampliam a cidadania, como solicitação de medicamentos especiais, boletins de ocorrência via WhatsApp e rastreamento de celulares roubados, que são recuperados e devolvidos a seus donos.

Isso é resultado de uma política pública que faz da tecnologia um eixo estratégico de governo, com soluções desenvolvidas por piauienses e que colocam, no centro da inovação, o que existe de mais importante: as pessoas.

O Piauí mostra ao Brasil que tecnologia e inclusão caminham juntas. Aqui, o futuro digital já começou.

ETiPI
EMPRESA DE TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO DO PIAUÍ

**GOVERNO DO
PIAUÍ**
AQUI TEM TRABALHO.
AQUI TEM FUTURO.



/CARTA AO LEITOR/

CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL



Piauí vem buscando se reinventar por meio da participação ativa do Estado na economia e na área social. Está em curso um superchoque, como o governo costuma definir as políticas implantadas para fazer a economia crescer e, ao mesmo tempo, reduzir as desigualdades que ainda mantêm o Estado em posições desconfortáveis nos rankings de evolução social. Megaprojetos de energia limpa, agropecuária e agroindústria, infraestrutura e logística têm atraído investidores nacionais e internacionais, que, além de aportes bilionários, prometem milhares de empregos. No campo social, o governo capacita estudantes nas escolas de tempo integral e investe em digitalização. Desafios de grande dimensão, porém, ainda precisam ser enfrentados. Melhorar o acesso da população à água e esgoto é um deles. Encurtar distâncias para escoar a produção agrícola e mineral é outro. E, ainda, conciliar o crescimento com a preservação ambiental. Nas próximas páginas, reportagens abordam esses e outros temas relevantes para o desenvolvimento do Estado. Boa leitura!

GRUPO GLOBO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

João Roberto Marinho

VICE-PRESIDENTES

José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO

é uma publicação da Editora Globo S.A.

DIRETOR-GERAL
Frederic Zoghaib Kachar

DIRETORA DE REDAÇÃO
Maria Fernanda Delmas

Princípios editoriais do Grupo Globo:
<http://glo.bo/pri-edit>

Editor-executivo de Opinião

José Roberto Campos

Editores-executivos

Catherine Vieira, Fernando Torres,
Robinson Borges, Sergio Lamucci, Zínia Baeta

Sucursal de Brasília

Fernando Exman

Sucursal do Rio de Janeiro

Francisco Góes

Valor PRO/ Diretor de Negócios Digitais

Filipe Silva Ferreira

Diretor Nacional de Negócios

Samuel Sabbag

Diretor de Jornada do Consumidor e Desenvolvimento Comercial

Tiago Afonso

Diretoria de Negócios Regionais

João Meyer

Gerente de Negócios Regionais

Diana Maes

Publicidade

Ana Carolina Nunes de Lima

Projetos Especiais

Leonardo André

Roberta Ferraz

Coordenadora Comercial

Andréia Luiz dos Santos

Valor ESTADOS
PIAUI

Editora

Celia Roseblum

Editoras-assistentes

Luciana Del Caro

Marlene Jaggi

Colaboradores

André Tomazela, Ana Luiza Mahlmeister,
Áurea Lopes, Claudia Pentead, Carmen
Nery, Carin Petti, Domingos Zapparoli,
Fatima Fonseca, Genilson Cezar, Guilherme
Meirelles, Katia Simões, Lauro Veiga Filho,
Maria Ligia Pagenotto, Roberto Rockmann,
Roseli Loturno, Vladimir Goitia

Revisão

Mauro de Barros

Pesquisa e revisão técnica

Valor Data

Gerente

William Volpato

Coordenador: Robinson Moraes

Pesquisadores: Jayni Gomes de Oliveira e

Vinicius Bonno Dishtchekenian

Arte

Editora de Arte/Multiplataformas:

Luciana Alencar

Coordenação de Arte: Eli Sumida

Designers: Thomas Camargo Coutinho,

Vivianne Vilas Boas Peixoto

Projeto Gráfico: Rodrigo Buldrini

Capa: Fernando Martinho / Valor



**Terra de
Oportunidades
que cresce
sem parar.
E o nosso orgulho
cresce junto.**

Conheça novas
possibilidades.



@Banco do Nordeste



Para cada **brasileiro**,
**o NORDESTE
inteiro.**

Há 73 anos, o Banco do Nordeste transforma
a região no campo e na cidade, investindo em
inovação, infraestrutura e sustentabilidade, para
que o Nordeste mostre suas forças cada vez mais.



Banco do
Nordeste

GOVERNO DO



DO LADO DO POVO BRASILEIRO



48 Irrigação ajudou a elevar produção de grãos de 1,6 milhão para 6,26 milhões de toneladas



54 Da Serra da Capivara à Barra Grande e Delta do Parnaíba, o Piauí atrai cada vez mais visitantes



58 Iniciativas em diferentes modais de transporte abrem novas perspectivas para a logística estadual

6

SUM

Conjuntura

10 Estratégias para crescer

Entrevista

16 Inclusão e inovação na agenda

Transformações sociais

18 Novo cenário em Guaribas

Balança comercial

20 De soja a castanha e mel

ZPE

23 Celeiro de grandes projetos

Incentivos fiscais

26 Isenções na berlinda

Indústria

36 Desempenho consistente

Mineração

38 Fronteira de desenvolvimento

42 Opala, tesouro de valor mundial

Agroindústria

44 Foco na verticalização

Agropecuária

48 Avanço constante no Cerrado

Comércio

52 Força local em expansão

Turismo

54 Natureza e história de mãos dadas

57 Muito além dos passeios

Transportes

58 Temporada de obras

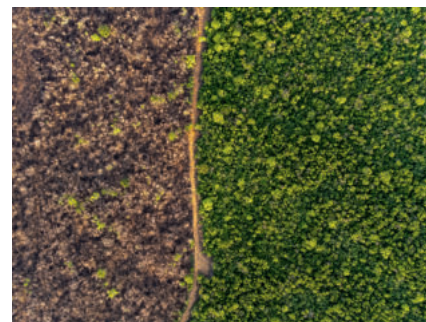
62 Ponto de partida para exportações



68 Com 12 horas diárias de luz solar, Estado é sede de grandes projetos de energia renovável



84 Na educação, foco é alfabetização, escola em tempo integral e ensino médio integrado ao profissional



92 Estado estrutura políticas ambientais, mas sofre com os efeitos das queimadas e dos desmatamentos

ÁRIO

7

Logística

63 Uma boa geografia

Mobilidade urbana

66 Nos planos, melhor locomoção

Energia

68 A matriz mais limpa

Tecnologia

72 Aliadas dos serviços

Telecomunicações

75 Virada de jogo

Inovação

77 Parceria transforma o ecossistema

Saneamento

80 Construindo uma nova realidade

Educação

84 Projetos transformadores

Saúde

87 Digitalização reduz espera

Segurança pública

90 Tecnologia contra o crime

Sustentabilidade

92 A luta entre a água e o fogo

Mudanças climáticas

94 Como conter a alta da temperatura

Desertificação

96 Esforços para regenerar a terra

Ponto final

98 Produção dobrada



Licenciamento ambiental: a engrenagem verde do novo ciclo de desenvolvimento do Piauí

O Piauí vive um momento singular. A combinação de recursos naturais abundantes, posição estratégica e apetite por infraestrutura coloca o Estado no centro de investimentos em agro, biomassa, hidrogênio e metanol, além de data centers e conectividade. Nesse contexto, a HL Soluções Ambientais emerge como vetor de viabilidade: é o licenciamento robusto, a gestão de riscos e os estudos técnicos que transformam potencial em projetos financeiros, social e ambientalmente sólidos — e alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Com uma década de atuação nacional e mais de 6 mil soluções entregues, a consultoria liderada por Laiz Hérída vem encurtando prazos, diminuindo incertezas e aumentando a previsibilidade de empreendimentos estratégicos no Piauí e no Brasil.

Piauí, um corredor de oportunidades
Radiação solar entre as melhores do mundo, ventos estáveis, base agro em expansão, conexão logística crescente e uma agenda de digitalização acelerada. Esse é o tabuleiro que permite ao Piauí combinar energia limpa, produção agroindustrial, biocombustíveis de nova geração e infraestrutura de dados. A HL atua exatamente na interseção onde o investimento encontra a licença ambiental, evitando retrabalhos, judicializações e custos não previstos. A estratégia da empresa se ancora em três pilares operacionais: Diagnóstico e leitura regulatória antecipada (mapeamento de áreas sensíveis,

stakeholders e condicionantes). Licenciamento ambiental e estudos de viabilidade técnica, socioambiental e econômica. Gestão contínua de conformidade, monitoramento e auditorias — da concepção à operação.

Agro e biomassa: produtividade com conservação

No agro, a consultoria estrutura projetos que conciliam expansão produtiva, conservação e rastreabilidade. Os serviços incluem avaliação de impactos, planos de manejo, outorgas e compliance fundiário-ambiental, além do desenho de medidas de mitigação e compensação. Em biomassa, a HL modela cadeias a partir de resíduos agroindustriais e biomassa florestal, viabilizando rotas para bioenergia (biogás/biometano) e bio-óleos, com licenciamento de caldeiras e geração distribuída. O resultado é dupla captura de valor: redução de emissões com monetização de subprodutos e indicadores de carbono auditáveis.

Hidrogênio verde e metanol: planejamento integrado

A transição energética piauiense passa por H2V e derivados. A HL estrutura hubs com universidades e instituições, já licenciou 5,84 GW em projetos de H2V e domina os elos críticos: disponibilidade hídrica (dessalinização ou reúso), seleção e avaliação de áreas, licenciamento de plantas e armazenamento (amônia), logística e análise de impactos cumulativos.

Para metanol verde, a empresa conecta hidrogênio a CO2 biogênico proveniente de biomassa/biogás, garantindo adicionalidade renovável e integridade de carbono, pilares essenciais para bancabilidade e acesso a mercados internacionais.

Data centers e conectividade: infraestrutura crítica, licenciamento decisivo

Data centers exigem energia estável e limpa, eficiência hídrica e térmica, e rotas de conectividade (backbones, fibras, direitos de passagem). A HL integra licenciamento de sites, linhas e redes de telecom, avaliação de uso da água, planos de gestão de resíduos e calor excedente, além da aderência a metas ESG, green PPAs e inventários de emissões. Em conectividade, estudos corretos reduzem atrasos de CAPEX e tempo de entrada em operação — vantagem competitiva em mercados digitais.

Governança e ESG: credenciais que encurtam distância com o capital

A HL é a primeira consultoria ambiental do Brasil, com foco em licenciamento e estudos, a obter a certificação B Corp. É signatária do Pacto Global da ONU, com alinhamento explícito aos ODS, reconhecida por inventário completo de GEE e detentora do Selo Verde; avança no processo de ISO 9001, 14001 e 45001. Na prática, isso se traduz em metodologias replicáveis, auditorias internas e métricas de desempenho que elevam a governança, aumentam a transparência e reduzem o custo de capital percebido.



Entregas e presença no Piauí e no Brasil

A HL já contribuiu para mais de 20 GW em projetos solares e eólicos, avaliou mais de 50 complexos e participou do desenvolvimento do maior complexo fotovoltaico da América Latina. No Piauí, destaca-se a atuação em saneamento com Águas de Teresina e Águas do Piauí (estudos, relatórios e monitoramento arqueológico), infraestrutura portuária com o Terminal de Uso Privado (TUP) de Luís Correia, e cadeias de H2V e amônia, além de dessalinização e reúso — essenciais para a industrialização verde.

No portfólio, figuram nomes como Uruquê Energias Renováveis, ZEG, Ibitu, Campobelo, European Energy, Qair, Enel, ENGIE, Utilitas Pecém e StoltHaven, entre outros, além de projetos de rodovias, linhas de transmissão e aterros no Nordeste.

Como a HL reduz risco e prazo

Diagnóstico robusto e leitura fina da legislação. Integração entre frentes técnica, jurídica e social desde o início. Mapeamento de áreas sensíveis, condicionantes e stakeholders. Planos de monitoramento e visitas mensais na implantação e operação. Auditorias de conformidade e melhoria contínua baseadas em normas internacionais. O resultado é previsibilidade: menos retrabalho, menos contencioso e cronogramas mais confiáveis para investidores e gestores públicos.

Desenvolvimento que permanece: pessoas no centro

Alinhada aos ODS, a HL incorpora programas socioambientais com metas, transparência e prestação de contas; análise de gênero e juventude; e atenção a povos e comunidades tradicionais (componentes indígenas e quilombolas). Qualificação local e geração de renda compõem a lógica de desenvolvimento que não deixa ninguém para trás.

Ficha técnica da HL Soluções Ambientais

Missão: soluções sustentáveis, inovadoras e centradas no ser humano para transformar meio ambiente, pessoas e mercado

Experiência: 10 anos; 6.000+ soluções; atuação em BA, CE, PI, PB, PE, AM, RN, PA, SP, GO, RJ, MG, RO, RR e MA. Certificações e pactos: B Corp; Pacto Global da ONU; inventário GEE reconhecido; Selo Verde; processo ISO 9001, 14001, 45001. Setores: renováveis (solar, eólica, H2V), hidrogênio/derivados (amônia/metanol), saneamento, infraestrutura, aterros, transmissão

Entregáveis: EIA/RIMA, RAS, EAS, EVA, EVTL, PCA, PBA, PCMA, PRAD, PGRS/PGRSS/PGRCC, Relatório de Enquadramento, Viabilidade Ambiental, RAPP, RAMA, RIST, Auditorias ISO 14001, Conformidade Legal, Investigação Ambiental Fases 1-3. Casos e clientes: Uruquê, ZEG, Ibitu, Campobelo; Enel, ENGIE; European Energy, Qair; Utilitas Pecém, StoltHaven; Águas de Teresina/Águas do Piauí; TUP Luís Correia-PI

O Piauí tem condições de se firmar como referência nacional em energia limpa, agro regenerativo e infraestrutura digital resiliente. Ao combinar rigor técnico, governança ESG e visão de cadeia de valor, a HL Soluções Ambientais se posiciona como parceira estratégica para destravar investimentos, reduzir emissões e ampliar impactos sociais positivos — o tripé que sustenta o crescimento de longo prazo.



Instagram: @hlsolucoesambientais
Site: hlsolucoesambientais.com.br
LinkedIn: HL Soluções Ambientais

“Destravar investimentos com responsabilidade socioambiental é a chave para que o Piauí lidere a nova economia verde do Nordeste.”

Laiz Hérída, sócia-diretora (CEO) da HL Soluções Ambientais





CONJUNTURA

ESTRATÉGIAS PARA CRESCER

DIRETRIZES PROMOVEM UM SUPERCHOQUE EDUCACIONAL E TECNOLÓGICO
E ABREM A ECONOMIA COM A PARTICIPAÇÃO ATIVA DO ESTADO

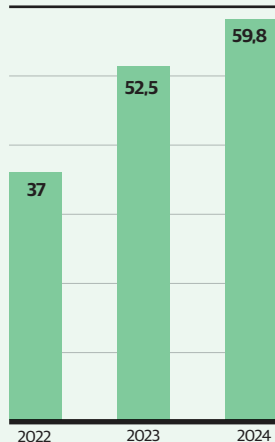
POR ÁUREA LOPES

Piauí está fortemente empenhado em superar um desafio histórico: reverter os baixos indicadores de desenvolvimento social, ao mesmo tempo que promove o avanço econômico. A equação envolve discrepâncias marcantes entre o potencial do Estado e as demandas da população. Enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) de 2022 da agropecuária conquistou o primeiro lugar em crescimento do Nordeste e o terceiro do país, com previsão de fechar neste ano com 6,7 milhões de toneladas produzidas, a renda domiciliar per capita do ano passado teve o segundo pior

EVOLUÇÃO DE INDICADORES DA EDUCAÇÃO

Alfabetização na idade certa

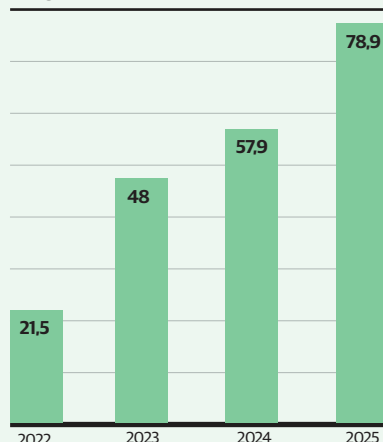
Alunos alfabetizados no 2º ano do fundamental – em %



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (Inep)

Dia todo na escola

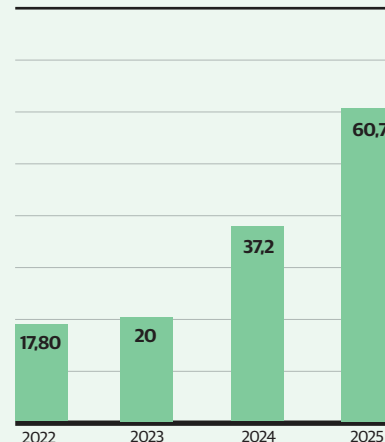
Matrículas do ensino médio em tempo integral – em %



* Cursos integrados à EPT (educação profissional e tecnológica, sem incluir matrículas das modalidades concomitante, subsequente e EJA).
Fontes: Censo Escolar e Secretaria da Educação do Piauí

Educação profissionalizante

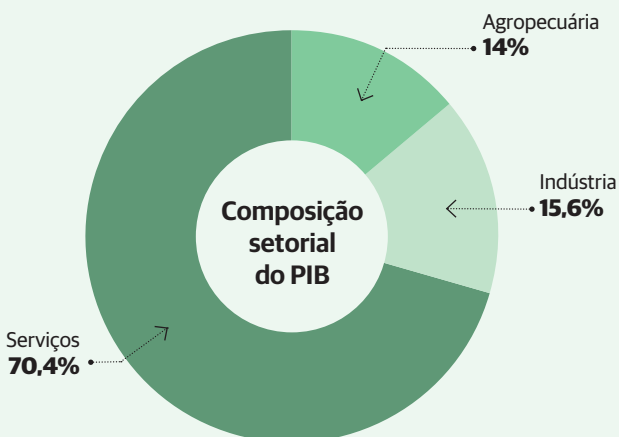
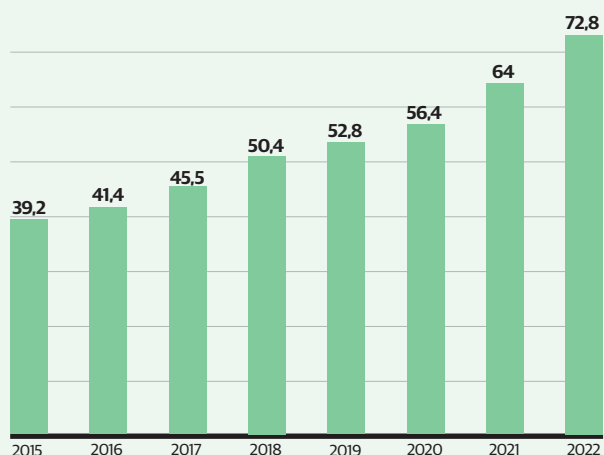
Matrículas de ensino médio integrado ao técnico – * em %



DADOS ECONÔMICOS

Crescimento do PIB

Em R\$ bilhões — valores correntes

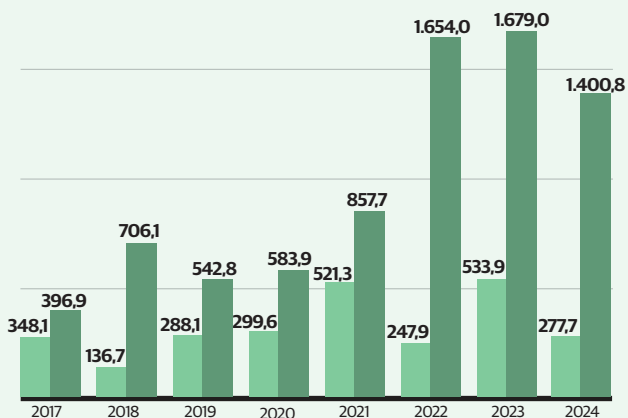


Balança comercial

Em FOB US\$ milhões

Importações

Exportações



DADOS DEMOGRÁFICOS

População

3.271.199 pessoas

Área

251.755,499 km²

Número de municípios

224

Densidade demográfica

12,99 habitantes por km²

Taxa de mortalidade infantil*

14,90

*menores de 1 ano para cada mil nascidos vivos



EVOLUÇÃO DOS INDICADORES SOCIAIS – IDH

2015	0,689
2016	0,685
2017	0,694
2018	0,699
2019	0,706
2020	0,708
2021	0,69

Emprego e rendimento (2024)

Estoque de empregos formais	561.592
Rendimento médio mensal real	R\$ 2.390,00
Renda nominal per capita	R\$ 1.350,00
Taxa de desocupação	7,50%

Fontes de todos os dados: IBGE, Novo Caged, Piauí em Dados (InvestePiauí)



DIVULGAÇÃO

Washington Luís de Sousa Bonfim | SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO

12

crescimento nacional, o que se torna ainda mais preocupante diante de problemas sociais como a falta de água tratada para 30% da população e do baixo índice de tratamento de esgoto (16%).

Porém se espera que os resultados de ações em curso no Estado mudem esse cenário. No início do seu governo, em 2023, Rafael Fonteles (PT) instituiu três diretrizes de longo prazo com o propósito de acelerar a economia e reduzir desigualdades: um superchoque educacional e tecnológico, estabilidade institucional e fiscal e abertura econômica com participação ativa do Estado. “Neste terceiro ano de mandato, mais de 90% dos 178 compromissos assumidos já foram cumpridos”, diz Washington Luís de Sousa Bonfim, secretário do Planejamento.

Estão saindo do papel metas estruturantes, como a universalização do ensino básico em tempo integral associado à formação técnica, a revitalização dos modais de infraestrutura e a captação de investimentos de empresas nacionais e internacionais.

De acordo com a Secretaria do Planejamento do Estado, o próximo PIB estadual — com dados de 2023 e ainda não divulgado — deverá ultrapassar o patamar de R\$ 72,8 bilhões alcançados em 2022, mantendo crescimento acima das médias nacional e regional.

Mas ainda há muito a ser feito, considerando-se que, apesar de ter apresentado a maior alta entre os Estados do Nordeste (6,2% em 2022, quase o dobro da média regional), o PIB per capita do Piauí é o terceiro menor do país, maior apenas do que o da Paraíba e o do Maranhão. Uma das principais estratégias para subir nesse ranking foi a criação, em 2023, da Investe Piauí, empresa de economia mista que administra a agência de fomento Investe Piauí, o Piauí Instituto de Tecnologia (PIT), a Zona de Processamento de Exportação (ZPE) e o porto Piauí. Com previsão de fechar o ano com investimentos na casa dos R\$ 300 milhões, a Investe Piauí contabiliza mais de cem empresas implantadas ou em fase de implantação desde a sua fundação.



MAIS DE 90% DOS 178 COMPROMISSOS ASSUMIDOS JÁ FORAM CUMPRIDOS

Contribuiu para estimular as atividades de interesse a oferta de participação societária do governo, que já injetou cerca de R\$ 180 milhões em sociedades com empresas privadas, como a mineradora Lion Mining, o Frigorífico Piauí, a companhia aérea Movair, a produtora de hidrogênio verde Green Energy Park e a SoberanIA, empresa de serviços de inteligência artificial. “Nenhuma das outras 17 agências de fomento estaduais faz isso. Nosso modelo foi inspirado no conceito do BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social]. O governo é minoritário na sociedade e estabelece um contrato por tempo determinado, porque a intenção não é obter receita, mas estimular a atividade e apoiar a instalação do empreendimento. Queremos impactar o PIB e também gerar empregos”, explica Victor Hugo Almeida, presidente da Investe Piauí. Para ficar mais próxima de grandes mercados, a agência também abriu escritórios em São Paulo, Boston (Estados Unidos), Lisboa (Portugal) e Fujian (China).

Quatro áreas prioritárias estão no foco da atual gestão — agropecuária e agroindústria; energias renováveis e indústria de produtos verdes; mineração e indústria de produtos minerais; e logística —, relata Deusval Lacerda, superintendente da Secretaria do Desenvolvimento. “A agropecuária é o setor com maior potencial, considerado extremamente competitivo”, diz.

Em iniciativas agroindustriais a Investe Piauí projeta investimentos totais de R\$ 5,36 bilhões até 2027, segundo seu vice-presidente de desenvolvimento rural sustentável, Ícaro Torres de Carvalho. Com isso, estima-se a criação de 9,49 mil empregos. Na avaliação de Carvalho, os investimentos deverão promover a verticalização da cadeia do setor, agregando mais valor à produção e revigorando a economia local. Apenas a produção primária, realizada em conjunto pela agricultura e pela pecuária, segundo a Tendências Consultoria, responde por uma fatia de 14% do PIB, acima da média da região Nordeste, cuja participação é de 8,8%.

As perspectivas para a produção agrícola do Estado sustentam a aposta do governo no setor. Depois de cair 16,8% entre as safras 2022/2023 e 2023/2024, baixando de 6,92 milhões de toneladas, um recorde para o Piauí, para 5,760 milhões de toneladas, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) trabalha com uma colheita em alta de 8,6% — segundo melhor resultado da série histórica. Para o consultor e CEO da Agroconsult, André Pessoa, haverá um novo boom agrícola no Estado, especialmente no sul, dado o tamanho das terras ainda não exploradas e com boa aptidão para expansão da agricultura.

Outro segmento com ativo relevante para engordar as contas do Estado é o de energias renováveis. Localizado no Cinturão Solar, faixa que vai do Nordeste ao Pantanal, o Piauí é o terceiro maior produtor de energias eólica e solar do país, atrás apenas do Rio Grande do Norte e da Bahia. Sua matriz energética é 99,75% limpa, o que desperta interesse para a produ-

ção de hidrogênio e amônia verdes.

O primeiro projeto nesse sentido é o da espanhola Solatio, que, segundo Álvaro Noletto, diretor-presidente da ZPE, vai investir R\$ 27 bilhões, criando cerca de três mil empregos diretos e indiretos. A unidade terá capacidade para gerar 400 mil toneladas de hidrogênio e 2,2 milhões de toneladas de amônia por ano, voltadas principalmente para exportação à Europa. Uma ação proposta em julho pelo Ministério Público Federal (MPF) pediu anulação das licenças prévia e de instalação concedidas à Solatio por irregularidades no processo de licenciamento ambiental. “Todos os que foram citados apresentaram suas considerações e aguardam os próximos passos do MPF”, informa Noletto. A expectativa é que as operações tenham início no fim de 2029.

A ZPE hoje abrange uma área de 314 hectares, dos quais a indústria de cera de carnaúba Agrocera ocupa 200 hectares. Segundo Noletto, mais sete projetos já aprovados pelo Ministério

13



ROGÉRIO VALOR / VALOR

Victor Hugo Almeida | PRESIDENTE DA INVESTE PIAUÍ



INTENÇÃO É ESTIMULAR
A ATIVIDADE E APOIAR
A INSTALAÇÃO DO
EMPREENDEDIMENTO

do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) estão em fase de captação de recursos.

O Estado entra com força também no setor de mineração, no qual já colhe resultados: a arrecadação em 2024 de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) no Piauí chegou a R\$ 8,12 milhões, quase o dobro da de 2023 (R\$ 4,13 milhões). Uma das responsáveis por essa mudança de patamar é a Lion Mining, mineradora que explora jazidas na cidade de Piripiri, uma delas em sociedade com o governo. Em Capitão Gervásio Oliveira, o Projeto Piauí Níquel, do grupo britânico Brazilian Nickel Limited (BRN), orçado em US\$ 1,4 bilhão, está previsto para entrar em operação em 2029, com produção anual de 27 mil toneladas de níquel equivalente e mil toneladas de cobalto.

Para tirar esse arrojado plano de crescimento do papel, no entanto, o governo terá de superar adversidades. Além das ações movidas acerca dos impactos ambientais e sociais provocados

por grandes projetos, há entraves na logística de transporte para escoar os produtos, seja em território nacional, seja para outros países. O custo gerado pela falta de uma boa malha viária penaliza os produtores: são 800 quilômetros de rodovia, das cidades de Baixa Grande do Ribeiro, Uruçuí ou Bom Jesus, três dos principais polos de grãos no Cerrado piauiense, até o porto do Itaqui, no Maranhão, principal ponto de embarque internacional da produção piauiense.

Para melhorar as vias de acesso, um conjunto de obras está em andamento, incluindo reformas de rodovias estaduais e federais, uma hidrovia no rio Parnaíba, a retomada do porto Piauí e o avanço do modal ferroviário. A revitalização do Parnaíba conta com recursos de R\$ 995,5 milhões — o início das obras está previsto para 2026. Já o traçado da ferrovia Transnordestina no Estado é alvo de polêmica, porque vai ligar o porto do Pecém, no Ceará, à cidade de Eliseu Martins, que fica a mais de 200 quilômetros distante das principais

áreas agrícolas do Estado. A Transcarrados (PI-397), outra importante rota do sudoeste para o escoamento da produção de grãos, está pela metade, com entrega prevista para 2026.

Um dos empreendimentos que mais animam o governo é a recuperação do porto Piauí, dada sua localização estratégica — representa a menor distância entre o Brasil e a Europa e entre o Brasil e a América do Norte — e capacidade de alavancar o desenvolvimento. O primeiro passo foi a criação da Companhia Porto Piauí, na qual já foram investidos R\$ 200 milhões. “Em dois anos e meio, fizemos desapropriações, o plano master, projetos ambientais, cais, dragagem e centro administrativo. O projeto tem altíssima qualidade técnica, com a garantia de arcabouço jurídico robusto”, diz Raimundo Nonato Palmeira Dias Jr., presidente da Companhia Porto Piauí.

Em dezembro de 2025 termina a primeira fase da obra, entrando em funcionamento o terminal pesqueiro e começando as operações de carga

14



MARCELO FREIRE / DIVULGAÇÃO

Flávio Ataliba | COORDENADOR DO CENTRO DE ESTUDOS PARA DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - FGV IBRE



GOVERNO ESTÁ
VALORIZANDO A
FORMAÇÃO QUALIFICADA
DE CAPITAL HUMANO

“ ” SETE PROJETOS APROVADOS PELO MDIC ESTÃO EM FASE DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS



Álvaro Nolleto | DIRETOR-PRESIDENTE DA ZPE

15

de fertilizante marinho, com operações de carga de minério (por meio de transshipment, que é o transporte por etapas, de um barco menor ao navio ancorado mais distante) e de cargas gerais. O porto tem um calado de sete metros, impróprio ao atracamento de embarcações de cargas pesadas, como grãos e minério. Segundo Dias, obras de aprofundamento do calado estão previstas para as próximas fases. O governo também trabalha para atrair parcerias para a formação do parque empresarial a ser implantado em forma de condomínio — a empresa interessada em se instalar aluga ou compra um terminal. Um dos negócios já fechados é um terminal para cargas gerais containerizadas, em sociedade com a CNaga Armazéns Gerais Alfandegados, de São Paulo.

Dias conta que, na recente missão do governo à China, em setembro, a comitiva do porto Piauí buscou contato com grandes operadores portuários, como o China Merchants Port Group (CMPort). Foram feitos contatos tam-

bém com o porto de Antuérpia e o porto de Santos. “A ideia não é só obter recursos, mas também transferência de tecnologia”, diz. O ecossistema portuário inclui a Escola do Mar, que oferece ensino médio e formação técnica nas áreas de pesca e navegação. Os alunos são, na maioria, filhos ou netos de pescadores.

Iniciativas como a Escola do Mar procuram servir a dois propósitos decisivos para o progresso do Estado: atender à demanda econômica e promover a qualidade de vida da população. Mesmo com crescimento de renda de 13,8% de 2022 para 2024, o Piauí está muito distante de alcançar posições medianamente razoáveis nos indicadores de pobreza e trabalho. Além de ocupar o 25º lugar no país no quesito PIB per capita, teve uma perda importante de dinamismo no mercado de trabalho. Dados do Centro de Estudos para Desenvolvimento do Nordeste do FGV Ibte apontam que, em 2024, o Estado teve a menor participação de renda do trabalho na renda total familiar, o que significa que aumentou a dependência

de programas sociais para o sustento, basicamente o programa federal Bolsa Família.

As perspectivas, no entanto, animam especialistas que acompanham o desenvolvimento do Estado. “O governo está com uma visão ousada, investindo pesado em infraestrutura, criando formas de atrair empresas nacionais e internacionais e também está valorizando a formação qualificada de capital humano. Essas são as bases de um crescimento de longo prazo, para uma economia sustentável. Em vez de injetar recursos em políticas mais imediatistas, como aquecimento do consumo, está propondo um crescimento consistente”, avalia Flávio Ataliba, coordenador do Centro de Estudos para Desenvolvimento do Nordeste do FGV Ibte.

Pelos índices de aprovação de Rafael Fonteles nas últimas pesquisas — 87% pelo Instituto Amostragem, em agosto, e 80% pela Real Time Big Data, em setembro —, a população está entendendo e apoiando as estratégias. ■



INCLUSÃO E INOVAÇÃO NA AGENDA

GOVERNO ELEGE COMO PRIORITÁRIAS AS ÁREAS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, SEGURANÇA E INFRAESTRUTURA, E TENTA ATRAIR SETOR PRIVADO

POR ÁUREA LOPES

Uma estratégia de desenvolvimento associada à inclusão, com foco na inovação. Essa descrição resume o modelo de governança implantado pelo economista e educador Rafael Tajra Fonteles (PT), de 40 anos, governador do Piauí. Faltando um ano e meio para terminar o mandato, Fonteles contabiliza 90% das metas de gestão cumpridas (segundo a Secretaria do Planejamento), aprovação de 87% da população (de acordo com o Instituto Amostragem), contas públicas equilibradas em um orçamento de R\$ 23,1 bilhões para 2025, dos quais R\$ 2,7 bilhões destinados a investimentos.

Filho do ex-deputado federal Nazareno Fonteles, o governador foi secretário da Fazenda do Estado por sete anos, coordenador do PRO Piauí e presidente do Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz) por dois mandatos, de 2019 a 2022. Em dezembro de 2024 foi eleito presidente do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (Consórcio Nordeste) para 2025.

Nesta entrevista, ele destaca as áreas prioritárias de sua gestão e relata as ações que estão resultando em uma rápida abertura econômica com participação ativa do Estado.

Quais foram as prioridades definidas em sua gestão e qual é a capacidade do Estado para cumprir as diretrizes traçadas?

O intuito foi promover um desenvolvimento socioeconômico mais equitativo e inclusivo. Para isso, elegemos quatro áreas prioritárias básicas: saúde, educação, segurança e infraestrutura. E estabelecemos três diretrizes fundamentais, que são um superchoque educacional e tecnológico; a estabilidade duradoura, institucional e fiscal; e a abertura econômica, com participação ativa do Estado. Neste terceiro ano de mandato, mais de 90% dos 178 compromissos de governo já foram cumpridos. E com as contas públicas equilibradas. Optamos por acelerar investimentos a partir de operações de crédito, o que elevou o nível de endividamento, mas não afetou os nossos compromissos financeiros. Nos últimos anos, o Piauí foi o Estado com maior volume de investimento no Brasil [17% da receita líquida corrente, de acordo com a Secretaria de Planejamento do Estado], superior à média nacional, segundo dados da Receita Federal.

Quais são os principais investimentos efetivados até agora e que resultados já apresentaram?

São vários. Eu destacaria os investimentos em rodovias. Temos uma malha rodoviária gigante, de mais de 8.800 quilômetros, 90% em condições boas ou ótimas. Também está na primeira ordem o investimento em educação básica. Todas as escolas de ensino médio oferecem o tempo integral com formação profissional técnica. Mais de 60% da rede já foi reformada de acordo com o que nós chamamos “padrão ouro” – com climatização, biblioteca, refeitório, laboratório de informática. Na saúde, conseguimos uma marca histórica, reduzindo o tempo médio de espera de cirurgia eletiva de 464 para 59 dias. Na segurança pública, com aumento do efetivo e investimento em inteligência e integração das forças de segurança, foi possível reduzir homicídios em mais de 25% e roubos de celular em mais de 50%.



ROGÉRIO VIEIRA / VALOR

Como estão as políticas públicas na área social? O Estado tem um problema grave e antigo no saneamento básico.

O Piauí é o Estado que mais reduziu o percentual de famílias na extrema pobreza [4% em 2024, segundo dados do Banco Mundial]. Hoje nós temos o melhor número do Nordeste. Prova de que os esforços federal, estadual e dos municípios têm surtido efeito em nosso Estado. Também somos o Estado com maior percentual de crianças na pré-escola, 100%, o que nos coloca entre os dez melhores índices nacionais de alfabetização de crianças. Quanto ao saneamento, é fato, esse é o nosso problema mais grave, em especial no interior do Estado. Mas estamos confiantes de que o cenário está melhorando. Em junho, nós passamos o serviço de água e esgoto para a iniciativa privada. A empresa Águas do Piauí vai investir mais de R\$ 8 bilhões na expansão das redes de água tratada e esgoto,



"O Piauí é o Estado que mais reduziu o percentual de famílias na extrema pobreza", diz Fonteles

na redução do despejo de resíduos nos corpos d'água e no beneficiamento dos ecossistemas locais.

As parcerias de investimento são uma forte marca de seu governo. Como atrair negócios para os setores-chave de desenvolvimento e quais as garantias para a sustentabilidade desses empreendimentos?

Esse é exatamente o papel da agência Investe Piauí, criada para difundir nosso potencial e atrair investidores no Brasil e no mundo. Neste ano, a agência opera com um orçamento de R\$ 300 milhões, atuando desde a captação de negócios estratégicos até o acompanhamento do investidor em toda a sua jornada de implantação do empreendimento. O Piauí tem uma boa política de incentivos fiscais. E a Junta Comercial mais rápida do Brasil. No que diz respeito aos processos de licenciamento, o Estado apoia os empreendedores a superar os entraves da burocracia.

Além disso, promovemos eventos, seminários e várias missões nacionais e internacionais para divulgar nossos produtos de pecuária, mineração, energia limpa, turismo, economia digital. Para estimular as atividades estratégicas, o governo pode até mesmo propor uma participação como sócio minoritário do empreendimento. Já estamos, por exemplo, com sociedade em um frigorífico. E há outros negócios em andamento.

O senhor acaba de voltar de uma missão à China. Quais as novas trazidas de lá?

A China é o nosso maior parceiro comercial. Tanto que abrimos um escritório lá e assinamos um acordo de amizade com a província de Fujian. Essa foi a segunda vez que o nosso governo levou para o continente chinês um grupo de 60 empresários interessados em adquirir equipamentos e insumos ou vender seus produtos. Nosso foco foi ampliar mercado na área da agropecuária e atrair investimentos para a área de energia renovável. Estivemos em contato com duas gigantes chinesas, o grupo SPIC e a CMA CGM. Mas abrimos diálogo também nos segmentos de tecnologia e economia digital, nos quais a China passou a ser referência. Com isso, prospectamos possíveis investimentos em conectividade e data centers.

Quais são os seus planos para o futuro? O senhor pensa em uma recandidatura em 2026?

Minha preocupação agora é prestar contas do que estamos fazendo e terminar bem essa gestão. Mas naturalmente há uma grande probabilidade de eu ser candidato à reeleição. Quando chegar o momento, com certeza vamos nos preparar para uma candidatura que vise à continuidade e à complementação dos projetos que já estão trazendo tantos resultados positivos para o nosso Estado. **V**



/ TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS /



fernando.martinho@valor

18

NOVO CENÁRIO EM GUARIBAS

POLÍTICAS PÚBLICAS MELHORAM QUALIDADE DE VIDA NO MUNICÍPIO,
QUE EM 2003 TINHA O IDH MAIS BAIXO DO PAÍS

POR LAURO VEIGA FILHO

Pequenos montes de areia, cimento e brita se espalham por várias ruas da cidade, enquanto caminhões ainda entregam materiais para obras de reforma, expansão e construção de residências e imóveis destinados a abrigar algum tipo de negócio. Comércios, açougue, padaria, casa de games, lan house e até um hotel sinalizam mudanças em relação ao cenário observado em 2003, quando Guaribas, então a cidade com o mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no país, foi palco do lançamento do programa Fome Zero.

“Até ali, vivíamos como povos originários, isolados do resto do mundo”, comenta a professora Glauzian Alves, que leciona português no Centro de Ensino Médio Integrado (Ceti) Paulo Freire. O isolamento do povoado, emancipado como município por lei estadual de 1995, era acentuado pela baixa qualidade das estradas, todas de chão. O asfalto só chegou em 2021, melhorando a logística e barateando bens de consumo e materiais em geral, diz o controlador-geral da prefeitura do município, Valdir Matias Maia.

Para alguns moradores, como Irineu Folha Maia, a opção havia sido abandonar a cidade e buscar outros meios de sobrevivência em São Paulo. “O motivo? Foi a fome”, diz ele. Nascido e criado em Guaribas, Maia partiu para a capital paulista aos 21 anos, em 2001, para se encontrar com o irmão e trabalhar na construção civil. “Trabalhei na entrega de concreto em obras, fui ajudante de bomba de concreto durante quatro anos e trabalhei mais dois anos como ajudante de obra”, conta ele, que só



Amanda Santos,
Glauzian Alves
e Natália Silva:
avanços no
ensino público

retornou a Guaribas em 2006 para se casar com Eldiene Matias. De volta a São Paulo, ele continuou na construção civil e ela trabalhou como balconista. “Não tinha a menor ideia de voltar [para Guaribas], mas as coisas começaram a mudar e percebi que quem tinha ido para São Paulo estava em situação pior do que aqueles que continuaram em Guaribas.”

Maia comprou um ponto comercial em sua cidade natal e uma caminhonete D-10, que encheu de mercadorias adquiridas na rua 25 de Março, incluindo roupas, utensílios de cozinha, brinquedos e outros produtos, para abastecer sua primeira loja em Guaribas, que ganhou o nome da mãe, Bárbara. Vendeu a caminhonete, investiu numa churrascaria, conseguiu juntar um dinheiro e construiu, ele mesmo, um hotel na região central da cidade. Hoje, o Hotel Terraço tem 16 quartos e uma padaria no térreo, tocada pela esposa. O filho mais velho, Yuri, com 16 anos, foi selecionado e conseguiu uma bolsa do governo estadual para um curso público preparatório para o Instituto de Tecnologia da Aeronáutica e para o Instituto Militar de Engenharia (ITA/IME), em Teresina. “Comprei um apartamento de R\$ 200 mil para o garoto morar, já que ele vai ficar três anos estudando na capital”, comemora Maia.

As mudanças foram mais visíveis no setor educacional, conforme atestam a professora Amanda de Souza Santos, do Ceti Paulo Freire, e Valdir Maia. “Até começo dos anos 2000, a cidade não tinha profissionais qualificados e formados no próprio município”, observa ele. Os professores vinham da vizinha Caracol e de São Raimundo Nonato, a 138 quilômetros dali. Também não havia escolas em número adequado, dizem Amanda e Glauzian. Os primeiros professores formados nas escolas de ensino médio da cidade começaram a dar aulas na

segunda metade dos anos 2000, conta Natália Pereira Silva, que leciona língua estrangeira.

Professora de inteligência artificial, desenvolvimento de sistemas e administração com foco em empreendedorismo do Ceti Paulo Freire, Amanda improvisou para ensinar as primeiras turmas de IA, utilizando barbantes, cartolina, tesouras e outros materiais, já que a escola ainda não dispunha de computadores. Neste ano, a unidade foi premiada na primeira edição do Prêmio MEC de Educação na categoria de ensino médio integrado com ensino tecnológico.

Na sequência, em setembro, dois estudantes da terceira série do ensino médio da escola, Kaynan Ribeiro e Raí Matias, assinaram seu primeiro contrato de estágio remunerado com a Caju TEC, empresa de tecnologia para o setor de educação, que atua em Teresina e Parnaíba. Ambos sagraram-se vencedores do Seduckathon 2024, realizado pela Secretaria da Educação do Estado, e passaram uma temporada nos Estados Unidos, num intercâmbio na área de tecnologia.

As políticas públicas têm contribuído para que a situação do ensino venha melhorando, sugere Amanda. Ela destaca o programa Pé de Meia para estimular a frequência e permanência dos alunos no ensino médio público.

A rede do Sistema Único de Saúde (SUS) no município foi igualmente reforçada nos últimos anos, com a instalação de quatro unidades básicas de saúde (UBSs) e uma do Serviço de Atendimento Móvel e Urgência (Samu), contam Glauzian e Maia. A mortalidade infantil, nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), baixou de 47 para 25 mortes a cada mil nascidos vivos entre 2010 e 2023, mas ainda corresponde ao dobro da taxa de 12,5 na média de todo o país.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que tinha atingido apenas 0,214 em 2000, havia avançado para 0,508 em 2010, dado mais recente divulgado pelo IBGE. Apesar de ter mais do que dobrado em uma década, o indicador estava abaixo do IDH de 0,650 registrado pelo Piauí e o do Brasil, que no mesmo ano ficou em 0,727. **V**

Irineu Folha
Maia: melhorias
impulsionaram o
caminho de volta
à cidade natal



FERNANDO MARTINHO / VALOR



/BALANÇA COMERCIAL/

DE SOJA A CASTANHA E MEL

PERDAS PROVOCADAS PELA ESTIAGEM, JUROS ALTOS E A INSEGURANÇA TRAZIDA PELO TARIFAÇO PODEM REDUZIR VENDAS EXTERNAS DO ESTADO NESTE ANO

POR **GUILHERME MEIRELLES**

20

O tarifaço imposto pelo presidente norte-americano Donald Trump ao Brasil não teve impacto nas exportações de soja e algodão, os dois principais itens da balança comercial piauiense, cujo mais importante destino é majoritariamente a China, seguida por outros países asiáticos, como Vietnã, Paquistão e Irã. Caso único no país, o item mais impactado pelo aumento das taxas foi o mel orgânico, responsável por cerca de 80% das exportações piauienses para os Estados Unidos. No ranking geral dos países, os EUA responderam por apenas 3% dos embarques, o que representou US\$ 42 milhões em um total de US\$ 1,4 bilhão nas vendas externas registradas pelo Estado em 2024, abaixo do recorde de 2023 (US\$ 1,536 bilhão). Nos oito primeiros meses de 2025, o Piauí exportou US\$ 768,3 milhões, 22,7% menos do que em igual período do ano passado, em razão do impacto da estiagem sobre a produção de milho e soja. Do total, US\$ 24,7 milhões foram para os Estados Unidos, mantendo o percentual nos mesmos níveis de 2024.

No caso do mel orgânico, segundo a Secretaria do Desenvolvimento Econômico, as vendas até julho rumo aos Estados Unidos, antes do tarifaço, atingiram US\$ 16,3 milhões, números robustos comparados ao valor total exportado em 2024, que fechou em US\$ 25,5 milhões. Em menor escala, o Piauí ainda exporta ceras vegetais, pescados, cera de abelha, quercetina e tapetes, entre outros itens.

De acordo com Antonio Leopoldino Dantas Filho, conhecido como Sitinho, diretor da Central de Cooperativas Apícolas do Semiárido Brasileiro (Casa Apis), entidade que reúne cerca de 800 produtores, houve uma paralisação tão logo a medida foi anunciada, mas os envios foram retomados ainda em julho nos termos dos contratos futuros fechados até dezembro. “O momento é de insegurança. Até dezembro, temos acordado o envio de 600 toneladas e deveremos fechar o ano com 1,9 mil toneladas para o mercado externo, como foi em 2024. As negociações começam no quarto trimestre visando o início da safra, em janeiro, e já temos informações de que os preços no varejo norte-americano triplicaram”, afirma.

Segundo dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), o Brasil ocupa a décima posição mundial entre os produtores, com cerca de 65 mil toneladas. “O líder é a China, mas a maior parte da produção vai para a indústria de cosméticos, enquanto o mel brasileiro é para consumo. Nos Estados Unidos, os principais clientes são redes atacadistas”, esclarece Dantas. Enquanto permanece o impasse, Dantas busca negociar com os governos federal e estadual para compra de estoque. “Há expectativa de compra do governo federal para merenda escolar”, diz. No Piauí, já há



Silos em Ribeiro Gonçalves: soja compõe cerca de 79,4% das exportações do Estado

FOTO: FERNANDO MARTINHO / VALOR



movimentação nesse sentido. Segundo Janaína Pinto Marques Tavares, secretária do Desenvolvimento Econômico do Piauí, o problema abrange outros grupos exportadores locais, como o grupo Sama e a Comapi. “Em setembro, a Secretaria Estadual da Educação fechou compra para lotes de mel para a merenda escolar e, assim, apoiar a agricultura familiar e manter os volumes de vendas e preços”, afirma. Hoje, o preço internacional do mel está estável, na faixa de US\$ 3,2 mil/tonelada.

Em relação ao comportamento da balança comercial, a secretária avalia que a estiagem do inverno provocou uma queda na produção de milho e feijão, com perdas estimadas em 12% da safra. “Em paralelo, com os juros ainda altos, a insegurança com o tarifaço e o comportamento dos países compradores, as vendas de 2025 devem ficar abaixo das registradas em 2024.” O recorde histórico foi registrado em 2023, ocasião em que as vendas externas atingiram US\$ 1,536 bilhão. Nos sete primeiros meses deste ano, diz a secretária, o superávit nas contas é de US\$ 522,5 milhões. As importações entre janeiro e agosto registraram US\$ 245,8 milhões, alta de US\$ 73,3 milhões ante igual período de 2024.

Responsável pela participação de 79,4% das exportações no ano, a soja vive a expectativa de crescimento nos próximos anos com o aumento da área cultivável na região sudoeste do Estado. “Em 2024, alcançamos o recorde histórico de 3,8 milhões de toneladas de soja em uma área de 1,1 milhão de hectares. Há potencial de 2,5 milhões de hectares, principalmente na região norte do Estado”, diz Rafael Maschio, diretor-executivo da Associação dos Produtores de Soja do Estado do Piauí (Aprosoja-PI).

Cerca de 70% da produção piauiense de soja é voltada para o mercado externo, com embarque no porto de Itaqui (MA), que fica a cerca



REGISTRAÇÃO / DIVULGAÇÃO

de 1.000 quilômetros das regiões produtoras. “O Piauí oferece vantagens competitivas para a soja, como oferta de terras baratas, proximidade com os portos do Arco Norte e rodovias de acesso em boas condições de manutenção. Quando estiver concluído, o porto de Luís Correia será uma excelente alternativa para não ficarmos dependentes de um único ponto de embarque”, afirma Maschio.

Segundo ele, o plantio da soja oferece dez mil empregos diretos e cerca de cem mil empregos indiretos em toda a cadeia produtiva no Estado. Com relação ao cenário mundial, a maior preocupação do setor é quanto à importação de insumos, em especial o diesel vindo da Rússia e os fertilizantes e defensivos agrícolas. “No caso do tarifaço, não houve abalos, já que o nosso mercado é a China”, diz. Até o fim do ano, a expectativa é fechar com uma produção nos mesmos níveis de 2024.

Pouco expressivas em números,

Maschio, da Aprosoja-PI: 3,8 milhões de toneladas de soja em 1,1 milhão de hectares

mas significativas para a agricultura familiar, as exportações de castanha começam a dar os primeiros passos. Em 2014, por meio da Central de Cooperativas de Cajucultores no Estado do Piauí (Cocajupi), foram enviadas 24,7 toneladas de castanha in natura para uma cooperativa italiana, no valor de R\$ 1,67 milhão. “Em 2025, já foram enviadas 36,2 toneladas, em um contrato de R\$ 2,68 milhões para a mesma cooperativa”, informa Jocibel Bezerra, diretor-presidente da Cocajupi, entidade com 200 cooperados, o que envolve cerca de 800 pessoas, todas no modelo de agricultura familiar.

A castanha exportada conta com certificação internacional desde 2012 e passou por percalços nos últimos anos em razão de períodos de estiagem e da praga da “mosca branca”. “O governo sempre nos apoiou com mudas e juros mais baixos na compra de máquinas”, diz Bezerra. “Embora a maior parte da produção esteja voltada para o mercado interno, as vendas externas são relevantes para os cooperados, que ganham um prêmio a cada quilo exportado.”

Segundo Bezerra, um futuro promissor se desenha para a exportação da cajuína, aperitivo não alcoólico que se tornou nacionalmente conhecido nos versos do compositor baiano Caetano Veloso, mas ainda pouco consumido além das fronteiras piauienses. “Em dois anos, as exportações de cajuína vão superar as de castanha”, afirma. Já em 2026, a produção deve atingir 600 mil garrafas com a inauguração de quatro fábricas. A bebida é extraída a partir do suco de caju, que passa por processos de clarificação e caramelização, o que resulta em uma aparência cristalina ao ser degustada gelada. Quanto ao suco de caju, diz, a polpa é enviada para grandes empresas para a produção de sucos industrializados. “Do caju, tudo se aproveita”, diz Bezerra. ■

CELEIRO DE GRANDES PROJETOS

GOVERNO APOSTA NA MATRIZ ENERGÉTICA LIMPA, NA LOCALIZAÇÃO ESTRATÉGICA E EM INCENTIVOS FISCAIS PARA ATRAIR EMPRESAS

POR **GUILHERME MEIRELLES**

23

naugurada oficialmente em fevereiro de 2022, a Zona de Processamento de Exportações de Parnaíba (ZPE Parnaíba) vai abrigar uma operação de grande porte para produção de hidrogênio verde, um megainvestimento de R\$ 27 bilhões da empresa espanhola Solatio. Prevista para ser concluída em 2029, a usina deve, segundo as estimativas, gerar três mil empregos diretos e indiretos e terá capacidade de produção de 400 mil toneladas de hidrogênio verde e 2,2 milhões de toneladas anuais de amônia verde.

As obras deveriam estar na fase de limpeza do terreno de 154 hectares, mas foram interrompidas por conta de uma ação civil pública impetrada, no início de julho, pelo Ministério Público Federal (MPF-PI) – que pedia a anulação das licenças prévia e de instalação concedidas à Solatio, empresa responsável pelo projeto, por irregularidades no processo de licenciamento ambiental. O MPF considerou que a usina provocaria graves impactos sobre o rio Parnaíba e em unidades limítrofes de conservação federais. Álvaro Nolleto, diretor-presidente da ZPE Parnaíba, diz que as partes citadas apresentaram suas considerações e, agora, aguardam os próximos passos do MPF-PI.

A Solatio espera também pela emissão do Parecer de Acesso do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), previsto para até novembro. Caso o parecer não chegue, haverá atraso.

Segundo Pedro Vaquer, presidente e sócio-fundador da Solatio, empresa que desenvolve parques solares na América Latina, a água a ser retirada do rio Parnaíba fica a menos de 10 quilômetros da foz e tem vazão de 600 m³/segundo. “Vamos tirar 1 m³/segundo. Não haverá efluentes despejados. A água a ser usada na refrigeração será tratada antes de ser devolvida”, afirma. A empresa se comprometeu reflorestar 400 hectares como compensação ambiental.

“O Piauí tem a matriz energética mais avançada, com 99% de energia renovável, o que atende aos critérios de exigência da União Europeia e permite a utilização da capacidade por 24 horas,



DIVULGAÇÃO



Sombra, da Agrocera: critérios logísticos em razão da abundância da carnaúba no Piauí

o que é uma vantagem competitiva”, afirma Vaquer.

A ZPE Parnaíba fica no município do mesmo nome, próximo ao futuro porto Piauí, no município de Luís Correia, atualmente em ampliação e atendendo apenas barcaças e navios de pequeno porte. Há previsão de um terminal exclusivo para a saída do hidrogênio verde. A região também oferece fácil acesso aos portos de Itaqui (MA) e Pecém (CE), embora enfrente obstáculos em saneamento. “Mas há abundância de água para comportar uma rede de tratamento de água e esgoto, tanto fora como dentro da ZPE”, diz Noletto.

Criadas em 1988 com o objetivo de promover a industrialização, as exportações e o desenvolvimento regional, as ZPEs só engrenaram de fato a

partir de 2007, quando a legislação foi atualizada. Passados 18 anos, há apenas quatro ZPEs em operação — Pecém (CE), Uberaba (MG), Cáceres (MT) e a de Parnaíba (PI) — e cerca de 15 projetos em análise. As vantagens são de natureza tributária e administrativa, como suspensão da cobrança de IPI, Cofins e PIS/Pasep na compra de bens e serviços no mercado interno.

Nas exportações, ficam igualmente suspensos o Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante e o Imposto de Importação. No caso específico de ZPEs instaladas nas regiões Norte e Nordeste, há benefícios por parte da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), como a redução de 75% do Imposto de Renda. A

contrapartida é a obrigatoriedade de as empresas instaladas auferirem 80% de suas receitas brutas anuais com exportações. Os incentivos fiscais são garantidos por até 20 anos, o que proporciona segurança jurídica aos empresários.

Até o fechamento desta edição, encontrava-se ainda em análise no Congresso a Medida Provisória nº 1.307/25, que estabelece a exigência de que novas empresas utilizem apenas fontes renováveis em suas operações. A medida é vista pelo governo federal como um incentivo à sustentabilidade e à transição energética. As empresas com projetos aprovados não estão incluídas na medida. Para Ricardo Castelo, vice-presidente de energias renováveis da agência de fomento Investe Piauí, a aprovação corre o risco de causar uma “seletividade” nos futuros projetos. “A MP trabalha com a eventual chegada de data centers. Só grandes projetos teriam capacidade de destinar 15% do Capex para atender às exigências, além da necessidade de aprimorar a certificação das usinas renováveis. Sem dúvida, seria uma barreira à entrada”, diz Castelo.

Primeira empresa a se instalar na ZPE, a cearense Agrocera exportou no primeiro trimestre 1.125 toneladas de cera de carnaúba para os Estados Unidos, Europa e diversos países asiáticos, desempenho considerado “excepcional” por Marcelo Sombra, diretor-executivo da companhia. Em 2024, já haviam sido enviadas 462 toneladas e as perspectivas eram favoráveis até o fim do ano. “Os Estados Unidos representavam 20%, e com o tarifaço as vendas para lá caíram 90%, já que não tínhamos contratos futuros”, lamenta Sombra, que fundou a empresa há 12 anos, em Russas (CE).

A escolha pelo Piauí, diz, obedeceu a critérios logísticos em razão da abundância da carnaúba no Estado. “O Piauí é o maior produtor nacional e há carnaubais nos municípios próximos da ZPE. O objetivo foi crescer no mer-

24



KALLA ISSA / DIVULGAÇÃO

←
Vaquer, da
Solatio: R\$ 27
bilhões para
produzir 400
mil toneladas de
hidrogênio verde



cado externo e hoje 90% da produção é direcionada para as exportações”, afirma Sombra.

A cera de carnaúba é um produto versátil, com uso desde o polimento de autos e pisos até em frutos, para aumentar a vida útil do alimento. O produto tem certificação internacional e é embarcado na forma de escalas processadas das folhas, em sacas de 25 quilos e big bags de 500 quilos. Apesar da proximidade com o litoral piauiense, a mercadoria sai pelo porto de Pecém (CE), a 400 quilômetros de distância. “A estrutura portuária ainda é precária”, diz o empresário, que conta com 35 funcionários na ZPE.

Nos próximos meses, diz o presidente da ZPE, devem chegar três novas empresas, todas com projetos já aprovados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic). Ainda para este ano,

está previsto o início das obras da companhia piauiense Delta Brazilian Starch, produtora de féculas, amidos vegetais e amidos modificados, como sorbitol, dextrina e maltodextrina. Segundo Noletto, a capacidade inicial de processamento será de 300 toneladas e o alvo é o envio para a Argentina, com projeção de 20 contêineres semanais. A estimativa é que o empreendimento gere cerca de 40 empregos diretos e 500 indiretos.

A ZPE vai abrigar também uma fábrica do grupo de alimentação Arrey Foods, que já conta no Estado com uma unidade no município de Altos, com 400 funcionários. O grupo é controlado por empresários do setor de hotelaria e deve operar a nova instalação com a cadeia completa da castanha de caju, desde a colheita, passando pelo beneficiamento, até a venda para o mercado externo e abastecimento dos hotéis da rede.



Inaugurada em 2022, a ZPE Parnaíba vem atraindo empresas de diversos setores

A terceira indústria será a maranhense MBF Fertilizantes, com um investimento de R\$ 221,5 milhões para a produção de fertilizantes de alto desempenho a partir de bioinsumos. O projeto da companhia é direcionar a maior parte da produção para o mercado externo e atender ainda o agronegócio nacional, em especial o cultivo de soja. Segundo Nolleto, a MBF aguarda apenas a licença do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para a exploração da alga marinha Litotâneo, encontrada em águas profundas do litoral piauiense. Por possuir forte concentração de carbonato de cálcio, a alga é ideal como um fertilizante natural e condicionador do solo, promovendo o crescimento saudável da planta, sem resultar em danos ao meio ambiente. Quando estiver em operação, a fábrica deve gerar 320 empregos. **V**



/INCENTIVOS FISCAIS/

ISENÇÕES NA BERLINDA

ESTADO PLEITEIA FUNDOS DE COMPENSAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO
PARA COMPENSAR IMPACTO DA REFORMA TRIBUTÁRIA

POR **ROSELI LOTURCO**

26

Com início do período de transição estabelecido para 2026, a Reforma Tributária é apoiada, mas vista com reticências no Piauí. Por mais que considere positivo o fim da “guerra fiscal” entre os entes federativos, o Estado tem na renúncia fiscal importante alavanca de crescimento econômico e geração de emprego. Tanto que os incentivos tributários ganharam reforços do atual governo e podem chegar a 100% de diferimento do ICMS, imposto sobre circulação de mercadorias e serviços dos Estados. Essa política vem impulsionando o Produto Interno Bruto (PIB) do Estado, que aumentou 3,3% em 2024 e, segundo projeções da LCA Consultoria Econômica, deve crescer 2,7% neste ano — acima do estimado para os vizinhos Maranhão, com projeção de atingir 2,5%, Ceará (2%) e Pernambuco (1,2%).

Os dados relativos à arrecadação total do Estado também indicam avanço. Foram R\$ 8,93 bilhões em 2024, diante dos R\$ 7,84 bilhões de 2023, com renúncia fiscal de R\$ 166,44 milhões, relativos à indústria, agroindústria e comércio. A previsão para 2025 é arrecadar R\$ 9,56 bilhões, com diferi-

mento de R\$ 175,76 milhões. “O benefício tributário tem objetivo de gerar emprego e renda e o compromisso do governo é para criar 80 mil empregos nesta gestão. Até agora já gerou 62 mil e boa parte disso veio de políticas de isenção”, afirma Emílio Joaquim de

Cledima Medeiros, da Cevap:
100% de isenção do ICMS tornou a empresa mais competitiva



DIVULGAÇÃO

Oliveira Júnior, secretário da Fazenda do Piauí. O Estado oferece renúncia para negócios que se instalem em regiões do polo de desenvolvimento de Picos, ao norte do Estado, nos polos da capital Teresina e de Parnaíba e em áreas mais longínquas do Cerrado e do sul do Estado — como também para empresas que empreguem mais de 250 pessoas. Os benefícios têm atraído indústria, agronegócio, atacadistas, comércio, energia renovável e, mais recentemente, telecomunicações, serviços e turismo.

Para fazer a transição escalonada de 2023 a 2033, prevista pela Reforma Tributária para a adoção do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) como único, o governo piauiense está de olho nos fundos de compensação tributária e de desenvolvimento regional, previstos em lei. O pleito será apresentado em grupos de trabalho entre os Estados e o governo federal até o fim do ano. “Tem algo positivo na reforma, que é diminuir a guerra fiscal. Agora, nós sabemos que alguns Estados, que têm base de consumo menor, têm parques industriais menores, o que torna difícil concorrer com Estados maiores. Vamos brigar para compen-



sar isso com participação maior nos recursos assegurados pelos fundos”, diz Oliveira Júnior.

O impacto da reforma, porém, não paralisou os projetos e as novas isenções concedidas pelo Piauí, que, no último dia 25 de agosto, aprovou, junto ao Conselho de Desenvolvimento Industrial do Estado (Codin), benefícios tributários nas atividades de ferro, abate de frango, produção de arla (agente redutor automotivo que reduz emissões do diesel) e produção e distribuição de água mineral. Só o investimento na nova empresa de água mineral Alaiane será de R\$ 10 milhões,

segundo a companhia, e irá gerar cem empregos diretos e 32 indiretos, no município de Geminiano, na região de Picos. “Estudamos vários projetos e nos chamou atenção a renúncia fiscal, que varia de 75% a 100% do ICMS”, observa Acelles Oliveira Nobre, sócio-proprietário da Água Alaiane do Piauí. “A produção prevê até 40 mil galões de 20 litros por mês e 40 mil pacotes de água de 50 ml e de 1 litro”, diz Nobre.

Mas algumas empresas que recebem o diferimento fiscal estão cautelosas em relação a possíveis prejuízos em função da reforma. Tanto a novata Água Alaiane quanto a consolidada

Cevap se preocupam com as adaptações. “A Reforma Tributária começa em janeiro de 2026, quando inicia a perda das isenções; estamos preocupados, estamos fazendo nosso dever de casa”, diz Cledima Gomes de Medeiros, diretora-presidente da Cevap, Cerealista & Indústria do Vale do Parnaíba. A empresa cresce com resultados acima do setor no país — faturou R\$ 110 milhões em 2024, alta de 8% — e, segundo a executiva, compete em igualdade com o Rio Grande do Sul, por conta da política fiscal do Piauí. Beneficiadora de milho e arroz, tem 100% de isenção do ICMS por estar instalada no Polo Industrial Sul, e renúncia pelo Decreto nº 21.866, de março de 2023, que torna isento quem compra milho junto ao produtor rural do Estado.

Representando 80 atacadistas do Piauí, que faturaram R\$ 4,02 bilhões em 2024, com renúncia fiscal de aproximadamente R\$ 274 milhões, a Associação Piauiense de Atacadistas e Distribuidores (Apad) registrou crescimento nominal dos associados acima de 10% no primeiro semestre deste ano, enquanto o setor, no país, avançou 5,4%, e quer acompanhar detalhes de como a reforma será aplicada. “Se não houvesse os incentivos, não conseguiríamos concorrer, porque os outros Estados dão incentivos agressivos. Mas apoiamos a reforma que terá alíquotas mais simples no longo prazo, o que ajuda a acabar com a insanidade tributária”, afirma Jailton da Silva Borges, presidente da Apad.

É também o que pensa José Robson de Oliveira, sócio-presidente da Dec Rio Piranhas, atacadista e distribuidora que chegou pequena ao Piauí em 2020, vinda do Maranhão, atrás de benefício fiscal, e hoje tem 600 colaboradores e prevê faturar R\$ 660 milhões neste ano, 10% a mais do que em 2024. “Se a reforma vier para simplificar e não onerar o imposto final, irá ajudar”, afirma. **V**



Para o secretário da Fazenda, Emílio Oliveira Júnior, isenções impulsionam empregos

CONTEÚDO PATROCINADO POR



Agência de
fomento mira
geração de
negócios
em setores
estratégicos,
como o de
energias
renováveis

FOTOS: DIVULGAÇÃO

INVESTE PIAUÍ: DESENVOLVIMENTO REGIONAL COM OLHAR PARA O MUNDO

Nos últimos dois anos, o governo do Piauí vem colocando em prática um novo plano de reformulação de sua cadeia de negócios. Baseada em três eixos principais — atração de recursos, modernização de infraestrutura e criação de empreendimentos de alto impacto —, a estratégia está concentrada na atuação da Investe Piauí, agência de promoção de investimentos responsável pelo desenvolvimento de setores-chave da economia local.

A partir de um núcleo de gestão que reúne mais de 200 colaboradores e ações realizadas em dezenas de países, os projetos promovidos pela Investe Piauí já movimentaram mais de R\$ 300 milhões, incluindo a abertura de conexões internacionais, lançamento de programas educacionais e operações industriais em diversos municípios da região. O potencial de impacto no PIB é superior aos R\$ 50 bilhões.

“Queremos impulsionar as vocações naturais do estado de maneira integrada, combinando capital humano, inovação tecnológica e eficiência logística. Por essa razão, criamos um modelo que estabelece uma interface direta entre a Investe Piauí e as secretarias do governo,

permitindo tomadas de decisões mais rápidas e assertivas”, afirma o governador do estado, Rafael Fonteles, ao destacar o papel da agência na articulação de diferentes esferas de interesse público.

Da inserção no mapa global de competitividade ao redesenho de segmentos produtivos, as reportagens das próximas páginas mostram os resultados que já começam a ser conquistados pela nova economia piauiense — e os caminhos escolhidos para transformar o estado em um dos protagonistas do PIB nacional. “Nossos objetivos estão pautados pela visão de longo prazo e pelo compromisso com o futuro da população. As primeiras sementes já foram plantadas e certamente continuarão gerando frutos para as próximas gerações”, diz Fonteles.



“Queremos impulsionar as vocações naturais do estado de maneira integrada, combinando capital humano, inovação tecnológica e eficiência logística”

RAFAEL FONTELES,
governador do Piauí

PRODUZIDO POR



VISIBILIDADE AMPLIADA

Com conjunto inovador de políticas públicas, a Investe Piauí posiciona o estado em importante celeiro de oportunidades

Consolidar o Piauí como uma vitrine global de investimentos. Para transformar esse objetivo em realidade, o governo do estado vem promovendo uma série de iniciativas focadas na atração de recursos e empreendimentos para a região. Desenvolvida e executada pela Investe Piauí, a estratégia é orientada pela divulgação de oportunidades apresentadas pela cena de negócios locais, assim como o aumento da exposição em mercados externos e a formação de estruturas de apoio para investidores.

Como resultado desse planejamento, a agência vem organizando missões internacionais com foco no intercâmbio de experiências e na abertura de pontes de colaboração em setores como turismo, energias renováveis, agronegócio e soluções digitais. Em pouco mais de dois anos, foram mais de 20 países visitados e 400 reuniões bilaterais realizadas. A aproximação com mercados relevantes foi reforçada pela inauguração de escritórios em São Paulo, Xiamen (China), Boston (Estados Unidos) e Lisboa (Portugal), com equipes

Agência vem organizando missões internacionais com foco no intercâmbio de experiências e na abertura de pontes de colaboração em setores estratégicos

dedicadas ao fortalecimento de fluxos de negociação e conexões com parceiros locais.

Outro projeto de destaque é o Investe Piauí Day, evento itinerante criado com o intuito de mostrar riquezas e potencialidades do estado para o mundo. Com edições realizadas em cidades como Londres (Reino Unido), Mumbai (Índia), Berlim (Alemanha), Nova York (Estados Unidos) e Xiamen (China), os encontros giram em torno da divulgação de oportunidades comerciais e de incentivos fiscais oferecidos para potenciais investidores.

“Durante muitos anos o Piauí teve uma economia extremamente fechada, sem uma estratégia consistente de abertura e desenvolvimento de negócios. Para mudar esse panorama, estamos desenhando uma política focada no longo prazo, que impulse a competitividade de setores importantes e abra novas pontes de colaboração entre agentes de inovação públicos e privados”, afirma Victor Hugo Almeida, presidente da Investe Piauí.

PLANEJAMENTO E RESULTADOS

As ações realizadas até o momento têm como base uma análise detalhada do custo-oportunidade apresentado por diferentes setores. No agro-negócio, por exemplo, os esforços de captação de investimentos são direcionados para a industrialização de cadeias produtivas. “A gestão de informações estratégicas e de dados de mercado é um ponto central do nosso planejamento. O objetivo é mapear oportunidades de negócio com alto potencial de impacto econômico, que tragam resultados concretos para os investidores, para os empreendedores e para a sociedade”, explica Almeida.

A partir desse posicionamento, a Investe Piauí vem registrando conquistas como a implantação do

Frigorífico Friato, previsto para iniciar as operações até 2028. Resultado de um investimento de R\$ 3 bilhões, a operação de processamento de aves deverá resultar na geração de 4,5 mil empregos diretos. No setor de bio-combustíveis, os programas levarão à instalação de duas novas plantas de etanol de milho, que devem produzir mais de 1,4 milhão de toneladas por ano, abrindo cerca de 500 vagas de trabalho para profissionais de diferentes especialidades. A primeira delas — a Usina Brasbio, na cidade de Uruçuí — está prevista para inaugurar no segundo semestre de 2026.

A agência também registrou uma participação ativa na articulação para viabilizar a parceria com a estatal China General Nuclear Power Group (CGN), uma das maiores companhias de energia nuclear do mundo. Celebrada entre o governo do estado e a CGN, a assinatura do memorando selou um acordo que prevê aportes de mais de R\$ 3 bilhões para a expansão de projetos de energia renovável, com foco em fontes solares e eólicas e sistemas de armazenamento, totalizando mais de 1,4 gigawatt em capacidade instalada.

Na frente de internacionalização de produtos, os destaques incluem o projeto que abriu as portas para a primeira exportação de mel da Cooperativa Mista dos Apicultores da Microrregião de Simpício Mendes (Comapi) para o Japão. As negociações foram conduzidas pelo escritório paulistano da Investe Piauí, que identificou no país o potencial para oferecer apoio técnico e comercial para a inserção e a distribuição dos primeiros lotes, valorizando características como sustentabilidade, origem familiar e fabricação orgânica.

Entre as iniciativas consolidadas e os negócios em fase de implantação, as atividades de promoção capitaneadas pela agência já atraíram mais de 90 projetos para o estado.

Com os primeiros grandes empreendimentos em andamento, o próximo passo é garantir a longevidade das ações realizadas, mantendo aberto o fluxo de oportunidades com investidores e empreendedores do Brasil e do mundo.

Almeida destaca a importância de continuar apostando em modelos baseados no diálogo aberto e pautados pelo interesse público: “Nosso principal objetivo é consolidar uma política de desenvolvimento robusta e orientada pela geração de oportunidades concretas de renda e trabalho para toda a população. Nosso foco está nos resultados de longo prazo e na consolidação do potencial do Piauí como um dos protagonistas da economia nacional”, diz.



MARCELO PEREIRA/G.LAB

“A gestão de informações estratégicas e de dados de mercado é um ponto central do nosso planejamento. O objetivo é mapear oportunidades de negócio ”

VICTOR HUGO ALMEIDA,
presidente da Investe Piauí

OPORTUNIDADES

As principais ações e conquistas do projeto de visibilidade e atração de recursos liderado pela Investe Piauí

16 MISSÕES INTERNACIONAIS em 21 países:

- Estônia
- Portugal
- Espanha
- Alemanha
- Inglaterra
- Suécia
- Croácia
- Bélgica
- Arábia Saudita
- Japão
- Austrália
- EUA
- Singapura
- Índia
- Coreia do Sul
- Holanda
- Emirados Árabes
- Itália
- China
- Catar
- Suíça

400 REUNIÕES BILATERAIS organizadas com lideranças, empreendedores e investidores globais

11 EDIÇÕES do Investe Piauí Day já realizadas em Londres, Lisboa, Roterdã, Mumbai, Berlim, Bruxelas, Nova York e Xiamen

4 ESCRITÓRIOS INAUGURADOS: São Paulo, Xiamen, Boston e Lisboa

90 PROJETOS VIABILIZADOS

UMA NOVA INFRAESTRUTURA PARA OS NEGÓCIOS

Da ampliação da Zona de Processamento de Exportação à capacitação de talentos, o Piauí aposta na modernização da cadeia produtiva para transformar o estado em um dos protagonistas da economia nacional

Ao longo dos últimos anos, o Piauí passou por uma reformulação nas áreas de infraestrutura e logística. As iniciativas fazem parte do escopo de atividades desenvolvido pela Investe Piauí, que incorporou ativos estratégicos do governo estadual. Para modernizar processos, acelerar ciclos de exportação e ampliar o acesso à inovação, o planejamento vem sendo orientado pela criação de subsidiárias da agência, contemplando a gestão de pontos cruciais da cadeia de transporte, indústria e comércio.

Uma das principais bandeiras desse movimento, a incorporação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) tem aberto novos caminhos de internacionalização para empreendimentos locais. Voltada para a facilitação da comercialização de bens e serviços para o exterior, a ZPE expandiu suas áreas de atuação e incentivos para empresas de diversos perfis e setores. Os resultados incluem 18 startups incubadas e já graduadas, dois projetos de hidrogênio verde previstos para serem instalados e três grandes indústrias em fase de implantação.

A partir da ampliação de parcerias com países da América do Sul, da Europa e da Ásia, o local registrou um volume de exportação de 677,4 toneladas no ano passado. Além da contribuição para a balança comercial, o crescimento da operação passou a exercer um papel fundamental na difusão

tecnológica e na multiplicação de fontes de renda para profissionais de diferentes setores.

“A atuação da Investe Piauí na coordenação dos ativos de infraestrutura do estado permite o desenvolvimento de soluções que antes demandariam articulações complexas entre diversos processos e órgãos públicos. Ao apresentar uma abrangência maior em suas áreas de atuação, a agência consegue responder às demandas de investidores e empreendedores de maneira mais ágil e assertiva”, afirma o governador Rafael Fonteles.

PORTO PIAUÍ

Conectada diretamente às atividades da ZPE, a implantação do Porto Piauí é outro eixo central da agenda de modernização da infraestrutura

Zona de Processamento de Exportação (ZPE) é voltada para a facilitação da comercialização de bens e serviços para o exterior

local. Com mais de R\$ 2 bilhões investidos até o momento — de um total de R\$ 7 bilhões previstos até 2030 —, o projeto irá criar aproximadamente 1,8 mil empregos diretos e indiretos até 2030. O início das atividades está previsto para o ano que vem e prevê a instalação de terminais de última geração voltados para operações de mineradoras, pesqueiras, cargas gerais, combustíveis e fertilizantes.

“A inauguração do porto transformará em realidade um sonho que acompanha o nosso povo há mais de um século. O sucesso do projeto é resultado direto da nova abordagem de desenvolvimento econômico idealizada pelo governo estadual, posicionando a Investe Piauí como uma agência capaz de atuar em frentes complementares e integradas de atração de recursos e

desenvolvimento econômico”, diz Victor Hugo Almeida, presidente da Investe Piauí.

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

O redesenho desse ecossistema também contempla o fortalecimento de infraestruturas ligadas à nova economia. Para aumentar a sinergia entre startups e grandes players de setores tradicionais, a Investe Piauí assumiu a administração e a criação de parques empresariais e distritos de inovação. Entre eles estão o Tech Export Hub e o Hub Investe Piauí, que têm como objetivo fortalecer conexões e gerar oportunidades com os principais stakeholders da região.

O grupo de subsidiárias também inclui projetos voltados para a qualificação de talentos para segmentos como smart cities, fintech e healthtech. É o caso do Piauí Instituto de Tecnologia (PIT). Além de incentivar projetos de pesquisa nas áreas de tecnologia e inovação, a faculdade atua para preencher lacunas de talentos registradas entre empresas locais. Mais de 950 alunos já passaram pelos cursos do instituto, entre graduação e extensão.

Na opinião de Washington Bandeira, secretário estadual da Educação do Piauí, trata-se de uma peça-chave da proposta integrada de impacto social e econômico que



“Fica cada vez mais clara a importância de explorar modelos que promovam a simbiose entre projetos educacionais e programas de desenvolvimento de negócios”

WASHINGTON BANDEIRA, secretário estadual da Educação do Piauí

vem sendo implantada no estado. “Fica cada vez mais clara a importância de explorar modelos que promovam a simbiose entre projetos educacionais e programas de desenvolvimento de negócios. É a

partir da formação de profissionais qualificados que teremos novas gerações de colaboradores, gestores e empreendedores capazes de impulsionar setores decisivos para o futuro do estado”, explica.

Para fortalecer o elo entre oferta de competências e novas demandas de mercado, foram criadas capacitações técnicas em áreas como desenvolvimento de sistemas, programação de jogos e marketing digital. Até o momento, os programas já formaram mais de 50 mil jovens. O projeto educacional inclui, ainda, parcerias com instituições internacionais, como o MIT, que ajudou a elaborar um curso de empreendedorismo digital para a rede pública de ensino.

Mais do que capacitarem a mão de obra local, os investimentos em educação têm estruturado pilar fundamental na criação de um novo ambiente econômico para o Piauí, formando um círculo virtuoso entre tecnologia, infraestrutura e capital humano. “A meta é transformar o estado em um centro de talentos para o futuro do trabalho. Estamos atuando para que nossos jovens possam se inserir em um mercado global cada vez mais competitivo, abrindo novas possibilidades de geração de renda e incentivando a formação de novos ecossistemas de inovação na economia”, conclui Bandeira.

PILARES DE CRESCIMENTO

Os números que marcam a evolução do ecossistema de negócios piauiense nos últimos dois anos

R\$ 7 BILHÕES

é o volume a ser investido no Porto Piauí até 2030. Com o início das operações previsto para 2026, o projeto já gerou mais de 1,8 mil empregos diretos e indiretos

548 STARTUPS

inscritas no programa Startup Piauí, oriundas de 40 cidades do estado e 28 mercados

950 ALUNOS

nos cursos de graduação e extensão do Piauí Instituto de Tecnologia (PIT)

40 MIL ESTUDANTES

já passaram pelo programa de formação empreendedora desenvolvido em parceria com o MIT



Administrado pela Investe Piauí, a Investe Piauí Participações, veículo de private equity, se tornou uma importante linha complementar dentro do plano de captação de recursos

EXPANSÃO DE PROJETOS DE ALTO IMPACTO

Com o objetivo de adensar o volume de negócios e aumentar a sinergia com o setor privado, a Investe Piauí Participações realiza aportes em setores de mão de obra intensiva

Em meio aos movimentos de transformação e internacionalização que vêm moldando a nova economia do Piauí, o governo estadual desenvolveu uma política de investimentos em setores-chave da re-

gião, que tem como base a atuação da Investe Piauí Participações. Administrado pela Investe Piauí, o veículo de private equity se tornou uma importante linha complementar dentro do plano de captação de recursos e modernização

dos empreendimentos locais.

A partir de um modelo inspirado em instituições como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a plataforma busca viabilizar projetos de alto impacto, posicionando o governo como stakeholder direto. “Queremos participar de negócios que atuem em setores intensivos em mão de obra, onde exista um interesse público de verticalização de segmentos econômicos. Por isso, criamos uma estratégia que permitisse que o governo se tornasse sócio dessas empresas, fortalecendo a sinergia entre todas as partes”, afirma Victor Hugo Almeida, presidente da Investe Piauí.

Entre os principais investimentos realizados pela agência está o aporte de R\$ 20 milhões no Frigorífico Piauhy. Localizado no município de Ribeiro Gonçalves, o espaço terá capacidade de abate de até 600 bovinos por dia. Com um volume total de R\$ 150 milhões planejados para o projeto, o negócio deverá gerar mais de 500 empregos diretos na cidade e nos seus arredores.

De acordo com Alzir Neto, um dos sócios do projeto, a expectativa é criar uma operação de nível internacional em um dos mais promissores polos agropecuários do estado. “Teremos equipamentos modernos, de ponta, trazendo o que há de melhor na indústria

frigorífica para o Piauí. A ideia é não apenas atender o mercado local, que é extremamente importante, mas levar os nossos produtos para o mundo”, disse o empresário em reportagem publicada pela Investe Piauí.

RADAR DE OPORTUNIDADES

Após consolidar a primeira leva de parcerias, a Investe Piauí segue na busca de abrir novos vetores de crescimento. Entre as negociações em curso está um aporte de R\$ 20 milhões para a estruturação de uma sociedade com a Lion Mining, grupo sediado na cidade de Piripiri, para processamento de minério de ferro no norte do

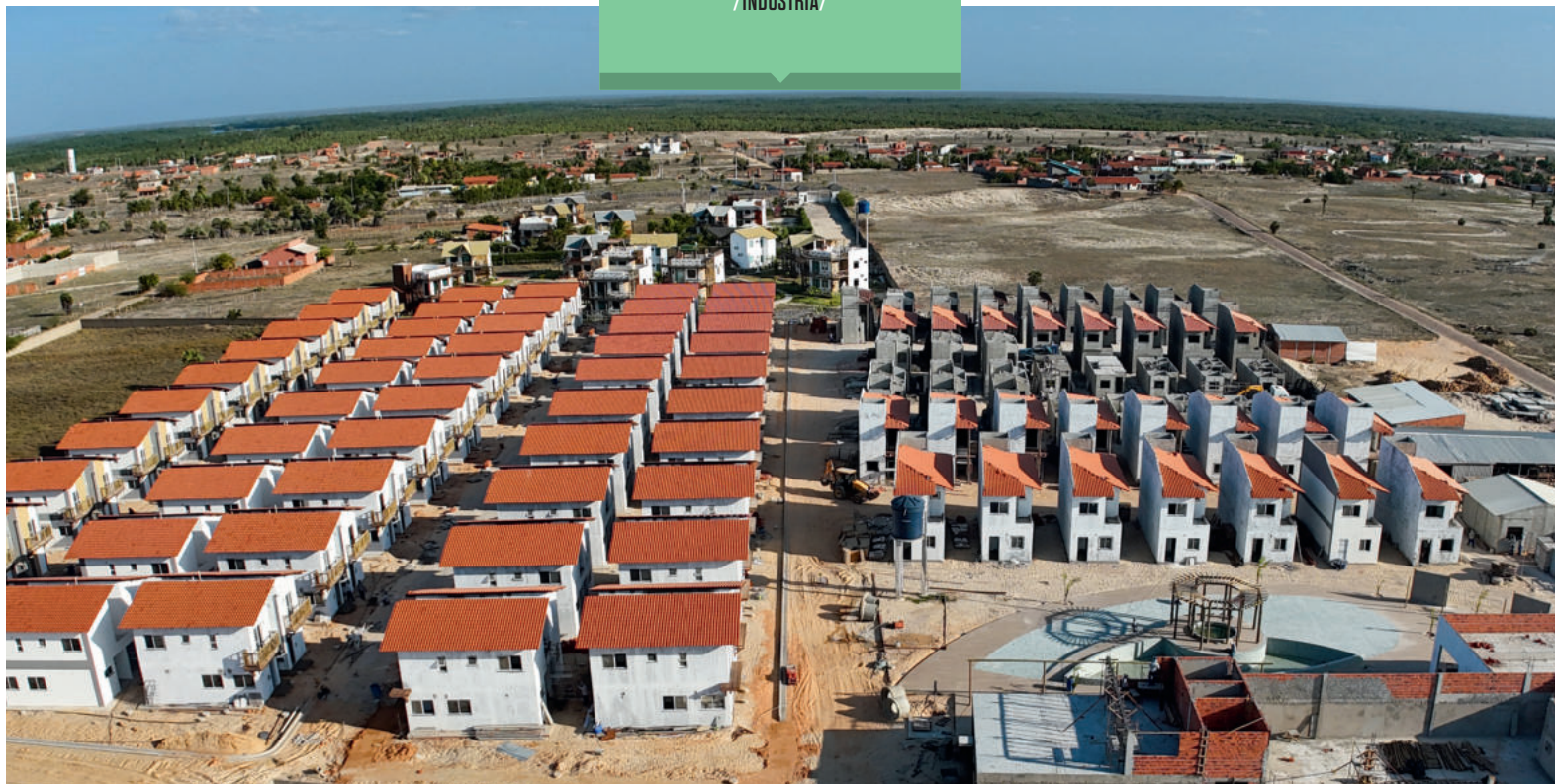
estado. Atualmente, a companhia produz cerca de 1,5 milhão de toneladas ao ano, tendo como principal comprador o mercado chinês. “A atividade de mineração é a que mais gera renda por hectare, e o Piauí tem um grande potencial nesse setor. Além disso, as propriedades metalúrgicas desse material são muito boas, o que faz dele um produto muito bem aceito aqui e no mercado internacional”, explicou Jader Fernandes, sócio-diretor da Lion Mining, em entrevista concedida ao portal da Investe Piauí.

As possibilidades destacadas pelo empresário reforçam o papel da frente de private equity como um fator cada vez mais importante da abordagem de internacionalização integrada adotada pela Investe Piauí. Além de atuar como uma linha auxiliar de infraestrutura, o núcleo de investimentos tem se mostrado importante por combinar conhecimento, colaboração e aproximação com lideranças de negócios locais e internacionais.

“Todas as nossas ações têm como objetivo abrir novas interfaces entre o setor privado, a indústria produtiva e os órgãos do governo. A consolidação dessa rede é essencial para criar modelos de desenvolvimento que ultrapassem períodos de governos e incertezas de mercado”, afirma o governador do estado, Rafael Fonteles.



/INDÚSTRIA/



DESEMPENHO CONSISTENTE

CONCENTRADA EM SETORES COMO MINÉRIO, ALIMENTOS, ENERGIA
E CONSTRUÇÃO CIVIL, INDÚSTRIA COLHE BONS RESULTADOS

POR **GENILSON CEZAR**

O setor industrial do Piauí vem acompanhando o movimento de expansão da economia do Estado com o mesmo vigor. Seu maior impulso é o desempenho, cada vez mais consistente, de empresas voltadas para a exploração mineral e a produção de alimentos e bebidas, além dos investimentos feitos nas áreas de energia renovável, bens siderúrgicos e construção civil.

Os dados mais recentes indicam que em 2022 a indústria do Piauí teve uma participação de 15,6% no PIB do Estado (R\$ 10,2 bilhões), com 5,7 mil empresas, conforme dados do Centro de Inteligência em Economia e Estratégia Territorial (Ciet), vinculado à Secretaria de Planejamento do Piauí. Em relação a 2023, as estimativas baseadas em dados que serão divulgados até dezembro indicam uma participação um pouco menor no PIB estadual, de 14,3% (R\$ 8 bilhões), reflexo da desaceleração em razão do foco em agropecuária e serviços.

Para Islano Marques, gestor corporativo da área internacional e mercado da Federação das Indústrias do Estado do Piauí (Fiepi), o setor industrial é vital para o desenvolvimento do Estado. Emprega perto de 70 mil trabalhadores formais, com salário médio de R\$ 2.111,50 (dados de 2023), melhorando as condições de vida de boa parte da população. As pequenas empresas, por exemplo, geram 35% dos empregos, enquanto as médias, 26%.

“Nos últimos três anos, a indústria vem apresentando perspectivas positivas, acompanhando o processo de transformação gradual da economia do Estado”, afirma Diarlinson Lucas, diretor do Ciet.



Política habitacional contribui para o avanço da construção civil no Estado



FOTO: DIVULGAÇÃO

Projeções feitas pelo banco Santander, divulgadas pelo governo estadual, mostram uma trajetória de crescimento da indústria piauiense: alta de 8,9% em 2023, 5,5% em 2024 e 5% em 2025. Neste ano, de acordo com o levantamento, a indústria nordestina deve avançar 2,3% e a brasileira, 1,4%.

A construção civil é uma das atividades mais relevantes na composição da produção industrial do Piauí, com participação de 36,6%, e a que mais cresceu nos últimos anos, particularmente nas áreas de infraestrutura e de empreendimentos imobiliários. “O impacto transformador veio com a nova política habitacional do governo do Piauí e com os investimentos do governo federal em obras e ações nos 224 municípios do Estado”, conta Guilherme Fortes, presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon-PI). “Só em obras do novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), os investimentos somam R\$ 46,6 bilhões”.

Trata-se de uma atividade estratégica para a economia estadual, diz ele. Em 2022, o Piauí produziu R\$ 4,6 bilhões em incorporações, obras e serviços de construção, o equivalente a 6,3% do total gerado no Nordeste. O número de empresas do setor aumentou 55% nos últimos dez anos, passando de 457 empresas em 2013 para 711 em 2022, segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O quadro de empregados soma mais de 20 mil pessoas, registrando queda do contingente nesse período, devido ao aumento da informalidade. “De qualquer forma, é uma expansão que reflete o atual nível de especialização das empresas”, diz Fortes.

Segundo ele, 2024 foi o melhor ano da construção civil nessa década: maior número de lançamentos e de vendas e maior número de empreendimentos e de contratações. “Hoje temos cinco

mil unidades habitacionais em obras, dentro da Fase 1 do programa Minha Casa, Minha Vida, para famílias de baixa renda, e mais 2.855 já contratadas para serem iniciadas a partir de dezembro”, indica. Um exemplo de boa performance da indústria, diz, é o de sua própria empresa, a Construtora Macêdo Fortes, criada há 20 anos e que conta com mais de mil funcionários. “Estamos com dez obras em andamento, em média com 150 unidades habitacionais por empreendimento, e neste ano deveremos atingir a receita em torno de R\$ 100 milhões”, afirma.

Uma empresa que cresce na esteira da indústria da construção é o grupo Ferronorte, com atuação no beneficiamento e distribuição de aço no Piauí e em vários Estados nordestinos. Instalado em Teresina, o Complexo Ferro-norte Industrial abriga várias áreas de produção, com capacidade para transformar 190 mil toneladas de ferro e aço por ano. Com centros de distribuição no Piauí e no Maranhão, cerca de 20 lojas integradas, que vendem produtos e insumos para os setores de constru-

ção e metalurgia, o grupo tem planos de alcançar outros Estados do Nordeste. Para isso, está investindo R\$ 160 milhões no aumento da produção.

Além de aquecer a economia piauiense, a concessão de incentivos fiscais tem sido uma política de governo fundamental para ajudar na implantação de empresas inovadoras, mesmo as de pequeno porte que possam contribuir para a proteção do meio ambiente. É o caso da Arla 32 Forte, uma microempresa instalada na cidade de Oeiras, que recebeu apoio do Conselho de Desenvolvimento Industrial do Estado do Piauí (Codin), para investir R\$ 3 milhões na produção de um aditivo químico denominado Arla 32, utilizado pela indústria automobilística.

O produto, que é exigido pela legislação brasileira para veículos automotores movidos a diesel, reduz a emissão de gases poluentes. “É uma aposta na inovação”, diz Fábio Silva, sócio-proprietário da Arla. “Importamos ureia da Rússia e da China para produzir um produto de qualidade que preserva o meio ambiente”, diz Silva. A meta é fabricar dois milhões de litros do agente redutor líquido automotivo para caminhões a diesel por ano, a partir de 2026.

A indústria do Piauí, porém, enfrenta desafios. “As dificuldades incluem a baixa diversificação que ainda existe nas atividades industriais, uma grande dependência de micros e pequenas empresas (96,6% do total), limitando a escala de produção, e a falta de mão de obra qualificada, além de uma infraestrutura insuficiente”, diz Islano Marques, da Fiepi. Não significa, diz, nenhuma perspectiva pessimista. O mapa de trabalho industrial do Piauí, elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), projeta para o período de 2025 a 2027, uma demanda por 84 mil qualificações no setor industrial — 14 mil novas formações e 70 mil requalificações. **V**

Silva, da Arla 32 Forte: importação de ureia da Rússia e da China



DIVULGAÇÃO



/ MINERAÇÃO /

FRONTEIRA DE DESENVOLVIMENTO

MINAS DE FERRO EM PIRIPIRI E DE NÍQUEL EM CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA
GARANTEM PRESENÇA DO ESTADO NO MAPA MINERAL BRASILEIRO

POR **DOMINGOS ZAPAROLLI**

Dois empreendimentos voltados ao mercado internacional, um já operacional e outro em fase de implementação, asseguram a participação do Piauí no mapa mineral brasileiro. Em Piripiri, no noroeste do Estado, a Lion Mining explora minério de ferro desde 2022 e programa expansão para alcançar capacidade produtiva de cinco milhões de toneladas anuais a partir de 2027.

No município Capitão Gervásio Oliveira, no sudeste do Estado, o Projeto Piauí Níquel, do grupo britânico Brazilian Nickel Limited (BRN), orçado em US\$ 1,4 bilhão, prevê entrar em operação em 2029 e alcançar a partir de 2030 produção anual de 27 mil toneladas de níquel equivalente e mil toneladas de cobalto. Os dois minérios formam um concentrado denominado de Produto Misto de Hidróxido (MHP), utilizado para aumentar a durabilidade de baterias de veículos elétricos.

Lion Mining:
meta é expandir
produção de
2,5 milhões de
toneladas/ano de
minério de ferro

A expectativa na BRN é de uma boa aceitação de sua produção no mercado internacional. “Estamos em fase de pré-venda e já contamos com cerca de 50% da capacidade comercializada”, diz André Simão, CFO da Brazilian Nickel. Os acordos comerciais são com duas empresas que participam da cadeia de produção de baterias de veículos elétricos, a alemã Pure Battery Technologies (PBT) e a francesa Electro Mobility Materials Europe (EMME).

O níquel e o cobalto são minerais considerados estratégicos para a transição energética e valorizados globalmente. O Brasil é detentor da terceira maior reserva comprovada de níquel do mundo, mas em 2023, segundo dados do Ministério de Minas e Energia, o país ocupava apenas o nono posto entre os maiores produtores mundiais, com uma produção naquele ano de 89 mil toneladas. O Projeto Piauí Níquel é um dos pioneiros no mundo a utilizar em escala industrial um processo de produção de níquel por lixiviação em pilha e hidrometalurgia, que consome menos ácidos e energia elétrica, reduzindo o impacto ambiental. “A sustentabilidade é um critério cada vez mais valorizado por clientes na Europa e nos Estados Unidos”, diz Simão.

“Estamos transitando da posição de um Estado que produzia apenas agregados minerais para a construção civil local para um Estado exportador de minérios”, diz Bruno Casanova, superintendente de mineração e energias renováveis da Secretaria do Planejamento (Seplan) do Piauí. Essa transição já rende resultados econômicos. Em 2023, a arrecadação de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) no Piauí foi de R\$ 4,13 milhões. Em 2024, quase o dobro, R\$ 8,12 milhões. “É o efeito das operações da Lion Mining”, diz Casanova. A arrecadação deve aumentar ainda mais nos próximos anos, uma vez que a mine-

radora programa a expansão de suas atividades.

A Lion Mining possui duas jazidas abertas em Piripiri. A primeira, que já está sendo explorada comercialmente, tem capacidade de produção de 2,5 milhões de toneladas anuais de minério e apresenta teor de ferro na faixa de 60%, o que é considerado de alto padrão. A extração mineral está evoluindo gradualmente. Em 2024, a produção foi de 1,5 milhão de toneladas e em 2025 deve alcançar dois milhões de toneladas. A China é o principal destino da produção, mas a mineradora também atende a siderúrgica ArcelorMittal Pecém, a unidade cearense do grupo. A segunda jazida, em fase de desenvolvimento industrial, tem previsão de entrar em operação no fim de 2026. “Vamos duplicar nossa capacidade produtiva e chegar a cinco milhões de toneladas

Jôve Oliveira,
prefeita de Piripiri:
conscientização da população
sobre riscos
das minas



ROGÉRIO VIEIRA / VALOR

anuais”, diz o diretor Gabriell Lessa. O investimento total em Piripiri é previsto em R\$ 150 milhões.

A mineradora adota um sistema de separação magnética do material extraído de suas jazidas e implementou a técnica de empilhamento a seco dos rejeitos de mineração, com a qual se retira a umidade do material que será depois disposto em pilhas, dispensando as barragens de rejeitos líquidos, como as que geraram os desastres de Mariana, em 2015, e de Brumadinho, em 2019, que juntos causaram 289 mortes e uma vasta destruição socioambiental em Minas Gerais. “A população estava bastante resistente à mineradora por conta dos desastres em Minas, mas mostramos que não havia risco com o sistema de empilhamento de resíduos secos”, diz a prefeita de Piripiri, Jôve Oliveira, que se envolveu diretamente no trabalho de convencimento dos moradores.

Um desafio para a operação da Lion Mining é a logística. Atualmente, a produção é levada por caminhões em um percurso rodoviário de 420 quilômetros até o porto do Pecém (CE). A expectativa da mineradora é transferir o escoamento para o porto Piauí, em Luís Correia, distante 170 quilômetros da mina. No entanto, o porto, que prevê iniciar as atividades em seu terminal de cargas em 2026, tem um calado de apenas sete metros de profundidade, o que não permite a atracação de navios de grande porte. “Vamos realizar uma operação transshipment”, diz Lessa. A operação consiste em embarcar o minério em uma barça no porto e realizar o transbordo em alto-mar para um navio cargueiro.

Em números absolutos, a produção da Lion Mining é de pequeno porte em um país que exportou 389 milhões de toneladas de minério de ferro em 2024. Uma atividade dominada principalmente por uma companhia, a Vale. “O volume da Lion, no entanto, foi suficiente para estabelecer



DOUGLAS MAGNO / DIVULGAÇÃO



a empresa como a sexta maior exportadora do minério no ano passado”, diz Casanova.

As principais reservas piauienses de minério de ferro estão na região sul do Estado, onde há vários projetos de prospecção, mas ainda sem processos produtivos estabelecidos. O maior projeto mineral na região é o da SRN, em São Raimundo Nonato, que tem recursos potenciais da ordem de 800 milhões de toneladas. A companhia, no entanto, ainda não conta com licença ambiental e precisa resolver um conflito territorial

**Projeto Piauí
Níquel prevê
produção de
27 mil toneladas
de níquel a partir
de 2030**

com a comunidade do Quilombo Lagoas, que reúne mais de cinco mil moradores à espera, desde 2008, da titulação da área em disputa com a SRN.

A viabilidade da exploração da mina da SRN e também de outros projetos no centro-sul piauiense depende da Transnordestina, ferrovia de 1.206 quilômetros de extensão que ligará Eli-seu Martins (PI) ao porto do Pecém. A obra, iniciada em 2006, tem previsão de conclusão em 2028. Ao todo, o Piauí soma 3.193 processos de pesquisa mineral em execução e 205 requerimentos

de lavras formalizados junto à Agência Nacional de Mineração (ANM) para o aval de exploração comercial de jazidas já comprovadas.

Em estudo recente realizado pelo Serviço Geológico do Brasil (SGB), o Piauí apresenta potencial mineral em ferro, manganês, níquel e cobre. O Estado já é produtor de diamantes, com uma extração de aproximadamente mil quilates por mês em Gilbués, no sul piauiense, e de opala, uma pedra preciosa encontrada em Pedro II, no norte do Estado. **V**

NOSSA RELAÇÃO COM O PIAUÍ TEM HISTÓRIA, SOLIDEZ E UM NOME: RESERVA RIO POTY



Um verdadeiro ecossistema que reúne shopping, torres comerciais e residenciais, o **Reserva Rio Poty** redesenha o skyline de Teresina, criando um novo eixo de desenvolvimento para a cidade.

Com uma localização estratégica às margens do Rio Poty, o complexo multiuso engloba o **Shopping Rio Poty**, o **La Reserve** e o **Rio Poty Offices & Residences**.

Tudo isso com a solidez e a credibilidade da Sá Cavalcante, um grupo presente em 6 estados brasileiros e que, há mais de 50 anos, transforma regiões inteiras em polos de excelência e de crescimento.

Mas a evolução do Reserva Rio Poty não para por aqui.

Novas fases do complexo já estão em andamento, reforçando o compromisso da Sá Cavalcante em seguir investindo onde mais importa: **no futuro do Piauí e de todos piauienses.**



Sobre o Shopping Rio Poty,

uma verdadeira ponte entre marcas globais e consumidores locais:

+84% de crescimento nos últimos 4 anos.

R\$ 846 milhões em vendas projetadas para 2025.

67 marcas exclusivas no Piauí.

R\$ 60 milhões investidos na sua última expansão.



Sobre o La Reserve, um projeto ícone que vai redefinir o luxo de se viver em Teresina:

Primeiro empreendimento com o conceito de casas suspensas em Teresina.

Projeto assinado pelo premiado arquiteto Alexandre Feu.

Apartamentos de 4 suítes, com 279m² e 558m².

Piscina com vista infinita e salão cerimonial.



Sobre o Rio Poty Offices & Residences, um novo marco de sofisticação, com alta rentabilidade para investimento:

Breve lançamento.

217 Salas Comerciais, de 27m² a 31m².

108 Apartamentos Residenciais, com 42m², 50m² e 54m².

11 Pavimentos Comerciais e 14 Residenciais.

Recepção e áreas comuns 100% independentes.



Acesse o site:

sacavalcante.com.br

LinkedIn:

Sá Cavalcante

Instagram:

@sacavalcatepiaui • @shoppingriopoty



José Nunes
Lopes: lida diária
na pedreira para
alcançar o veio,
hoje a 30 metros
de profundidade

OPALA, TESOIRO DE VALOR MUNDIAL

DA MINA À OURIVESARIA, ATIVIDADE DEPENDE DE POLÍTICAS PÚBLICAS
E PROJETOS CAPAZES DE FOMENTAR A CADEIA PRODUTIVA

POR **ÁUREA LOPES**

A Mina do Boi Morto, que há 50 anos chegou a ser a maior do planeta em quantidade de opala a céu aberto, foi descoberta na década de 1930, na zona rural da cidade de Pedro II, a cerca de 200 quilômetros de Teresina. A pedra encontrada na jazida chamou atenção pelo fascinante jogo de cores, excepcional para os padrões do mercado mundial: as tonalidades variam entre branco, azul-leitoso, cinza, vermelho, amarelo, verde, marrom e até preto. Mas também despertou o interesse econômico do setor de joalheria pela alta qualidade, que favorece a lapidação — apresenta um índice de dureza médio de 6,5 na escala de Mohs, superior à média de 5,5, marcas de países produtores reconhecidos como Austrália, Índia, Nova Zelândia, Estados Unidos e México.

Em Pedro II, cidade chamada Terra das Opalas, a mineração dessa gema passou por várias fases. No início, a garimpagem era realizada de forma rudimentar, causando frequentes desabamentos e mortes, além de graves impactos ambientais. No boom dos anos 1970, companhias estrangeiras vieram explorar os principais filões e depois abandonaram as terras. Permaneceram, desde então, os garimpeiros-raiz, sem muita formação técnica, sobrevivendo de pequenos empreendimentos isolados.

Por isso — e porque o recolhimento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cefem), principal imposto do setor, é deficiente — não existem dados oficiais sobre quanto a atividade movimentou na cidade. O Grupo de Pesquisa Geologia e Geoquímica Aplicada do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) estima que a produção local de joias seja de mais de 400 quilos anuais. Esse é um dos grandes desafios a serem enfrentados, na opinião de Erico Gomes, gemólogo e professor do Instituto Federal do Piauí (IFPI): “Precisamos captar e consolidar dados para orientar a implantação de políticas públicas e projetos voltados a fomentar a cadeia de produção da opala”.

Um dos primeiros impulsos para qualificar a atividade, em 2005, foi o Arranjo Produtivo Local (APL), com fundo de R\$ 2 milhões do Ministério da Integração. Ao longo do tempo, no entanto, a iniciativa perdeu força. Em 2023, o segundo APL da Opala foi aprovado, sob a coordenação de Gomes. Por meio de uma parceria entre o governo do Piauí, o IFPI, a prefeitura de Pedro II, a Associação de Joalheiros e Lapidários de Pedro II, entre outros atores, o projeto recebeu recursos de R\$ 400 mil do CNPq e R\$ 1,6 milhão da Fundação de Amparo à Pesquisa do Piauí (Fapepi).

Estão em andamento diversas frentes com objetivo de promover uma

cadeia de extração que tenha baixo impacto ambiental, foco na capacitação das comunidades para boas práticas de lavra sustentável e competitiva e ainda com vistas à recuperação das áreas degradadas. Professores e estudantes das universidades públicas parceiras — as federais do Ceará, do Pará e de Pernambuco e a estadual do Piauí — participam do APL de diferentes maneiras, recebendo bolsas de estudo para pesquisas e desenvolvimento de inovações. “Outro propósito desse trabalho integrado é fomentar atividades de ensino, pesquisa e extensão, estimulando o pensamento científico decorrente do confronto direto com os problemas do projeto”, relata Gomes.

Entre as principais ações está a revitalização do Centro de Tecnologia e Artefatos Minerais (Cetam), que oferece qualificação profissional gratuita nas áreas de gemologia, lapidação, ourivesaria, prototipagem, fundição de joias em opalas e outras gemas. Antônio Mario de Oliveira, coordenador do centro, lembra que anos atrás só se fazia a extração da pedra. As etapas de ourivesaria, lapidação e montagem eram feitas fora da cidade. “Hoje, Pedro II tem mais de 50 oficinas, com joias procuradas por estrangeiros e turistas brasileiros. Estima-se que 60%



ROGERIO VIEIRA / VALOR



Extração da pedra natural de opala em Pedro II permite a produção de 400 kg/ano de joias

da produção local seja vendida para o exterior, in loco e por meio de plataformas digitais”, diz Oliveira.

Ravena Barroso, de 30 anos, foi aluna do Cetam. Formada em serviço social, deixou a carreira para se dedicar à ourivesaria. É sócia da amiga Júlia Soares em uma loja física em Pedro II. Elas também têm uma loja on-line, pela qual vendem as peças artesanais. “Nossos clientes são turistas que vêm a Pedro II ou que pesquisam na internet, porque ouviram falar da qualidade da nossa opala”, conta. Ravena também atua no Cetam, dando apoio aos cursos que atraem cada vez mais jovens.

Os veteranos, porém, alertam que não se trata de uma “corrida do ouro”, de ganho fácil. Riba da Opala, que ninguém conhece pelo nome de batismo, José Nunes Lopes, empunha uma picareta desde 2004, todos os dias, das 8h às 17h, durante o verão. No inverno, com as chuvas que inundam a mina, vai trabalhar na lavoura. Ele já chegou a passar dois anos sem encontrar nenhuma pedra que valesse a pena. “Quando acontece um bamburro, aí dá pra viver um tempo, um ano, mais ou menos”, diz.

Um veio generoso, chamado de “bamburro”, mantém todos os envolvidos na operação. O dono da terra onde está a jazida fica com 20%, a cooperativa dos mineradores leva 10%; o restante vai para o garimpeiro investidor, que paga os trabalhadores, como Riba. Mas a relação de Riba com a opala vai além. Enquanto ele lida na pedreira para alcançar o veio, agora só encontrado a 20 ou 30 metros de profundidade, seu filho Jonas, de 31 anos, cuida da joalheria da família. “Lido com opala desde os 8 anos de idade. Aos 14, fiz meu primeiro curso de ourivesaria”, conta o jovem comerciante, que aproveita para fazer seu pé-de-meia quando as vendas aumentam, durante o Festival de Inverno de Pedro II, importante evento cultural do Piauí. ■



/AGROINDÚSTRIA/

FOCO NA VERTICALIZAÇÃO

COM APORTES EM INFRAESTRUTURA E INCENTIVOS FISCAIS, ESTADO ESTIMULA PROJETOS QUE DEVEM SOMAR MAIS DE R\$ 5 BILHÕES ATÉ 2027

POR LAURO VEIGA FILHO

Num total aproximado de três dezenas de projetos, incluindo cinco já implantados e o restante em fase de execução ou ainda previstos, a agroindústria do Piauí deverá receber investimentos próximos de R\$ 5,36 bilhões até 2027, dos quais R\$ 2,26 bilhões na instalação de três frigoríficos, pouco mais de R\$ 2 bilhões nas duas primeiras plantas de produção de etanol de milho na região e R\$ 1,064 bilhão em 13 projetos de irrigação. Na soma geral, estima-se a abertura de 9,49 mil empregos diretos quando todos esses projetos estiverem em operação, conforme dados da Agência de Atração de Investimentos Estratégicos (Investe Piauí).

Na visão do vice-presidente de desenvolvimento rural sustentável da agência, Ícaro Torres de Carvalho, o avanço da agropecuária reforça a perspectiva de investimentos para verticalizar a produção de grãos e carnes, “agregando valor e fortalecendo a economia local com maior geração de renda e de empregos”. Carvalho conta que o desembarque da agroindústria no Estado em maior escala ainda é um fenômeno recente na economia local, mas que antecipa a perspectiva de um crescimento mais sólido daqui para frente. “O Piauí ainda não tem um frigorífico bovino e ressen-te-se também da ausência de laticínios, embora o Estado consuma 1,8 milhão de litros de leite por dia e produza 180 mil litros diários”, afirma.

Em fase de construção em Uruçuí, com parte das obras civis já adiantada, a primeira planta de etanol de milho do Estado, operada pela Brasil Bioenergia (Brasbio), deverá ter suas máquinas acionadas por volta de setembro do ano que vem, colocando em operação a primeira fase de um projeto previsto para incluir duas etapas adicionais, adianta Cornélio Adriano Sanders, presidente do grupo Progresso e um dos sócios da unidade, com participação de 25% no negócio por meio da empresa de participação SDS. A Brasbio terá R\$ 1,18 bilhão para investir apenas na primeira etapa, que prevê o esmagamento



Complexo industrial da Fazenda Progresso, em Sebastião Leal

FERNANDO MARTINHO / VALOR

de 1,5 mil toneladas de milho por dia para produzir 620 mil litros de etanol anidro e 420 toneladas de DDG (Dried Distillers Grains, grãos secos de milho, ricos em proteína e gordura, destinados à nutrição animal).

O empreendimento reúne, além de Sanders, o atual vice-governador de Mato Grosso, Otaviano Pivetta, com participação de 46%, os empresários Rafael Belisário, que detém fatia de 15%, e Mauro Carvalho, com 13%, além de um quinto acionista minoritário com o restante 1%. A segunda fase, a ser acionada um ano e meio depois da entrada em operação da usina, deverá dobrar a capacidade de processamento de milho, para três mil toneladas/dia, exigindo um aporte equivalente a um terço do investimento inicial, algo em torno de R\$ 390 milhões.

Ainda sem prazo estabelecido, a terceira etapa deverá expandir a capacidade de esmagamento para 4,5 mil toneladas diárias, com aumento proporcional na produção de etanol, estimada em quase 1,86 milhão de litros a cada 24 horas. Todo o projeto industrial será beneficiado com isenção integral do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), conforme Sanders. No momento, a Brasbio negocia acordo com a Ipiranga para fazer a mistura de anidro à gasolina e realizar, na sequência, a distribuição do combustível. A logística desenhada pelas duas partes envolveria o transporte do etanol por caminhão até São Luís (MA), num trajeto de 667 quilômetros. “Os caminhões que já trazem o combustível desde o Maranhão retornariam para São Luís com o etanol anidro”, afirma Sanders.

Instalada no extremo sul piauiense, no município de Gilbués, no Vale do Guruguéia, a Algodoeira AgroFritzen começou a beneficiar sua primeira safra em junho, depois de receber um investimento que “passa de R\$ 67 milhões”, na descrição de Leivandro Frit-



VERTICALIZAÇÃO FORTALECE A ECONOMIA LOCAL COM MAIOR GERAÇÃO DE RENDA E DE EMPREGOS

Ícaro Torres de Carvalho | VICE-PRESIDENTE DE
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DA INVESTE PIAUÍ



DIVULGAÇÃO

zen, que toca a operação juntamente com o pai Darsi e os irmãos Janaílton e Fernando. Os recursos, em parte financiados pelo Banco do Nordeste, foram destinados à compra do maquinário, instalações e edificações e na construção do galpão para armazenar o caroço do algodão. A descaroadora tem capacidade para processar o equivalente à produção de dez mil hectares de algodão, algo como 52,5 mil toneladas da pluma, praticamente o dobro do volume colhido pela empresa na safra 2024/2025, e emprega em torno de uma centena de pessoas.

O grupo produz algodão, soja e milho em quatro propriedades entre os municípios de Quilombo, Bom Jesus, Santa Filomena e Gilbués, onde fica a sede da empresa, numa área total de 52 mil hectares. “Começamos a pensar no investimento na algodoeira quando o asfalto começou a vir (pela rodovia Transcerrados, que interliga toda a região sul do Estado) e também com o reforço na distribuição de energia na região, o que melhorou o fornecimento”, resume Fritzen. O trecho em asfalto na rodovia, que passa exatamente na entrada da sede, “chegou no começo de setembro”, diz ele, uma semana antes de a reportagem aportar por lá. “Os investimentos privado e público precisam caminhar juntos para que as coisas funcionem”, arremata.

Uma visão estratégica em relação ao papel a ser desempenhado pela região na produção brasileira de proteína animal e a consolidação de investimentos iniciados há pouco mais de uma década e meia na produção de grãos, na porção mais ao sul do Piauí, forneceram as bases para a decisão do grupo Tomazini, com sede em Pires do Rio (GO), a investir na instalação do Projeto Agroindustrial Nutrizo Nordeste Alimentos S.A., em Uruçuí (PI). Com início de operação de sua primeira etapa previsto para o fim do primeiro semestre de 2028, o grupo,

que também controla a Friato Alimentos, projeta que o aporte total no projeto poderá alcançar quase R\$ 2,5 bilhões até sua implantação integral.

Carvalho, da Investe Piauí, aponta um terceiro fator decisivo na tomada de decisão do grupo. “Havia um problema histórico de falta de acesso à energia em Uruçuí, o que será solucionado com a construção pela Equatorial de uma subestação a ser concluída em 2027”, detalha. Mais da metade do investimento, estimado em R\$ 150 milhões, virá sob a forma de subvenção econômica, com o Estado participando com cerca de R\$ 80 milhões.

O complexo agroindustrial, que incluirá, além do abatedouro de aves, uma fábrica de rações, uma unidade desativadora de soja, armazéns, granjas de matrizes e de frangos de corte e uma planta para produção de industrializados, terá capacidade inicial para abater 125 mil aves por dia, contemplando ampliação gradativa até atingir 500 mil abates diários, com produção também diária de 300 toneladas de produtos industrializados ao fim do processo. O projeto incluirá ainda em torno de 400 granjas a serem exploradas pela empresa e em regime de integração, com capacidade anual para alojamento de 125 milhões de aves em sua etapa final.

Parte da produção deverá ser destinada a exportações, considerando as perspectivas positivas para a demanda global, mas o grupo pretende igualmente atender ao mercado doméstico, lembrando que o Nordeste responde por apenas 9% da produção brasileira de frango e ainda depende de outros Estados para suprir sua demanda. O grupo já estava presente na região desde 2009, onde atualmente produz soja e milho na Fazenda Serra Branca Agrícola, numa área superior a 120 mil hectares, o que deverá assegurar a autossuficiência do complexo aviário, promovendo a integração vertical da cadeia, a custos mais baixos e menor



FERNANDO MARTINHO / VALOR

Leivandro Fritzen | AGROFRITZEN



MAIS ENERGIA
E ASFALTO
INCENTIVARAM
INVESTIMENTO EM
ALGODOEIRA

vulnerabilidade às oscilações de preços no mercado.

Classificado pelo grupo como um dos “maiores investimentos agroindustriais da história do Piauí”, o empreendimento deverá abrir aproximadamente 15 mil empregos diretos e indiretos, com salários médios na faixa de R\$ 3 mil. Com a planta em plena operação, a expectativa é que seja gerado recolhimento anual de R\$ 300 milhões em tributos federais, estaduais e municipais.

A melhoria na infraestrutura logística e na oferta de energia, associadas ao crescimento dos sistemas de integração entre pecuária e lavoura na região, observa Alzir Aguiar Neto, presidente do grupo AZN, favoreceu a decisão de investir em um frigorífico em Ribeiro Gonçalves, próximo à Baixa Grande do Ribeiro, a 580 quilômetros da capital. A empresa já explora na mesma região a pecuária bovina, com plantel de quatro mil animais da raça nelore de alta linhagem, e o cultivo de arroz, milho, soja e milheto, somando uma área útil total de 43 mil hectares.

Com capacidade inicial para abate de 500 animais por dia e expectativa de início de operação em meados de 2026, “no máximo”, segundo Aguiar Neto, o frigorífico exigirá desembolsos próximos de R\$ 200 milhões e deverá empregar diretamente entre 800 e mil pessoas quando estiver em pleno funcionamento.

A planta terá condições de aumentar sua capacidade, mais adiante, para até 1.500 animais diariamente, numa expansão que estará condicionada às dimensões de sua câmara fria, que precisaria também ser ampliada, e às condições de mercado. “Num primeiro momento, o grande foco vai ser o mercado interno, enquanto aguardamos cumprir todas as exigências e consolidar as certificações para atingir o mercado externo. Mas o frigorífico terá amplo potencial para exportar para todos os países”, afirma o empresário. ■



/AGROPECUÁRIA/



Gilmar Cadore,
CEO do grupo
Insolo: nova cul-
tura para bancar
investimentos
em irrigação

AVANÇO CONSTANTE NO CERRADO

PRODUÇÃO DE GRÃOS NO PIAUÍ SALTOU DE 1,6 MILHÃO PARA 6,26 MILHÕES DE TONELADAS ENTRE OS CICLOS 2012/2013 E 2024/2025

POR LAURO VEIGA FILHO

49

Qualquer que seja a direção e até onde a vista consegue alcançar, quilômetros a fio ao longo das rodovias que cruzam e interligam o sul do Piauí, a vegetação típica do Cerrado brasileiro vem cedendo espaço principalmente para a soja, o milho e o algodão, num movimento intensificado desde a década passada. Nesta época do ano, em pleno estio, as máquinas cruzam as áreas de plantio espalhando calcário, fosfato e outros nutrientes, à espera das próximas chuvas, que devem começar a cair em outubro para ganhar maior regularidade por volta de novembro. Os números oficiais, que mal traduzem o ritmo de crescimento daquela região, mostram que a produção de grãos no Estado saiu de algo em torno de 1,6 milhão para 6,26 milhões de toneladas entre os ciclos 2012/2013 e 2024/2025, volume que estava limitado a 864,7 mil toneladas no começo do século.

O clima pouco amigável nas duas últimas safras não permitiu reeditar as produtividades observadas em 2022/2023, com louvável exceção para o algodão, que dobrou a área plantada no período. Na média geral, segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), o rendimento por hectare havia alcançado um recorde naquele ciclo, com a colheita de 3.595 mil quilos por hectare, diante de apenas 1.266 quilos de uma década atrás, e baixou para 3.221 quilos na safra 2024/2025. Soja e milho, respectivamente, tiveram a produtividade reduzida de 3.613 e 4.728 em 2022/2023 para 3.441 e 4.096 quilos.

O plantio de algodão passou a ocupar 33,7 mil hectares em 2024/2025, ante 16,4 mil dois anos antes, o que fez a produção da pluma avançar de 27,8 mil para 63,3 mil toneladas. O grupo Insoilo, adianta o CEO, Gilmar Cadore, aposta exatamente no algodão para “pagar a conta” dos investimentos em projetos de irrigação desenhados para os próximos anos. Desde que desembarcou no Estado, há quatro anos, a companhia já investiu mais de R\$ 3 bilhões na compra de terras, instalação de biofábricas, uma sementeira, armazéns, pivôs centrais e compra de maquinário. A mais recente operação, concluída neste ano, envolveu a compra de 30 mil hectares da fazenda Serra do Ovo, elevando a área total do grupo no Piauí para 120 mil hectares. Incluindo as fazendas do Maranhão e de Tocantins, a empresa administra em torno de 192,5 mil hectares.

“Nosso objetivo é crescer verticalmente daqui em diante, com uso de irrigação”, afirma Cadore, antecipando planos para alcançar a marca de 25 mil hectares irrigados nos próximos cinco anos apenas da Fazenda Ipê, em Baixa Grande do Ribeiro, sede do grupo. O investimento médio gira ao redor de US\$ 4 mil por hectare, o que exigiria um aporte de quase US\$ 100 milhões no período (algo como

R\$ 534 milhões em valores atuais). A realização dependerá do acesso à energia elétrica, já que seriam necessários perto de 35 megawatts de potência instalada para atender ao projeto. “Estamos estudando a alternativa solar”, menciona Cadore. Em oito ou dez anos, a empresa espera irrigar 60 mil hectares, incluindo as demais fazendas do grupo.

O primeiro projeto começa a rodar já na safra 2025/2026, incluindo dois pivôs com raio de 1.158 metros e capacidade para irrigar 400 hectares cada um, num sistema que engloba ainda um reservatório com superfície de 14 hectares e capacidade para 750 milhões de litros de água. Aqueles 800 hectares serão cultivados com algodão. O planejamento da Insolo inclui o cultivo de 200 mil hectares de soja no próximo plantio de verão, ante 160 mil no ciclo 2024/2025. A safra de inverno deverá avançar de 60 mil para 70 mil hectares em 2026, distribuídos entre milho e sorgo. Os insumos biológicos produzidos pelas biofábricas do grupo, destinados ao controle de percevejos, lagartas, fungos e bactérias, deverão ser aplicados em um quarto da área de soja no atual ciclo, permitindo reduzir 30% a 40% dos custos com defensivos.

A exemplo de muitos donos de terras e produtores que hoje exploram os amplos chapadões dessa porção do Estado, Leivandro Fritzen desembarcou na região do Vale do Gurguéia há 23 anos, vindo de Humaitá (RS). A família ocupava-se ali da criação de suínos e do plantio de soja, milho e trigo num espaço de 500 hectares. A migração para o Piauí, conta Fritzen, que conduz a operação da AgroFritzen, ao lado do pai, Darsi Fritzen, e dos irmãos Jannilton e Fernando, começou em 2002 com a exploração de 500 hectares e foi concluída em 2006. Hoje, os Fritzen tocam 52 mil hectares de lavouras, distribuídos entre quatro propriedades nas regiões de Quilombo, Bom Jesus, Santa Filomena e Gilbués, além de uma

algodoeira recentemente inaugurada.

Uma altitude de 630 metros e níveis médios de precipitação ao redor de 1,3 mil milímetros por ano autorizam produtividades acima da média brasileira, alcançando 70 sacas por hectare no caso da soja, em torno de 170 sacas para o milho e 350 arrobas para o algodão em caroço. “Quem está no Nordeste tem que plantar pensando que vai enfrentar seca e, por isso, tem que ter uma boa estrutura de solo, com plantio direto, compactação, muita palhada sobre a terra e correção profunda, com quatro centímetros abaixo da superfície, além do uso de calcário, fosfato natural e supersimples”, recomenda Fritzen. Para o ciclo 2025/2026, a área destinada à soja deve ser mantida em quatro mil hectares, com redução drástica para o milho, saindo de 4 mil para 1,6 mil hectares, o que vai abrir espaço para ampliação da área de algodão de 4,8 mil para 7 mil hectares.

O grupo Progresso, um dos maiores da região, com 160 mil hectares de área total e um complexo industrial instalado em Sebastião Leal, incluindo algodoeira, sementeira com capacidade para 1,8 milhão de sacas e fábrica de insumos biológicos, deve seguir

caminho contrário, reduzindo a área de algodão de 8 mil para 4,9 mil hectares, mas ampliando o espaço reservado para o milho em 5 mil hectares, para 16,7 mil hectares, mantendo a soja em 61 mil hectares, diz Cornélio Adriano Sanders, presidente da empresa.

A microrregião onde se encontra o grupo, com fazendas em Landri Sales, Antônio Almeida, Sebastião Leal e Uruçuí, foi duramente afetada pela estiagem na safra passada. “Foram 50 dias sem chuvas entre 25 de janeiro e 19 de março. Adiantamos o ciclo do algodão, iniciando a colheita em maio”, afirma Sanders. A falta de chuvas reduziu a produtividade em 39%, de 330 para 200 arrobas de algodão em caroço por hectare colhido.

A seca afetou igualmente a apicultura na região de São Raimundo Nonato, constata Salvador da Silva Souza, presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais (APPR) de Pé do Morro e Vistosa, atualmente com 40 associados, dos quais 11 apicultores que produzem em média 500 quilos de mel por ano cada um, somando um total de 160 colmeias. “Temos tido invernos ruins e, com pouca chuva, não vem a florada de que dependem as colmeias”, queixa-se ele.

Algodão colhido
em lavoura de
fazenda de Ri-
beiro Gonçalves:
plantio em alta



FERNANDO MARTINHO / VALOR

Com recursos de organizações não governamentais, a exemplo do Fundo Casa Socioambiental e crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), por meio do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) — que também atua na região com seu programa de microcrédito rural, o Agroamigo —, os apicultores puderam comprar macacões, fumegadores, mesas, centrífugas, botas e dois cilindros alveoladores, que tornam possível a produção de favos para as colmeias. Entre 2023 e 2024, lembra Souza, “aprendemos a fazer a cera, o alimento para as abelhas, essencial em época de seca, além de favos com uso dos alveoladores nos cursos de assistência técnica ministrados pelo Sebrae do Piauí”.

O uso de alveoladores trouxe uma “economia grande, porque um quilo de favo no mercado custa R\$ 90”, comenta. A mistura de açúcar invertido, xarope de capim-santo ou de folhas e galhos de erva-mulatinha, rapadura e água, depois de levada ao fogo e devidamente resfriada, é colocada nos alimentadores nas colmeias, o que evita a migração das abelhas quando as floradas se tornam mais escassas. Mesmo assim, 12 dos 60 enxames mantidos por Souza não estavam mais povoados no início de setembro.

Em recuperação judicial há praticamente um ano, o grupo Sama enfrenta um processo interno de reestruturação e tem se preparado para estreitar em 2026 no segmento de serviços ecossistêmicos, mais especificamente na prestação de serviços de polinização de culturas em parceria com uma empresa especializada em treinamento de abelhas. “Há um grande mercado potencial a ser explorado nesta área. Só com uso de abelhas na polinização, a produtividade da soja pode aumentar 13% a 18% na mesma área, sem acréscimo de adubação”, observa Samuel Lima Araújo, CEO e criador do grupo.



FERNANDO MARTINHO / VALOR

51

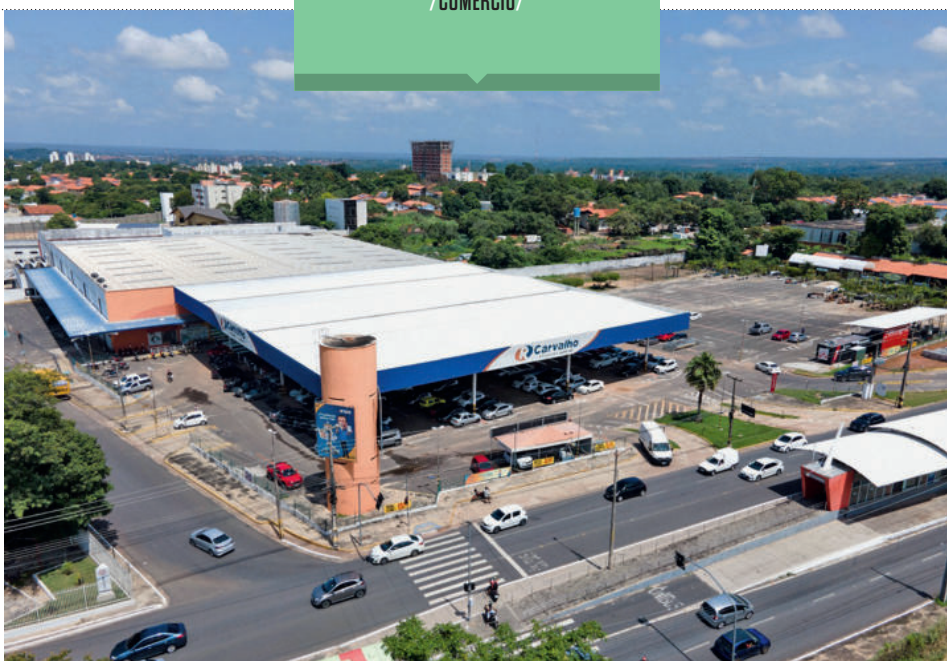
Com 23 mil colmeias e 12 mil apicultores, dos quais entre sete mil e oito mil no Piauí e os demais no Maranhão, Pernambuco e Ceará, Araújo espera que o grupo atinja a marca de 60 mil enxames nos próximos dois a três anos. Segundo ele, a empresa teve aprovada uma operação do tipo DIP Financing, crédito especial destinado a manter em operação empresas em recuperação judicial, no valor de R\$ 50 milhões, o que deverá permitir financiar a expansão escalonada das colmeias. Araújo cobra,

↑
Souza, da APPR de Pé do Morro e Vistosa: seca afetou a apicultura em São Raimundo Nonato

no entanto, a concessão pelo setor público de subsídio equivalente a 30% da tarifa imposta pelos Estados Unidos às exportações de mel, já que 99% de suas vendas externas têm aquele mercado como destino. “Precisamos de apoio para que a atividade mantenha-se de pé”, reclama. Até aqui, a empresa tem buscado cumprir os contratos de exportação já firmados e alguns clientes, em casos mais específicos, têm “bancado parte da sobretaxa para atender a demandas mais pontuais”. ■



/COMÉRCIO/



DIVULGAÇÃO



Atacarejo
RCarvalho, em
Teresina. Dos 49
supermercados
que o grupo tem,
35 estão
no Estado

52

FORÇA LOCAL EM EXPANSÃO

DESEMPENHO EM 12 MESES POSICIONA O ESTADO ENTRE OS CINCO MELHORES DO PAÍS, APESAR DO IMPACTO DO E-COMMERCE NO VAREJO

POR **KATIA SIMÕES**

Dos 300 maiores varejistas do país, quatro são do Piauí, de acordo com o Instituto Retail Think Tank (IRTT), responsável pelo Ranking das 300 Marcas Varejistas: Drogarias Globo, com 158 lojas, que movimentou R\$ 870 milhões em 2024; RCarvalho Supermercados, cujas 49 unidades venderam R\$ 1,5 bilhão; Armazém Paraíba, com 500 lojas e vendas de R\$ 3,7 bilhões; e Carvalho Supershop, 25 unidades e R\$ 911 milhões transacionados. Os vistosos resultados espelham a importância do comércio para a economia do Estado.

São cerca de 115 mil trabalhadores na atividade comercial, 76,3% no varejo e 14,9% nas operações de atacado e distribuição, segundo dados da Pesquisa Anual de Comércio (PAC), feita pelo IBGE. O comércio ampliado — que inclui veículos e motocicletas, material de construção e atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo — responde por 13,2% do setor de serviços, que, por sua vez, corresponde a 70,4% do Produto Interno Bruto (PIB) do Piauí.

Ainda segundo o levantamento, o setor de comércio piauiense registrou crescimento de 6,7% em 2024 em relação a 2023, enquanto o varejo ampliado cresceu 7,4%. Uma expansão superior ao volume de vendas nacional, que alcançou 4,1%. No primeiro semestre deste ano, o setor apresentou o maior crescimento da região, 5%, e de 4,6% no varejo ampliado. O desempenho acumulado em 12 meses posiciona o Estado entre os cinco melhores do país.

“O varejo no Brasil é descentralizado, o que favorece o crescimento de empresas regionais”, afirma Eduardo Terra, cofundador do IRTT e da BTR Varese. “No caso do Piauí, quatro grandes grupos que ocuparam segmentos onde a concentração não chegou.” Segundo ele, inibem a concentração,

desde aspectos fiscal e tributário até dificuldade de entendimento de hábitos e cultura da região. A visão é compartilhada por Disney Sales Rodrigues, gerente comercial do grupo RCarvalho, que reúne 20 atacarejos, nove lojas de atacado, uma distribuidora e 49 supermercados, instalados no Piauí, Maranhão e Ceará. Dos 49 supermercados, 35 estão no Piauí. “Justamente pela origem do grupo ser no Piauí e pelo conhecimento do comportamento de consumo, temos forte participação regional”, diz o executivo. Embora a concorrência dos grandes players seja forte na capital Teresina, Rodrigues acredita que há boas oportunidades de expansão no formato de mercado de vizinhança. “A ideia é inaugurar entre 13 e 20 lojas nesse modelo até o fim de 2026, avançando em cidades menores”, diz.

De acordo com Diarlison Costa, diretor de economia aplicada e estatística da Secretaria do Planejamento do Piauí (Seplan-PI), investimentos em infraestrutura, programas de capacitação e estímulo ao empreendedorismo sedimentaram o crescimento do comércio varejista e do atacado. “O setor tem um olhar especial do governo, sobretudo no que está diretamente ligado ao consumo das famílias”, afirma. “No início de 2025, foi aprovada a redução de ICMS para produtos da cesta de alimentação, a fim de diminuir o custo no ponto de venda.”

No atacado, o cenário não é diferente. O Piauí tem 1,3 mil atacadistas e distribuidores, segundo estimativas da Associação Piauiense de Atacadistas e Distribuidores (Apad), que juntos movimentaram R\$ 4 bilhões no ano passado, 8,8% mais que em 2023. “Os 80 associados da Apad respondem por entre 70% e 80% das transações do setor, com operações focadas em alimentos, higiene, cosméticos e limpeza”, afirma o presidente da entidade, Jailton da Silva Borges,

que também é diretor comercial da JSB Distribuidora, uma das seis maiores no Estado. Segundo ele, um dos grandes desafios é a logística. “Entre a capital e a cidade mais distante são 1.100 quilômetros. Se pensarmos que o Piauí tem 224 municípios e a maior concentração de população e renda está na capital, fica difícil equacionar distância versus custo.” Não à toa as grandes distribuidoras estão colocando unidades no sul do Estado, entre Bom Jesus e Uruçuí, cidades que têm crescido com o agro, a fim de encurtar distâncias e custos.

Não há como negar, porém, que a expansão do e-commerce vem impactando o varejo local. “De 2021 para cá, o pequeno varejo tem sofrido com o aumento das vendas on-line. Boa parte encerrou as atividades”, revela Costa, da Seplan-PI. Entre os segmentos mais afetados estão papelaria, comunicação e informática. Dados do Observatório Nacional do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) indicam que o Piauí movimen-

tou R\$ 1,7 bilhão no e-commerce em 2024, enquanto as vendas com origem no Estado alcançaram R\$ 369 milhões. “O Piauí responde por 0,76% do faturamento do e-commerce no país, que em 2024 foi de R\$ 204,5 bilhões, devendo chegar a R\$ 234,91 bilhões neste ano”, informa Fernando Mansano, presidente da Associação Brasileira de Comércio Eletrônico (ABComm).

Fundado em 1951, o Grupo Jorge Batista é a maior empresa atacadista e distribuidora do Piauí. Do faturamento de R\$ 1,4 bilhão em 2024, 78% vieram do atacado, com 15 mil clientes ativos, e 22% do varejo, distribuído entre supermercado e e-commerce, afirma Jairon Batista, segunda geração no comando da companhia. A operação com frota própria, composta por 300 caminhões, facilita a distribuição, que é gerida por sistemas de alta tecnologia. “O próximo passo é instalar o CD do atacado também em Teresina para atender o norte do Estado, enquanto a operação de Floriano abastece o sul”, diz.

Para Jailton da Silva Borges, presidente da Apad, a logística ainda é o grande desafio



Divulgação



/TURISMO/

NATUREZA E HISTÓRIA DE MÃOS DADAS

À BEIRA DO MAR OU EM PLENO SERTÃO, PAISAGENS POUCO ALTERADAS
E COLORIDO LOCAL ATRAEM CADA VEZ MAIS VISITANTES

POR **ÁUREA LOPES E LAURO VEIGA FILHO**



Vista do Sítio do
Mocó, no Parque
Nacional da Serra
da Capivara

FERNANDO MARTINS / VALOR



Os achados arqueológicos do Boqueirão da Pedra Furada, na Serra da Capivara, levaram a arqueóloga Niède Guidon a questionar a teoria mais aceita sobre a presença do homem no continente americano — os restos de fogueira e artefatos lá encontrados teriam sido produzidos por humanos entre 29 mil e 37 mil anos atrás, antes do chamado povo de Clovis (que teria habitado o atual território dos Estados Unidos há 13 mil anos). Todo esse acervo arqueológico é enriquecido pela arte rupestre que colore os paredões rochosos dessa serra, que não à toa é um dos mais conhecidos destinos turísticos do Piauí. Mas o Estado vem tentando mostrar que conta com outras belezas também capazes de tirar o fôlego dos visitantes, como o seu pequeno, porém belo, litoral.

O Parque Nacional da Serra da Capivara, onde estão os sítios arqueológicos, impressiona pela sua magnitude (são 100 mil hectares de área total, mais 35 mil hectares de área de preservação permanente), pela bela vegetação da Caatinga — que ganha tons brancos no período da seca, que vai de agosto a dezembro — e pela variedade temática das pinturas rupestres, que retratam animais, humanos, cenas de caça, de rituais e de sexo. São 204 sítios arqueológicos abertos à visitação, de um total aproximado de 780 sítios apenas em sua área interna. Considerando o entorno, o número chega a 1,2 mil sítios, com datações que chegam a 100 mil anos e que ainda hoje provocam muita polêmica entre os arqueólogos.

Além desse verdadeiro museu a céu aberto, o parque atrai pelos seus dois museus modernos, que primam pela curadoria e pelos acervos: o Museu do Homem Americano e o Museu da Natureza. Todo esse conjunto recebeu cerca de 39,6 mil visitantes no ano passado, número que tende a crescer em torno de 18% ao longo deste ano, a se considerar o incremento observado até o início de setembro. Os turistas provêm do próprio Piauí, do Nordeste em geral, do Sul e do Sudeste, além de estrangeiros, europeus na maioria.



56

A cerca de 90 quilômetros de São Raimundo Nonato, maior município do parque, está a cidade de Caracol, uma das portas de entrada de outra atração que vem atraindo atenção: o Parque Nacional da Serra das Confusões — conjunto de cânions que ganhou esse nome por conta da dificuldade de localizar-se quando se adentra no labirinto de paredões. Mas parte das atrações é de difícil acesso, voltada para os que gostam de aventura. Para se chegar a um dos cânions mais belos, o do Viana, só por meio de um veículo com tração 4 x 4.

A natureza praticamente intocada também é um dos apelos do litoral piauiense, o menor do país, porém não menos exuberante: são 66 quilômetros de praias paradisíacas, dunas, mangues, lagoas — incluindo o Delta do Parnaíba. Nas cidadezinhas da região, que procuram preservar a arquitetura colonial ou o popular ambiente caiçara, pousadas-boutiques dividem as ruas cobertas de areia com experiências de alta gastronomia. Na praia mais badalada, Barra Grande, localizada em Cajueiro da Praia, começam a se instalar resorts de luxo e condomínios, onde uma unidade pode custar R\$ 1 milhão.

“Não, Barra Grande não é a nova Jericoacoara! Aqui, temos o nosso



**Morro do Meio,
no Delta do
Parnaíba: dunas,
lagoas e revoadas
de guarás**

próprio encanto”, rebate Danilo Fiuza, presidente do Conselho Municipal de Turismo de Cajueiro da Praia e presidente da Associação dos Empresários de Cajueiro da Praia, quando alguém faz a comparação com o vilarejo cearense que se tornou um dos principais destinos ao longo dos 500 quilômetros da Rota das Emoções — da qual fazem parte Piauí, Ceará e Maranhão.

Cada vez mais procurada para a prática de esportes aquáticos, como o kite surf, favorecida pelo vento forte e constante no segundo semestre do ano, Cajueiro da Praia avançou em relação a um problema estrutural importante, o acesso para os turistas. Para se ter uma ideia, da capital, Teresina, a viagem de carro leva aproximadamente cinco horas. O governo do Estado informa que já investiu R\$ 78 milhões em obras de infraestrutura, como a pavimentação asfáltica da rodovia que liga Castelo do Piauí ao Cânion do Poty, o aeródromo de Barra Grande no município de Cajueiro da Praia e a pavimentação da rodovia PI-116.

De acordo com a Secretaria do Planejamento e Orçamento, esses investimentos em infraestrutura aeroviária já resultaram em um aumento médio de 66,7% no fluxo de voos regionais em 2024 nas cidades atendidas, em com-

paração com 2023, facilitando o acesso a importantes destinos turísticos como a Serra da Capivara, Barra Grande e o Delta do Parnaíba.

“Hoje temos turistas o ano todo, não apenas na alta temporada”, relata Fiuza. Porém um desafio para o desenvolvimento dos empreendimentos locais é um velho dilema que assola todo o Estado: infraestrutura de saneamento precária. Fiuza, morador de Barra Grande há dez anos e, há quatro, dono de pousada e restaurante, conta que a situação melhorou muito nos últimos anos, mas ainda não basta. Outro empreendedor veterano, Hervé Witmeur confirma a dificuldade: “Nós temos um poço e compramos carro-pipa, porque a água da vila não chega nas torneiras”. Vindo da Bélgica, ele se instalou em Barra Grande com a família há 14 anos. Começou com um restaurante de cozinha natural, abriu uma pousada e em 2024 criou o Instituto La Reserva, sem fins lucrativos, responsável por projetos sociais voltados às comunidades regionais.

Na cidade de Parnaíba, uma atração especial encanta estrangeiros de todas as partes do planeta: um passeio pelo único delta em mar aberto das Américas, o terceiro maior do mundo, o Delta do Parnaíba. No início da tarde, lanchas e barcos de turistas saem do porto dos Tatus para navegar pelos canais do rio, observando de perto manguezais e igarapés, fotografando jacarés e macacos em meio à vegetação. A primeira parada é no Morro do Meio, onde se pode subir e deslizar por dunas e mergulhar em lagoas de fácil acesso. Ao fim da tarde, as embarcações estacionam em frente a uma ilha e aguardam, em silêncio, a revoada de bandos de aves de um vermelho vibrante. São os guarás, que chegam para pernoitar. Com as asas fechadas, pousados sobre os galhos, os pontinhos carmim parecem flores entre as folhas verdes. Um espetáculo inesquecível. ■

MUITO ALÉM DOS PASSEIOS

MODELO DE DESENVOLVIMENTO DA SERRA DA CAPIVARA VISOU, DESDE O INÍCIO, À INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA, COM FOCO NAS MULHERES

POR LAURO VEIGA FILHO

Desde que a arqueóloga brasileira Niède Guidon deu visibilidade ao sítio arqueológico da Serra da Capivara e mudou os rumos das discussões sobre o povoamento das Américas e sobre as origens de seus primeiros habitantes, os municípios do entorno ganharam nova vida. A transformação em Unidade de Conservação de Proteção Integral (UCPI), em 1979, com a criação do Parque Nacional da Serra da Capivara, veio acompanhada da formação, na prática, do que pode ser descrito como um modelo inusual de desenvolvimento social e econômico, pensado para incluir moradores locais dentro de uma perspectiva de geração de emprego e renda na região, resume Marian Helen da Silva Gomes Rodrigues, chefe do parque desde março de 2019.

O inusual aplica-se, no caso, pelo fato de a experiência iniciada ali por Guidon não ter sido replicada em outros parques, ao menos não nas mesmas dimensões. Ainda na década de 1990, relembra Rodrigues, o modelo desenhado por Guidon previa a formação de jovens e mulheres da região, que engloba os municípios de São Raimundo Nonato, João Costa, Brejo do Piauí e Coronel José Dias.

A instalação de escolas de tempo integral ainda no começo dos anos 1990 ajudou a alfabetizar e formar



FERNANDO MARTINHO / VALOR

principalmente mulheres, “para que pudessem gerenciar seu próprio dinheiro, rompendo com o ciclo de vulnerabilidade, abusos e dependência em relação aos maridos”, descreve Rodrigues. Ela própria tem enfrentado perseguição de grileiros interessados em alterar o regime de gestão do

parque e chegou a sofrer um atentado recentemente, comunicado às autoridades competentes.

Em 2000, o parque passou a contratar mulheres vítimas de violência, prosseguindo “numa política muito forte de valorização e proteção das mulheres”, conta. Naquele período, foram construídas 21 bases para controle e vigilância, das quais 11 continuam atualmente em operação, gerando empregos para 36 mulheres, que prestam serviços como terceirizadas ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que paga os salários. Os contratos são temporários, mas renovados regularmente, de forma a permitir alguma rotatividade entre os moradores da região nos arredores do parque.

Em um passo adiante, em 2004, ainda por influência de Guidon, São Raimundo Nonato ganhou o Campus Serra da Capivara, da Universidade Federal do Vale do São Francisco, que oferece cursos de graduação e mestrado em arqueologia. “A ciência ‘puxou’ a criação do parque e agora atrai ciência”, constata Rodrigues. “Temos aqui um dos mais bem estruturados parques nacionais do mundo”, orgulha-se sua gestora.

Entre brigadas de incêndio, agentes de monitoramento e vigias, o parque emprega 109 pessoas, com formação primária, secundária e superior. ■



Rodrigues: “Um dos mais bem estruturados parques nacionais do mundo”



/TRANSPORTES/

TEMPORADA DE OBRAS

PROJETOS DE RODOVIAS, HIDROVIA, PORTO E FERROVIA
ABREM NOVAS PERSPECTIVAS PARA A LOGÍSTICA ESTADUAL

POR **DOMINGOS ZAPAROLLI**

58





A ferrovia Transnordestina ligará Eliseu Martins, no centro-sul do Piauí, ao porto do Pecém, no Ceará, percorrendo 1.206 quilômetros

59

Um conjunto de obras de infraestrutura pretende abrir novas perspectivas para a logística do Piauí, um Estado onde o setor produtivo enfrenta grandes distâncias para levar seus produtos aos mercados consumidores de outras regiões do país e ao exterior. As obras incluem a qualificação de rodovias estaduais e federais; a modernização do porto Piauí, em Luís Correia; a constituição de uma hidrovia no rio Parnaíba; e a conclusão da construção da ferrovia Transnordestina.

“Esse conjunto de obras é importante; se efetivado, mudará o perfil da infraestrutura piauiense, que é muito precária, mas não resolverá os problemas de transportes do Estado”, diz o professor Geordy Pereira, coordenador do curso de logística e distribuição na Universidade Federal do Piauí (UFPI). O grande desafio logístico do Piauí é criar infraestrutura de transportes para atender o avanço da produção mineral e agrícola que se dá principalmente no sul do Estado, na divisa com o Maranhão, Tocantins e Bahia, formando a região do Matopiba. Na safra de 2024/2025, a estimativa da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) é de uma produção recorde de cereais no Piauí, na casa de 6,2 milhões de toneladas.

Um produtor em Baixa Grande do Ribeiro, Uruçuí ou Bom Jesus, três dos principais polos de grãos no Cerrado piauiense, percorre trechos rodoviários que chegam a 800 quilômetros (km) para embarcar sua produção no porto do Itaqui, no Maranhão, o principal ponto de embarque internacional da produção piauiense. “A distância é muito grande para o transporte rodoviário, precisamos de alternativas mais econômicas como ferrovia e hidrovia, que chegam a custar 30% menos”, diz Alzir Neto, presidente da Associação dos Produtores de Soja do Piauí (Aprosoja-PI).

Uma das prioridades do governo estadual é revitalizar o rio Parnaíba e constituir uma hidrovia de 924 km entre Uruçuí e o porto Piauí, em Luís Correia, onde será realizado o embarque marítimo dos grãos. “É o grande sonho logístico do governo”, diz Jonas Moura, secretário dos Transportes do Piauí. “No momento, estamos realizando todos os estudos de viabilidade para efetivar a obra”, afirma. “O grande problema é que o assoreamento do rio Parnaíba é muito grande”, diz o secretário. Análises prévias indicam a necessidade de realizar obras de dragagem

Moura, secretário dos Transportes: hidrovia do Parnaíba é uma das prioridades do governo



e derrocagem em pelo menos 700 km para tornar a via navegável, uma ação que deve levar entre dois e três anos.

A ideia é que a revitalização do rio Parnaíba tenha início em 2026. A obra conta com recursos de R\$ 995,5 milhões, oriundos das condicionantes geradas pela privatização da Eletrobras em 2022. A operação do corredor logístico do Parnaíba e do porto Piauí também depende da implementação de um terminal portuário apropriado para a movimentação de grãos e fertilizantes em Luís Correia, o que está previsto para ocorrer em 2026.

O corredor logístico, por ora, não desperta grande interesse no setor produtivo piauiense. “Não parece ser viável”, diz Islano Marques, diretor da Federação das Indústrias do Estado do Piauí (Fiepi) e presidente do conselho do Piauí Export. O grande problema é que o porto Piauí tem calado de apenas sete metros de profundidade, o que inviabiliza a atracagem de navios de grande porte utilizados para fazer o transporte de grãos e minérios e que exigem calados superiores a 12 metros. O governo tem planos para resolver esse problema: em 2026, vai iniciar uma dragagem para comportar navios de até 11 metros, ampliando-a para até 12 metros em 2027.

Enquanto essa solução não vem, para contornar o baixo calado, a Lion Mining, que extrai minério de ferro em Piripiri, planeja levar seu minério de caminhão até Luís Correia e realizar uma operação de transshipment, que prevê embarcar o minério em uma barcaça no porto e realizar o transbordo em alto-mar para um navio cargueiro. “Essa é uma solução cara, não faz sentido para exportadores de grãos ou de cargas gerais”, diz Marques. Para o executivo, a hidrovia do Parnaíba só terá uso para transporte de carga regional, o que não viabiliza o investimento projetado.

A ferrovia Transnordestina também é uma obra polêmica. A estrada de ferro ligará Eliseu Martins, no centro-sul do Piauí, ao porto do Pecém, no Ceará, percorrendo 1.206 km. A questão é que Eliseu Martins está distante mais de 200 km das principais áreas agrícolas do Estado. “Eu olho o mapa da Transnordestina e não entendo o projeto. Não faz sentido”, diz Alzir Neto. A reivindicação dos produtores de cereais piauienses é a construção de uma conexão ferroviária com a Ferrovia Norte-Sul (FNS), que poderia ser tanto em Porto Nacional, no Tocantins, ou em Porto Franco, no Maranhão. Os



grãos subiriam pela FNS até Açailândia, obtendo acesso ao porto do Itaqui.

Apesar do pouco entusiasmo dos produtores piauienses, Tufi Daher Filho, diretor-presidente da Transnordestina Logística, acredita que a ferrovia é viável e terá potencial de atrair cargas em um raio de até 300 km ao longo de seu traçado. “Realizamos conversas constantes com operadores de tradings agrícolas e a aceitação é muito boa”, diz. Outra aposta é que a presença da ferrovia em Eliseu Martins acabará por incentivar a expansão da produção agrícola piauiense para mais próximo do município.

Um primeiro teste da Transnordestina ocorre a partir do fim de outubro, quando um trecho de 666 km entre Paes Landim (PI) e Acopiara (CE) entrará em fase de comissionamento. “Mesmo ainda não chegando ao porto, já temos vários usuários interessados nessa fase de operação experimental”, afirma o executivo.

A construção da Transnordestina teve início em 2006 e tinha previsão de conclusão em 2010. Inicialmente, iria atender projetos de minério de ferro no centro-sul do Piauí, que até hoje não se viabilizaram. O projeto previa 1.753 km de trilhos, incluindo uma ramificação até o porto de Suape, em Pernambuco. A ferrovia, que é uma concessão gerida pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), sofreu paralisações por problemas de gestão, financiamento e licenciamentos. Foi retomada no fim de 2022.

Atualmente a obra, orçada em R\$ 15 bilhões, está dividida em duas fases. A fase 1 vai de Paes Landim ao porto do Pecém e a previsão é que esteja concluída no segundo semestre de 2027. Após o trecho já concluído até Acopiara, seguindo em direção ao porto do Pecém, são mais 377 km. Desse, 280 estão em obras e outros 97 km, que correspondem ao trecho entre as cidades cearenses de Baturité e Cau-



ROGÉRIO VIERIA / VALOR GAÇÃO



Marques, da Fiepi: desafio para o porto Piauí é o calado de apenas sete metros

caia, encontram-se em fase de contratação. A fase 2 da Transnordestina, 207 km entre as piauienses Paes Landim e Eliseu Martins, conta com 36% de obras realizadas antes da paralisação da construção, mas ainda não teve suas obras reiniciadas. Será a etapa final da Transnordestina. “Toda a ferrovia estará concluída no fim do primeiro semestre de 2028”, diz Daher Filho.

Enquanto a ferrovia, a hidrovia e o porto não entram em operação, a aposta do poder público é na melhoria das rodovias. Uma das principais vias para o escoamento da produção de grãos do Cerrado piauiense até o porto do Itaqui, em São Luís (MA), é a BR-330, que possui trechos em condições bastante precárias. Em setembro, o Ministério dos Transportes anunciou a liberação de R\$ 700 milhões para a pavimentação de 200 km da rodovia federal entre Bom Jesus (PI) e Tasso Fragoso (MA) e também concluiu um investimen-

to de R\$ 36 milhões utilizados para a construção de uma ponte sobre o rio Parnaíba, entre os municípios de Ribeiro Gonçalves (PI) e Tasso Fragoso, eliminando assim a necessidade do uso de balsas para a travessia do rio. No Piauí, a BR-330 compõe um conjunto rodoviário, integrado também pelas rodovias estaduais PI-392, PI-391, PI-247 e PI-397, que formam o chamado Anel Viário da Soja e interligam os municípios de Ribeiro Gonçalves, Bom Jesus e Baixa Grande do Ribeiro.

As rodovias, que contavam com trechos de terra que viravam verdadeiros lamaçais em época de chuvas, estão sendo pavimentadas e recebendo melhorias. Os investimentos são orçados em mais de R\$ 2 bilhões, entre recursos públicos e privados, como o da CS Grãos, companhia concessionária da parceria público-privada conhecida como PPP da Transcerrados, responsável pela operação de 584 km de vias.

No norte piauiense, uma das prioridades é a melhoria das condições de tráfego da BR-343, que conecta a capital Teresina a Luís Correia, no litoral. A estrada será utilizada pela Lion Mining para transportar minério por caminhão de Piripiri até o porto Piauí. A rodovia vai receber investimentos de R\$ 192 milhões para a duplicação de um trecho de 40 km entre Teresina e Altos, um dos mais movimentados do Estado.

A melhoria das condições de transporte no Piauí também passa pela adequação dos aeródromos regionais. Segundo o secretário Jonas Moura, já foram investidos R\$ 116 milhões na reocupação e construção de 21 pistas de pouso e decolagem, sendo que 11 delas receberam investimentos que permitem a realização de balizamento de voos noturnos. O mais recente aeródromo reformado foi o de Corrente, município no extremo sul piauiense, na divisa com a Bahia, que se destaca na produção de grãos e na pecuária. ■

PONTO DE PARTIDA PARA EXPORTAÇÕES

DECISIVO PARA SIMPLIFICAR O ESCOAMENTO DE GRÃOS E MINÉRIOS,
O PORTO PIAUÍ DEVERÁ INICIAR OPERAÇÕES AINDA NESTE ANO

POR ÁUREA LOPES

62

S onho de longa data, o porto Piauí – único em Estado banhado pelo Atlântico que não tinha um porto marítimo – foi idealizado nos anos 1960. O projeto foi desenhado para a cidade de Luís Correia, porém nunca avançou, apesar de o Estado ter se tornado grande produtor nacional de grãos e minérios. Com a reestruturação da Companhia de Terminais, Portos e Hidrovias do Piauí e o aporte de R\$ 200 milhões – cerca de 10% do orçamento total do Estado para investimentos –, finalmente o projeto saiu do papel.

As primeiras obras concluídas foram a dragagem do canal de acesso à área do terminal pesqueiro e multipropósito, terraplenagem da área do terminal pesqueiro, pátio de manobras e cercamento do pátio e da sede. Simulações de navegação no canal foram concluídas e encaminhadas à Marinha. Agora, a administração aguarda a homologação do canal e entra em fase final de avaliação para o balizamento.

Pelo cronograma do governo, as primeiras operações no porto Piauí acontecem ainda no fim de 2025, com o calcário marinho, fertilizante e recuperador de solos. No primeiro semestre de 2026 estão previstas as operações com o minério de ferro – setor que aumentou mais de 4.000% entre 2023 e 2024. Também no próximo ano, passa a funcionar o cais pesqueiro, onde se instalarão uma fábrica de gelo e terminais para beneficiamento de pescado, com boxes de limpeza, esteiras de clas-

sificação e câmaras frigoríficas, atendendo desde pescadores artesanais até clientes industriais.

Raimundo Nonato Palmeira Dias Jr., presidente da Companhia Porto Piauí, explica que, inicialmente, o porto vai receber embarcações de até 5 mil toneladas e fazer o transshipment, técnica em que barcos menores levam a carga até navios maiores, ancorados a 15 milhas da costa. O governo acaba de assinar um contrato nesse formato, que prevê a utilização da técnica, com a mineradora Lion



ROGERIO VIERA / VALOR



No começo, o porto Piauí vai receber embarcações de até 5 mil toneladas, com transshipment

Mining, instalada em Piripiri, que produziu 1,5 milhão de toneladas de minério de ferro em 2024. “Em 2026 vamos iniciar a dragagem do canal para 11 metros. Para 2027 já poderemos receber embarcações acima de 12 metros de calado”, afirma Dias Jr.

Um dos negócios já fechados é um terminal para cargas gerais containerizadas, em sociedade com a CNaga Armazéns Gerais, de São Paulo. Segundo Nonato, o grupo, que opera no porto de São Sebastião, vai investir mais de R\$ 100 milhões no porto do Piauí. ■



63

UMA BOA GEOGRAFIA

SERVINDO COMO ELO ENTRE NORTE E NORDESTE
E IMPULSIONADO PELO E-COMMERCE, ESTADO ATRAI INVESTIMENTOS

POR **KATIA SIMÕES**

Há pouco mais de 15 anos, quando a Braspress instalou um centro de distribuição (CD) em Teresina, poucas eram as grandes empresas de logística que investiam em bases no Estado. O mesmo aconteceu quando inaugurou o CD em Picos, a 314 quilômetros da capital. Hoje, o cenário revela-se bem diferente. Gigantes do e-commerce, como a Amazon, instalaram-se no Estado, consolidando o Piauí como um hub logístico importante na região Nordeste. E boa parte dessa mudança deve-se ao avanço do e-commerce e à exigência por entregas cada vez mais rápidas.

Desde 2016, as compras pelo comércio eletrônico no Piauí revelam uma evolução expressiva. Naquele ano, o setor movimentou R\$ 471,1 milhões. Em 2022, alcançou R\$ 1,5 bilhão e, no ano passado, so-



Delivery station da Amazon, primeira empresa a entregar, no Piauí, durante fins de semana e feriados

mou R\$ 1,7 bilhão. “O Piauí é uma rota importante para a Braspress, que tem no Nordeste 27% dos negócios. Contamos com 37 mil metros quadrados de área nos dois CDs, de onde partem produtos de alto valor agregado nos segmentos de manufatura, eletroportáteis, celulares e confecções”, afirma Urubatan Helou, fundador e CEO da Braspress.

Fundada em 1977, a companhia conta com 110 filiais, frota própria de 3.090 veículos nos modais rodoviário, rodoadéreo e rodofluvial e três aviões (dois de carga e um executivo), além de usar a “barriga” de aviões de voo comercial para garantir milhares de entregas por dia, inclusive para Teresina. “Das 80 mil entregas diárias, 17

mil são para o Piauí”, revela Helou. “A expectativa é que o Estado transacione R\$ 2,6 bilhões em 2025, ante uma movimentação nacional da ordem de R\$ 170 bilhões.”

Na visão de Delano Rocha, diretor técnico do Sebrae Piauí, o Estado tem grande potencial para se tornar um polo de distribuição na região Nordeste, sobretudo por sua posição geográfica. “O Piauí está localizado num ponto de convergência entre os Estados do Maranhão, Ceará, Pernambuco e Bahia”, afirma. “É ainda um elo entre as regiões Norte e Nordeste, o que facilita o escoamento de mercadorias por múltiplas rotas logísticas com custos operacionais mais competitivos.”

A opinião é compartilhada por Ra-

fael Caldas, diretor-geral da Amazon Logística Brasil. Não à toa, a companhia investiu R\$ 2,85 milhões no Piauí na última década, o suficiente para comprar 285 mil garrafas de cajuína, bebida tradicional da região. São quatro estações de entrega. “Em 2024, o Piauí registrou um aumento de 21% na base de vendedores parceiros, somando 300 parcerias”, afirma o executivo. A Amazon atua de maneira direta na capital e num raio de 100 quilômetros a partir de Teresina. Nas demais regiões, trabalha com transportes de terceiros. Caldas ressalta que a companhia foi a primeira no Piauí a fazer entregas em fins de semana e feriados. “Os grandes players passaram a replicar a prática”, assegura.

Outro gigante do e-commerce, o Mercado Livre também enxerga o potencial de crescimento das operações de e-commerce na região Nordeste. “Especialmente o Piauí ainda tem muito a expandir, sobretudo fora da capital”, diz Luiz Vergueiro, diretor sênior de logística do Mercado Livre. “Anunciamos recentemente a redução de até 55% nos custos de envio para vendedores do Norte e Nordeste e frete grátis a partir de R\$ 19”, relata. Para garantir entregas rápidas no Estado, o Mercado Livre trabalha com uma malha logística robusta, a partir de operações de fulfillment localizadas na Bahia e em Pernambuco e nove aviões que voam pelo Brasil, inclusive com rotas para Teresina. “Isso assegura que 74% das encomendas sejam entregues em até 48 horas”, afirma o executivo.

Segundo Rocha, do Sebrae Piauí, o e-commerce exige soluções de entregas mais eficientes, pontuais, descentralizadas e conectadas aos centros consumidores, o que coloca o Piauí numa posição privilegiada como opção de investimento estratégico para empresas que buscam novos pontos de apoio logístico no Nordeste. “Esse movimento abre também oportuni-

Helou, da
Braspress:
o Piauí é uma
rota importante
para a empresa



dades concretas para novos negócios, serviços especializados e até mesmo inovação na etapa final da cadeia de distribuição, que é a chegada do produto na casa do cliente”, afirma.

É o que faz a Eu Entrego, logtech referência em entregas rápidas, cuja plataforma conecta mais de 200 dos maiores varejistas a uma base ativa de 250 mil entregadores autônomos. “Estamos presentes em oito cidades no Piauí com 350 carregadores ativos, o que coloca o Estado na sexta posição na ordem de expansão”, afirma Vinícius Pessin, fundador e CEO da Eu Entrego. “A capital concentra 70% das operações, seguida pela Grande Teresina. Nos últimos 12 meses foram realizadas mais de 700 mil entregas, uma média de duas mil entregas/dia.”

O executivo afirma que o fato de a logtech trabalhar com grandes varejistas nacionais, como Arezzo, Petz, Granado, Ri-Happy, Vivo, Boticário e Americanas, abre portas para a empresa responder pela logística de entrega da última milha também para empresas regionais. Segundo Pessin, mais do que a infraestrutura local, o maior gargalo para a Eu Entrego é o crescimento das vendas on-line. “Temos mais pessoas cadastradas no app para trabalhar como embarcadores do que demanda”, revela. A empresa espera fechar 2025 com 20 milhões de entregas e faturamento de R\$ 100 milhões, crescimento de 22% em relação a 2024.

O Piauí também tem sido alvo de expansão das operações logísticas das principais companhias aéreas do país. É o caso da Latam Cargo, que realizou investimentos no terminal de cargas do aeroporto de Teresina para otimizar as operações de manuseio, preparação e armazenamento de mercadorias, reduzindo em 45 minutos o tempo médio de liberação e recepção. “A operação na capital piauiense se destaca principalmente pelo transporte de produtos

fármacos, têxteis, equipamentos eletrônicos e cargas gerais de/para São Paulo, Brasília, Fortaleza e São Luís”, afirma Otávio Meneguette, diretor da Latam Cargo Brasil. “De julho de 2024 a julho de 2025, a companhia registrou uma movimentação de 1,4 mil toneladas de cargas de/para Teresina, 27% mais do que no mesmo período do ano anterior.” O executivo destaca, ainda, que a Latam Cargo responde por 44,2% do mercado de cargas aéreas em Teresina em voos de passageiros.

Com uma estrutura de 222 mil metros quadrados de área construída, o terminal de cargas da Gollog, instalado dentro do aeroporto de Teresina,

↑
**Pessin, da
Eu Entrego:
presença em oito
cidades do Piauí,
com 350
carregadores
ativos**

movimentou de janeiro a setembro cinco mil pedidos de envio de cargas a partir de Teresina, refletindo os atendimentos realizados na capital. No mesmo período, aproximadamente 34 mil pedidos de retirada no aeroporto e entrega domiciliar foram recebidos na cidade. O peso movimentado como destino (recebido) foi de cerca de 1.800 toneladas e de origem (enviado) de 128 toneladas. “São mais de 140 aeronaves da Gol disponíveis com portão adaptado para cargas, além da operação cargueira em parceria com o Mercado Livre, que conta com oito aeronaves dedicadas”, afirma Patrícia Bello, diretora-geral da Gollog. **V**





/ MOBILIDADE URBANA /

NOS PLANOS, MELHOR LOCOMOÇÃO

PROJETO DE MODERNIZAÇÃO E EXPANSÃO DO SISTEMA DE METRÔ PREVÊ ATENUAR A BAIXA OFERTA DE TRANSPORTE PÚBLICO EM TERESINA

POR **DOMINGOS ZAPAROLLI**

66

Com 905 mil habitantes, Teresina tem metrô – tecnicamente um Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) –, de 13,5 quilômetros de extensão, com 11 estações entre o terminal Itararé, na região sudeste, e a estação Engenheiro Alberto Silva, na área central da cidade. Sua participação na mobilidade da capital piauiense, porém, é tímida: transporta menos de quatro mil passageiros por dia, mesmo não cobrando tarifas dos usuários. A boa notícia é que há um projeto de modernização e expansão que pretende ampliar a capacidade do modal para 50 mil passageiros diários até o fim da década, com um investimento total de R\$ 544 milhões.

Atualmente, os veículos transitam em uma via simples, o que não permite que os trens sigam em direções opostas simultaneamente. O trajeto entre as extremidades leva cerca de uma hora, o que explica a baixa aderência dos moradores ao meio de transporte. “Nossa meta é reduzir o tempo de locomoção para 25 minutos”, diz Jonas Moura, secretário de Transportes do Piauí.

O projeto de modernização será executado em duas etapas. A primeira prevê a reforma das estações Itararé, que já foi concluída, Renascença e Boa Esperança, e a substituição da linha férrea existente por uma mais moderna, com dormentes de concreto e trilhos mais resistentes, e a duplicação de alguns trechos da via. As obras estão sendo executadas pelo governo estadual com apoio financeiro federal. O investimento, de R\$ 193 milhões, conta com financiamento da Caixa Econômica Federal por meio do Programa Pró-Transporte, do Ministério das Cidades, e a estimativa é que esta etapa seja concluída no primeiro semestre de 2026 e eleve a capacidade do modal para 12 mil passageiros diários.

A segunda etapa está prevista para ter início em sequência. Prevê a duplicação de vários trechos da linha férrea, permitindo o trânsito simultâneo dos trens em direções opostas, a extensão da linha em mais três quilômetros e a construção de duas novas, uma no bairro de Todos os Santos e a outra no histórico Mafuá, além da reforma de sete estações.

Também está prevista a construção de um Centro de Controle de Operações e a reforma da oficina de trens, além de uma nova ponte sobre o rio Poti. Serão adquiridos três novos trens, duplicando a frota atual.

As obras estão orçadas em de R\$ 351 milhões, sendo R\$ 237,7 milhões do governo federal, por meio do chamado PAC Seleções, o dispositivo do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que atende projetos propostos por Estados e municípios. Os demais R\$ 113,3 milhões sairão do cofre estadual.

FOTO: ROGÉRIO VIEIRA / VALOR



Segundo o secretário Moura, uma terceira etapa de expansão do metrô já está em elaboração pelo governo estadual. “Queremos chegar ao bairro do Saci, na zona sul da cidade, e ao parque Lagoas do Norte, na zona norte”, afirma.

Mesmo com a modernização e a expansão projetada, o metrô de Teresina não supre as necessidades da cidade. “Temos um dos piores, se não for o pior, transporte público entre as capitais brasileiras”, diz Nícia Leite, professora de arquitetura e urbanismo da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e especialista em planejamento municipal. “O metrô precisa chegar aos bairros mais populosos, nas extremidades sul e norte da cidade e também deveria ter uma interligação com a vizinha Timon”, acrescenta. Timon é um município no Maranhão separado

de Teresina apenas pelo rio Parnaíba e há grande intercâmbio diário entre os moradores das duas cidades, sendo que muitos timonenses trabalham na capital piauiense.

A mobilidade urbana em Teresina também é prejudicada pela baixa oferta de ônibus na cidade. De acordo com a Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito (Strans), são apenas 280 ônibus em circulação, que transportam dois milhões de passageiros por mês, menos de 67 mil passageiros por dia. Há ainda outro problema: os ônibus são antigos, com idade média de quase dez anos. Antes da pandemia de covid-19, eram 400 veículos que atendiam seis milhões de passageiros.

Segundo a professora, as empresas de transporte alegam que falta demanda e operam no prejuízo, por isso não

↑
Investimento de R\$ 544 milhões tem como meta transportar 50 mil passageiros/dia até 2030

investem na expansão e modernização do sistema. A população, por sua vez, diante da falta de oferta qualificada de transporte urbano, busca alternativas. Uma delas é o uso dos serviços dos “ligeirinhos”, veículos que fazem o transporte irregular de passageiros.

Outra alternativa encontrada é a aquisição de motos. A frota de motocicletas em Teresina é uma das que mais cresceram no país nos últimos cinco anos e já ultrapassa 260 mil motos, sendo que muitas são utilizadas para a prestação de serviços de mototáxi.

Mais motos, mais acidentes. De acordo com o Atlas da Violência 2025, no Piauí 69,4% dos acidentes de trânsito que geram mortes envolvem motos. O Estado é o que registra a maior taxa de mortes por acidentes com motos no país, 21 para cada 100 mil habitantes. ▮



/ENERGIA/



A MATRIZ MAIS LIMPA

POTENCIAL DO ESTADO NA GERAÇÃO DE ENERGIAS EÓLICA E SOLAR ATRAÍ INVESTIDORES, INCLUSIVE PARA O MERCADO DE HIDROGÊNIO VERDE

POR **ROBERTO ROCKMANN**



Um dos principais carros-chefes de investimentos no Piauí, o setor elétrico vem passando por uma transformação. Em 2001, quando o país enfrentou o maior racionamento de sua história, a matriz elétrica do Estado respondia por 0,2 GW de capacidade instalada. Já no ano passado, o Piauí registrou 6,7 GW de potência instalada, com 4,4 GW de usinas eólicas e 2,1 GW de usinas solares centralizadas, o que torna a matriz estadual a mais renovável do Brasil, com 99,75% de energia limpa. O futuro poderá ser promissor, em razão do potencial.

Localizado no Cinturão Solar, uma das regiões mais privilegiadas do mundo para a captação de energia solar, o Piauí possui uma irradiação média de 5,9 kWh/m² e cerca de 12 horas diárias de luz solar, superando a média de muitos países e de Estados brasileiros. Neste ano, o Piauí ocupa a terceira posição nacional em potência instalada de usinas solares fotovoltaicas centralizadas, atrás apenas de Minas Gerais e da Bahia.

No ranking das 15 usinas solares mais eficientes do Brasil, duas estão no Piauí. O Piauí também é privilegiado pela força dos ventos alíseos, que faz com que a eficiência das usinas eólicas opere com um fator médio de 38,6% — a média internacional é de 25%. Em junho, entre as 15 usinas



Fator de irradiação do Estado impulsiona a construção de grandes parques solares

eólicas do Brasil com maior fator de capacidade, quatro estavam no Piauí. A Ventos de Santa Angela 05, da Enel Power, liderava com 71,29%. “Os investidores estão buscando conhecer cada vez mais o potencial do Estado em energias renováveis e isso pode trazer investimentos em outras áreas relacionadas, como hidrogênio verde”, diz Bruno Casanova, superintendente de mineração e energias renováveis da Secretaria do Planejamento (Seplan).

Outra novidade é o lançamento da venda de energia solar por assinatura no Estado. “Iniciamos nossas vendas de assinatura no Piauí em abril de 2024. Contamos atualmente com mais de três mil Unidades Consumidoras (UCs) no Nordeste, sendo 1.106 no Piauí, o que reforça a relevância desse mercado para a nossa operação”, diz Liu Aquino, CEO da Echoenergia. O perfil dos clientes é diversificado: desde famílias, que encontram alívio significativo no orçamento com a economia de cerca de 20% na conta de luz, até pequenos negócios, que ganham competitividade e fôlego nas despesas do mês com a redução de até 15% nos custos de energia.

Há outros fatores incentivadores de negócios no Estado: a localização estratégica do Piauí, marcada por sua proximidade com Estados vizinhos e com o oceano Atlântico — o que facilita o comércio e a logística com outros Estados brasileiros e com a Europa —, e o fato de o Brasil estar despontando como potencial líder no avanço de hidrogênio verde. Isso porque mais de 80% da eletricidade do país é oriunda de usinas hidrelétricas, solares e eólicas — e a energia renovável responde por 70% do custo de produção do H2V. Para alguns especialistas, o combustível propicia uma dupla vantagem ao país: pode reduzir a sobreoferta de energia e tem o potencial de incentivar a neointustrialização rumo a uma economia de baixo carbono.

Em março, em Brasília, após aprovação do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE), foi assinada pelo vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, resolução que autoriza a instalação de projeto de hidrogênio e amônia verde no litoral do Piauí. O empreendimento, liderado pela empresa Solatio, pode representar um investimento de R\$ 27 bilhões e deve gerar cerca de três mil empregos diretos e indiretos. A planta terá capacidade para gerar 400 mil toneladas de hidrogênio e 2,2 milhões de toneladas de amônia verde por ano, voltadas principalmente para exportação à Europa. A previsão é que a usina entre em operação no segundo semestre de 2029, mas a capacidade plena será atingida apenas após a conclusão de todas as etapas, o que está previsto para 2031. Para produzir hidrogênio, a

Aquino, da Echoenergia: “1.106 das três mil UCs que temos no Nordeste estão no Piauí”



MAURICIO TABON / DIVULGAÇÃO

usina irá consumir 3 GW de energia, o triplo do que todo o Piauí consome.

Outra novidade que poderá chegar ao Estado é o armazenamento de energia. O avanço de fontes variáveis, como usinas solares e eólicas, tem levado empresas a investir em baterias que podem armazenar energia por algumas horas do dia. A empresa estatal China General Nuclear Power Group (CGN), que já opera no Piauí desde 2019, pode ampliar os investimentos no Estado. O memorando de entendimentos firmado com a CGN prevê investimentos em energias solar e eólica, além de uma usina de armazenamento de energia no Piauí. A CGN também vai desenvolver um projeto-piloto de geração termosolar, uma tecnologia que converte radiação solar em eletricidade por meio da concentração da luz solar para gerar energia térmica limpa.

O potencial contrasta com um desafio regulatório que não se refere apenas ao Estado, mas a todo o país. Desde o apagão de 15 de agosto de 2023, quando 30% da carga do país foi cortada, uma palavra se tornou comum nos diálogos de executivos do setor: curtailment, ou corte de geração de energia renovável. O imbróglia regulatório, que poderá movimentar bilhões de reais, envolve empreendedores, governo e consumidores. Se, de um lado, poderá criar conta a ser paga por consumidores, de outro, poderá trazer riscos para a expansão futura do parque gerador, com alta de custos. A questão terá de ser arbitrada pelo governo.

Desde agosto, o Operador Nacional do Sistema (ONS) trabalha com metas mais baixas de intercâmbio de energia entre regiões do que antes do apagão. Não é um problema brasileiro, mas mundial. O avanço das fontes renováveis faz com que o operador possa limitar a geração de usinas de fontes variáveis, por um certo período, a fim de manter a estabilidade à rede de transmissão. Isso tem criado prejuí-



Força dos ventos
alísios amplia
eficiência das
usinas eólicas
do Estado

71

zos para empresas que, por conta dessas medidas, devem reduzir a geração eólica e a solar. Levantamento da FSET Consultoria indica que, só em agosto de 2025, os cortes no Brasil chegaram a 22% da geração eólica e 37% da solar.

“Uma das razões para os cortes de energia são os problemas estruturais, principalmente por conta da sobreoferta em relação à demanda no horário de sol. E isso acontece, sobretudo, devido ao crescimento acelerado da geração distribuída, com demasiados subsídios, em um curtíssimo espaço de tempo. O próprio ONS tem realizado comunicações constantes sobre esse tema, apontando o risco futuro ao sistema, considerando que hoje não há como interromper a geração distribuída”, diz Aquino, da Echoenergia, cujo projeto solar de Ribeiro Gonçalves no Piauí registrou perdas de 43,5 GWh (32,5%) no segundo trimestre deste ano.

“Esse é um problema do país e que pode ter impacto sobre a atração de investimentos do Estado”, diz Casanova. Presidente do Consórcio Nordeste, o governador Rafael Fonteles (PT) é um dos porta-vozes que defendem uma solução para o problema. Com geração menor que a prevista por conta dos cortes, as empresas passam a gerar menos caixa e, em casos mais drásticos, podem atrasar compromissos financeiros. Estimativas de mercado apontam que os prejuízos podem superar R\$ 2 bilhões desde 2023. Além de uma solução de curto prazo, será preciso evitar que a questão se prolongue. Um dos pontos discutidos é o aumento da expansão da transmissão. Leilão que irá licitar linhas no fim deste ano deverá ter um dos lotes voltado para o escoamento da energia produzida no Estado. “Resolver estruturalmente o problema dependerá de elevar a demanda no país”, diz

Edvaldo Santana, ex-diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica. Uma das apostas do setor elétrico nesse sentido é, além de atração de investimentos em hidrogênio verde, na instalação de data centers no Brasil.

Na área de distribuição, o Piauí tem vivenciado uma nova realidade desde 2018, quando a distribuidora local foi privatizada e adquirida pela Equatorial Energia. Mais de R\$ 3 bilhões foram investidos na ampliação da rede. O número de subestações construídas ou modernizadas superou a marca de 50 obras. Serão investidos mais de R\$ 150 milhões na implantação de um sistema de fornecimento de energia elétrica para o polo agroindustrial de Uruçuí, no sul do Estado. A iniciativa busca suprir uma demanda histórica por energia de qualidade na região, abrindo caminho para a instalação de grandes empreendimentos industriais. **V**



ALIADAS DOS SERVIÇOS

INVESTIMENTOS EM TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL FAZEM O PIAUÍ DAR UM SALTO EM RANKING NACIONAL

POR **MARTHA FUNKE**

72

Inserir a transformação digital no programa de governo, como um eixo transversal para sustentar objetivos estratégicos e qualificar a prestação do serviço público, foi uma das decisões que permitiram o avanço do Piauí na seara tecnológica. Com a medida, o programa Piauí Mais Digital rendeu ao Estado o topo do ranking de oferta de serviços públicos digitais realizado pela Associação Brasileira de Entidades Estaduais e Públicas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Abep-TIC) neste ano. Outra aposta, inédita na seara tecnológica estadual, mira inteligência artificial (IA) e inclui, entre outras iniciativas, a criação da primeira IA centrada no português brasileiro.

A criação do Conselho de Transformação Digital, com participação de doze secretarias de Estado e presidido pelo governador Rafael Fonteles (PT), visou integrar planejamento, governança e alinhamento entre os diferentes órgãos para acelerar as políticas. A antiga Agência de Tecnologia de Informação (ATI) foi transformada na Empresa de Tecnologia da Informação do Piauí (ETIPI), sociedade de economia mista com mais autonomia administrativa e possibilidade de promover parcerias privadas para desenvolver soluções e sustentar a infraestrutura tecnológica estatal. A primeira secretaria de Estado do país voltada à IA — Secretaria de Inteligência Artificial, Economia Digital, Ciência, Tecnologia e Inovação (SIA) — foi criada em 2024.

O salto do Estado em serviços digitais reflete o esforço. Em 2022, o Piauí ocupava o último posto no Índice de Oferta de Serviços Públicos Digitais (IOSPD), elaborado pela Abep-TIC. Chegou ao terceiro lugar em 2024 e, neste ano, alcançou a primeira posição. Outro reflexo da corrida pela digitalização é a emissão de carteiras de identidade nacionais (CIN): com mais de 1,3 milhão de



DIVULGAÇÃO



Borges, da SIA:
projeto
SoberanIA
desenvolve
IA com dados
brasileiros
treinados
localmente



emissões, cerca de 40% dos piauienses, o Estado é líder nacional nesse quesito e deve ser o primeiro a atingir 100% da população com CIN, ainda neste ano — para tanto, o Estado aposta na instalação de pontos de atendimento e no uso da CIN como identificador para acesso aos serviços digitais.

Hoje, a oferta de serviços de 22 órgãos por meio das plataformas digitais Gov.PI Cidadão, que oferece 336 serviços, e Gov.PI Empresas, com outros 269 serviços, é sustentada pela plataforma estoniana de dados X-Road, uma espécie de “camada” de software que permite a troca de informações pela internet sem necessidade de banco de

dados centralizado, usada por mais de 20 países com versão de código aberto.

As duas plataformas somam mais de 2,8 milhões de contas e 23,5 milhões de transações, de 2023 para cá, para acessar serviços tão diversos como emissão de contracheques para servidores públicos, matrículas on-line, renovação de Carteira Nacional de Habilitação (CNH) — sem necessidade de ir ao Departamento de Trânsito (Detran) para obtenção de dados biométricos, extraídos da CIN — e emissão de certidão negativa da Secretaria da Fazenda. Os serviços são oferecidos de forma digital por aplicativo ou internet, com suporte dos 62 Espaços da Cidadania distribuídos pelo Estado, nos



Gera, da ETIPI:
na área de
segurança, o pro-
tocolo Cellguard
ajuda a recuperar
celulares
roubados

quais o cidadão pode acessar o atendimento de forma física.

Segurança e saúde estão entre os exemplos de impacto junto à população. O Cellguard, protocolo de recuperação de celulares roubados e furtados, usa dados das operadoras para mapear equipamentos, intima usuários via WhatsApp para esclarecimento e ajudou a fechar lojas que vendiam celulares furtados ou roubados, conta Ellen Gera, presidente da ETIPI, responsável pela sustentação da plataforma desenvolvida junto à Secretaria de Segurança.

O programa Piauí Saúde Digital oferece aplicativo para consulta de telemedicina com clínico geral com

disponibilidade ininterrupta, com ferramentas como IA para aferir pressão por imagem por meio da câmera do celular, enquanto a informatização de Unidades Básicas de Saúde (UBSs) trouxe equipamentos conectados para agilizar emissão de laudos, também com apoio de IA.

Os próximos passos, além de ampliar as ofertas, incluem proatividade, com uso de plataformas como WhatsApp para levar os serviços à população. Um dos exemplos será comunicar aos beneficiários do programa federal Gás do Povo seu direito a acessá-lo. Outros são o envio automático de diplomas de ensino médio às universidades escolhidas pelo estudante após o processo seletivo e a plataforma Primeira Infância, com 40 indicadores para acompanhar crianças até os 6 anos de idade, como a frequência à escola e o acesso a benefícios de assistência social.

Os avanços permitem ao Estado se tornar fornecedor de soluções para outras unidades federativas. O governo amazonense contratou a ETIPI para implantar o sistema de agilização de laudos no programa Amazonas Saúde Digital. Goiás fechou acordo para adoção do sistema de recursos humanos piauiense. O protocolo de recuperação de celulares foi cedido ao Ministério da Justiça e incorporado ao programa Celular Seguro.

Mas é no campo da IA que o Estado está dando um salto entre os demais. Um dos primeiros passos da SIA foi desenvolver o CapacitIA, programa de capacitação em ferramentas de IA, como ChatGPT e Gemini. Já foram formados cerca de 800 servidores públicos estaduais, aptos a usar IA para preparar documentos, analisar leis ou implementar comunicação, entre outras finalidades. A disciplina também se tornou obrigatória no currículo do ensino médio, depois do treinamento de 920 professores.

Neste ano, nasceu o projeto SoberanIA, que mira desenvolvimento

de IA com dados brasileiros treinados localmente. A base é um conjunto (dataset) batizado Jabuticaba, cuja meta é alcançar um trilhão de palavras (ou tokens) até o fim de 2026. “Estamos digitalizando relatórios e documentos para treinar o modelo de linguagem (LLM), já que as big techs usam principalmente inglês”, explica Fabbio Borges, diretor de desenvolvimento de IA da SIA. Os dados serão processados em supercomputador hospedado em data center próprio da ETIPI, outro quesito demandado para soberania e resiliência digital.

O novo LLM permitirá desenvolver também modelos de IA segmentados por temas, como meio ambiente ou turismo, por exemplo. Por ora, apoia o chatbot que orienta o registro de boletins de ocorrência (BO) via WhatsApp para crimes mais leves e a plataforma que conecta jovens em busca de tra-

↑
Barbosa, da
Bamex, que usa
IA para otimizar
rotas e consumo
de combustível

balho com oportunidades oferecidas no Estado.

Na área privada, a Bamex, especializada em gestão corporativa, é uma das empresas locais que investem em IA. Na sua plataforma de gestão de frotas, a tecnologia apoia manutenção preditiva, otimização de rotas e consumo de combustível, além de detecção de anomalia e fraudes. Na solução de gestão de compras, refinou a análise preditiva de preços e demandas e a seleção de fornecedores, e na de gestão de benefícios apoia personalização e detecção de anomalias, detalha o sócio Ricardo Barbosa. A empresa foi uma das selecionadas no Campus Party Piauí, no ano passado, para receber investimento de R\$ 200 mil, e está passando por processo de avaliação (valuation) para definir o percentual acionário correspondente ao aporte. ■



DIVULGAÇÃO

VIRADA DE JOGO

PROGRAMA PIAUÍ CONECTADO PROPORCIONA AO ESTADO UMA DAS REDES MAIS VELOZES DO PAÍS E EMPRESAS PRIVADAS AMPLIAM SERVIÇOS

POR CARMEN NERY

O Estado do Piauí — que já teve a pior banda larga do país — passou a contar com uma das mais rápidas graças à implementação do Programa Piauí Conectado. Iniciado em 2017 por meio da primeira Parceria Público Privada (PPP) de conectividade do país, o programa visou levar internet de alta qualidade a todos os municípios do Estado, com rede de fibra óptica de alta velocidade e wi-fi gratuito em espaços públicos.

Daniel Ialle, presidente da Piauí Link, diz que o backbone de fibra percorre seis mil quilômetros no Estado, em anel, com redes GPON (rede de fibra de alta velocidade) nas cidades. O backbone é suportado por um data center Tier III e uma rede DWDM (tecnologia de fibra óptica que combina até centenas de canais de comunicação) de 400 Gbps. “São mais de 3.150 pontos de acesso governamentais já conectados, levando internet de alta qualidade a serviços estratégicos do Estado. Somando o backbone e as redes GPON nos 224 municípios, são nove mil quilômetros de cabos. A meta é chegar a 11 mil quilômetros até o fim de 2026”, diz Ialle.

O Piauí ocupa a 18ª posição no Índice Brasileiro de Conectividade da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Dos 224 municípios, 80%



DNVULGAÇÃO

(181) têm infraestrutura de backhaul (redes metropolitanas de fibra). O Estado conta com teledensidade (número de linhas por cem habitantes) de 81,3% em telefonia móvel, com cerca de três milhões de acessos, sendo 2,8 milhões com banda larga móvel. Por tecnologia, são 2,4 milhões de acessos 4G e 332,3 mil linhas 5G. Ainda há 83,1 mil linhas de telefonia fixa, e a banda larga fixa soma 535,5 mil acessos.

As operadoras de telecomunicações têm investido na ampliação de serviços. Fabio Avellar, vice-presidente

de receitas da TIM Brasil, ressalta que o Piauí vem ganhando relevância na economia brasileira, mas ainda enfrenta desafios estruturais: “Em um Estado com ampla extensão territorial, temos que atuar de forma resiliente. Há dificuldade para a expansão da infraestrutura de fibra óptica, principalmente em áreas mais afastadas dos centros urbanos. Mesmo assim, levamos nossa banda larga fixa para Teresina, Parnaíba, Floriano e Piripiri”.

Em 2023, a operadora concluiu a implantação da tecnologia 4G em todos os 224 municípios, com 439 estações. Em setembro de 2022, lançou a tecnologia 5G em Teresina e já cobre todos os bairros da capital e mais oito cidades. “Cerca de 20% do nosso tráfego de dados no Estado já passa pelo 5G, um crescimento de 137%, impulsionado pela demanda dos usuários e por conectividade IoT”, diz Avellar.

A Vivo, por sua vez, soma mais de dois mil quilômetros de rede óptica em backbone, com presença em 204 municípios, cobrindo 96% da população do Estado. Já pela rede fixa de fibra óptica da Fibrasil, a cobertura alcança as cidades de Teresina, Picos e Parnaíba. A Claro informa que tem 1,29 milhão de acessos de telefonia móvel, considerando tecnologias 3G, 4G e 5G, cobrindo mais de 70% dos municípios piauienses.

↑
Ialle, da Piauí Link: primeiro Estado a ter sua própria rede de internet com links de 300 Gbps

Os avanços na conectividade, no entanto, não estão imunes a polêmicas. A PPP de conectividade se tornou um litígio entre o governo do Estado e a Globaltask, vencedora da PPP para implementação do sistema — a disputa em câmara de arbitragem começou em 2023. A PPP administrativa tinha prazo de 30 anos e valor de investimentos de R\$ 214 milhões para “construção, operação e manutenção de infraestrutura de transporte de dados, voz e imagem, incluindo serviços associados para o governo do Piauí”. O contrato foi extinto por caducidade, conforme o Decreto Estadual nº 22.785, de 26 de fevereiro de 2024, passando o Estado a assumir a prestação dos serviços por meio da empresa Piauí Link, uma subsidiária da Empresa de Tecnologia da Informação do Piauí (ETIPI).

Ialle, da Piauí Link, diz que, até 2015, o governo contratava conectividade das grandes operadoras para prestar serviços públicos, somando 160 contratos. Em 2017, o então governador Wellington Dias (PT) decidiu criar um cinturão digital próprio por meio de uma PPP administrativa, inicialmente para cobrir com fibra 101 municípios. Em 2021, o contrato de 30 anos foi estendido a todos os 224 municípios, ampliando o valor de R\$ 214 milhões para R\$ 396 milhões. Em janeiro de 2023, o novo governador, Rafael Fonteneles (PT), manifestou a intenção de rescindir o contrato.

“Mesmo o Estado sendo dono do backbone, o modelo de cobrança da PPP era por banda [link de acesso]. Com o novo governo, a política pública mudou para que o Piauí fosse o primeiro Estado do país a ter sua própria rede de internet com links de 300 Gbps e sem depender de empresas privadas. O investimento foi de R\$ 200 milhões, com economia mensal de R\$ 7 milhões”, diz Ialle.

No decreto de caducidade, o governo lista, entre outras razões para o



BRUNO BÉRIA / DIVULGAÇÃO

término do contrato com a Globaltask, “desvio das receitas acessórias”, “contratação de terceiros sem comunicação”, “ausência de transparência nos financiamentos realizados”, “dívidas tributárias” e “confusão patrimonial”.

Fernando Albino, advogado que defende a Globaltask, informa que o governo havia proposto à empresa reduzir o valor cobrado em 65% ou se retirar da concessão. A empresa não aceitou e recorreu à arbitragem (prevista no contrato) do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, que proferiu decisões favoráveis a ela. O governo do Piauí recorreu à Justiça, que suspendeu as decisões da câmara de arbitragem, decidindo a favor do governo, que decretou a caducidade da PPP.

“A arbitragem no Piauí não vale e o que ocorreu causou um enorme dano ao conceito de PPP por causa da insegurança jurídica. A caducidade só é prevista quando a concessionária tem problemas financeiros ou de má prestação de serviços. Nenhum dos casos procede. Entre 2018 e 2022, não houve nenhum problema técnico. A Globaltask instalou cerca de sete mil

quilômetros de fibra, ligou todas as unidades administrativas do Piauí, proporcionando melhoria da administração pública”, afirma Albino.

Sem receitas da PPP, a Globaltask entrou com pedido de recuperação judicial em junho de 2024, perante a 1ª Vara Cível de Cuiabá, abrangendo todo o grupo Hpar, do qual fazem parte a Globaltask e a SPE da PPP Piauí Conectado S.A. A decisão favorável à recuperação judicial saiu em março de 2025. Agora a Globaltask também planeja recorrer aos tribunais superiores — STJ ou STF — para ser ressarcida dos investimentos feitos entre 2018 e 2023. “Em valores atualizados, são R\$ 800 milhões”, diz Albino.

Víctor Hugo Almeida, presidente da Investe Piauí, considera que não houve danos à segurança jurídica das concessões do Estado: “Todo contrato de PPP é um contrato dinâmico. Na legislação se permitem os equilíbrios econômico-financeiros de certos contratos. Então, quando você não cumpre certos parâmetros, ou a mais, ou a menos, você chama para o reequilíbrio. O que ocorreu com essa empresa é que ela descumpriu o reequilíbrio econômico-financeiro. Ela não atingiu os critérios e queria que aumentasse a remuneração. Hoje, na Justiça, não há nada contrário ao Estado em relação a essa lide. A melhor leitura que se pode ter é observar como funcionam as outras PPPs, mais de dez, que estão funcionando sem qualquer problema”.

Almeida diz que o Estado é sério na fiscalização dos contratos, e que a empresa não cumpriu as metas e aumentou em três vezes a contraprestação financeira. “O Estado verificou que houve má-fé da empresa. Não sentimos que o cancelamento do contrato repercutiu negativamente. Depois disso foi feita uma parceria de 35 anos com a empresa de água e esgoto, como também a ampliação da PPP com a Transcerrados.”

↑
Avellar, da TIM
Brasil: cerca de
20% do tráfego
de dados da rede
no Estado passa
pelo 5G



/ INOVAÇÃO /

PARCERIA TRANSFORMA O ECOSISTEMA

NOVOS PROJETOS E STARTUPS SURGEM APÓS A UNIÃO DOS SETORES PÚBLICO E PRIVADO EM PROL DO EMPREENDEDORISMO E DA INOVAÇÃO

POR **ANA LUIZA MAHLMEISTER**

A integração entre governo, academia, setor produtivo e sociedade formam a base da cultura de inovação no Piauí, com resultados na formação de talentos e ambientes favoráveis ao empreendedorismo.

Programas do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) – com incentivos às pequenas e médias empresas e startups –, o Investe Piauí, o Piauí Instituto de Tecnologia (PIT), uma secretaria dedicada à inteligência artificial (IA) e o Tech Park são algumas das iniciativas

77



WALLACE / DIVULGAÇÃO



Vargas, do PIT: interesse em alta levou à criação de faculdade voltada à IA

em andamento com alto potencial de atração. “Um estudo do Sebrae aponta que Teresina está entre as dez cidades brasileiras com o maior número de startups”, afirma o presidente do Sebrae Piauí, Júlio Cesar Lima Filho.

Essa efervescência de projetos ligados à inovação, segundo Cristiano Vargas, presidente do PIT, é resultado da criação do conselho de transformação digital pelo governo do Estado e do Plano Piauí 2030, que priorizou a adoção de tecnologia no setor público em parceria com o privado. “Com o volume de projetos que começaram a ser apresentados ao PIT e ao Tech Park, surgiu a necessidade de criar uma faculdade de tecnologia e empreendedorismo e formar mão de obra para a indústria 4.0 que estava se estabelecendo no Estado”, afirma Vargas. Com recursos da Investe Piauí, o PIT criou em fevereiro de 2025 a Faculdade Estadual Piauí Instituto de Tecnologia, vinculada ao sistema estadual de educação.

Poucos meses depois, foram autorizados os primeiros cursos superiores: o Bacharelado em Inteligência Artificial e o Curso Superior de Tecnologia em Inteligência Artificial, que receberam mais de 1,1 mil inscrições. Desse total, 115 estudantes foram selecionados para o primeiro semestre. “Desde sua criação, o PIT já certificou mais de 700 pessoas em cursos de curta duração nas áreas de inteligência artificial e programação, incluindo tanto a população em geral quanto servidores públicos estaduais”, afirma Vargas.

A Investe Piauí, agência de fomento do governo, apoia a criação de hubs de inovação que, além de Teresina, alcançam o interior do Estado: Parnaíba conta com a Zona de Processamento de Exportação (ZPE) e o Hub2V é focado em energias renováveis. Outros núcleos estão sendo formados em Picos e Flo-



JÁ FORMAMOS CERCA DE 800 SERVIDORES, ALCANÇANDO 44 ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO

André Macedo | SECRETÁRIO DA SIA



DIVULGAÇÃO

riano, com infraestrutura, espaços para reuniões e mentorias.

Em fase de implantação, o Tech Park Piauí, cuja sede fica pronta até o fim do ano, conta com o apoio de mais de 50 instituições e empresas parceiras e quer atrair investimentos em áreas como govtech, saúde e biotecnologia, bioeconomia e agroindústria, energias renováveis, indústria mineral, turismo e economia criativa e inteligência artificial. Entre as empresas parceiras estão o Banco do Nordeste, Embrapa, Green Energy, G3 Telecom e Insolo. O Tech Park contará com uma unidade do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa) Tech Nordeste, com cursos de matemática, robótica e inteligência artificial, e no primeiro semestre de 2026 vai atender até 200 alunos.

“Para acelerar novos empreendimentos, o Investe Piauí apoia o Startup Piauí, que desde o ano passado recebeu 465 projetos das áreas de saúde, educação, gestão e agronegócio em 11 ciclos de aceleração de 30 municípios do Estado”, ressalta Vargas. Também com foco nas startups, o Laboratório de Inovação do Piauí (Lipi) seleciona soluções com o lançamento de oito desafios de inovação aberta propostos pelos órgãos públicos e empresas privadas, com a participação do Hospital de Olhos Vilar, GRede, Secretaria de Segurança Pública e a Prefeitura de Cristino Castro. Esta prefeitura foi a primeira do Estado a realizar uma compra pela Lei 182 (ou marco legal das startups) a partir do lançamento de um desafio de inovação aberta. “O Lipi desenvolveu um sistema de controle em tempo real das finanças públicas, que depois foi adquirido pela prefeitura por R\$ 700 mil”, destaca Vargas.

Outro eixo de inovação é o Sebrae, que em julho de 2025 promoveu no Estado o Nordeste On (Neon), que já

teve edições no Maranhão e na Paraíba, com 28 mil inscritos. “O Neon foi o maior evento já realizado pelo Sebrae, com expectativa de receber, durante os dois dias, dez mil visitantes, mas fomos muito além, com cerca de 30 mil pessoas circulando no evento”, diz Júlio Cesar Lima Filho, presidente do Sebrae Piauí. A exposição de startups foi um dos espaços mais visitados, com a participação de 200 empresas iniciantes, sendo 45 do Piauí, 142 dos demais Estados do Nordeste e 13 de outras regiões do país, com soluções principalmente nas áreas de saúde, educação e agronegócio. Foram realizadas 480 rodadas de negócios e de investimentos, das quais participaram startups, investidores-anjo, fundos de investimento e empresas como grupo Rede Mais, Boticário, Caixa Econômica Federal, Algar Telecom, Localiza, Unimed e FIP Nordeste Capital Semente. “Esses encontros totalizaram mais de R\$ 30 milhões de intenções de aporte e negócios prospectados, sendo R\$ 4 milhões desse montante voltados para startups do Piauí”, afirma Lima Filho.

Muitas startups se transformaram em pequenas e médias empresas a partir da participação dos fundadores em oficinas de aceleração do Sebrae, que apoiou seu primeiro MVP (Produto Mínimo Viável ou Minimum Viable Product, na sigla em inglês), conquistando parceiros e investidores e ultrapassando as fronteiras do Estado. Entre essas empresas está a ReCB, fundada em 2016 por Rodrigo Lima, que desenvolveu um sistema on-line de gestão de cobrança e pagamentos por meio de boleto e Pix para pequenas e médias empresas. Hoje, possui uma carteira de mais de R\$ 300 milhões em pagamentos realizados e 600 clientes atendidos em 22 Estados. “Tanto o Sebrae Piauí como o Sebrae Nacional



EXPOSIÇÃO DE STARTUPS ATRAIU 200 EMPRESAS INICIANTEs, 45 DELAS DO PIAUÍ

Júlio Cesar Lima Filho | PRESIDENTE DO SEBRAE PIAUÍ



DIVULGAÇÃO

são essenciais nessa história de sucesso com mentorias, consultorias, treinamentos e o programa de formação de empreendedores como o Empretec”, destaca Lima, da ReCB.

A FastZap também recebeu o pontapé inicial do Sebrae para desenvolver uma plataforma omnichannel de atendimento, automação e inteligência comercial que centraliza a relação com o cliente em um único lugar. Usando o WhatsApp por meio de uma interface de aplicação da Meta, reúne chat, bots, sistema de relacionamento com o cliente, agenda, campanhas segmentadas e dashboards de negócios para tomada de decisão, explica o fundador, Hadson Reis. A empresa nasceu em 2020, no auge da pandemia, atendendo inicialmente redes de agências de viagem como a CVC, e desde então expandiu para outros setores. “Hoje processamos mais de um milhão de interações por mês”, destaca Reis.

Outro exemplo é a Hausen, startup de gestão condominial. “O Sebrae nos ajudou a transformar o sistema que atendia um cliente em um produto vendável para todo um segmento de mercado”, afirma o fundador da Hausen, Luiz Raphael Tataia. A empresa recebeu investimentos de R\$ 300 mil do grupo privado ServFaz e ganhou dois editais, um deles da Startup Nordeste.

Como motor de inovação, a IA tem um lugar especial nas iniciativas de transformação digital do Estado com a criação, em abril de 2024, da Secretaria Estadual de Inteligência Artificial, Economia Digital, Ciência, Tecnologia e Inovação (SIA) para formar mão de obra e desenvolver ferramentas para os órgãos públicos. “Com um orçamento de R\$ 10 milhões, já formou cerca de 800 servidores, alcançando 44 órgãos do governo do Estado”, afirma André Macedo, secretário da SIA. **V**

79



/ SANEAMENTO /

80

PAULO MUNHOZ / DIVULGAÇÃO



CONSTRUINDO UMA NOVA REALIDADE

ESTADO ENCONTRA DESAFIOS ADICIONAIS PARA CUMPRIR METAS DO MARCO
LEGAL DO SANEAMENTO, MAS INVESTIMENTOS JÁ DÃO RESULTADOS

POR **VLADIMIR GOITIA**



←
**Estação de
tratamento da
Águas do Piauí,
que vai investir
R\$ 9,6 bilhões no
Estado**

Mudar o panorama do saneamento no Piauí e alcançar a meta de universalização dos serviços de água e esgoto prevista no Marco Legal do Saneamento exige enfrentar desafios estruturais, operacionais e sociais significativos, na avaliação de setores — tanto privados (concessionárias) quanto públicos (governo e prefeituras) — envolvidos na busca desse objetivo.

De acordo com o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SNIS ano-base 2023), 67,9% da população do Piauí tem acesso à água tratada e apenas 15,8% do esgoto gerado no Estado recebe tratamento adequado. Esses indicadores colocam o Piauí entre os Estados com piores índices de saneamento básico do país, onde a falta de acesso à água potável ainda impacta 16,9% da população brasileira e 44,8% não possuem coleta de esgoto.

“O quadro [no Piauí] exige uma ampliação acelerada da infraestrutura de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, especialmente em áreas urbanas e regiões de maior vulnerabilidade social, como a zona rural”, diz Renato Medicis, vice-presidente regional da Aegea, que em 2024 venceu a concessão dos serviços de saneamento nos 224 municípios do Estado por meio da Águas do Piauí.

Samuel Nascimento, secretário da Administração do Piauí, concorda que o Estado enfrenta índices críticos de cobertura em saneamento, especialmente no que se refere a esgotamento sanitário, por razões que combinam desafios históricos e estruturais. “A cobertura ainda é insuficiente e marcada por forte desigualdade entre áreas urbanas e rurais, já que em muitos municípios ainda não há infraestrutura adequada de coleta e tratamento de esgoto”, diz o secretário.

Vale ressaltar que o Piauí tem a maior proporção de população rural do país, com mais de 30% das pessoas residindo em áreas rurais. Soma-se a isso, segundo Nascimento, a necessidade de investimentos superiores ao que foi possível realizar ao longo dos anos. “Outro ponto relevante [nesse cenário] é a vulnerabilidade socioeconômica de parte significativa da população, que exige soluções adaptadas à realidade local e à capacidade de pagamento das famílias”, acrescenta o secretário.

Nascimento diz ainda que os desa-

fios no Piauí também estão relacionados ao seu território vasto e ao bioma caracterizado por altas temperaturas e escassez de água. Isso, segundo ele, torna as ações e metas de universalização mais difíceis de serem executadas de maneira equilibrada em todos os municípios, o que acaba elevando, sobretudo, os custos com investimentos em infraestrutura de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Na avaliação dele, esses fatores contribuíram para que os impactos sociais e de saúde pública fossem mais evidentes, já que a ausência de saneamento adequado está diretamente relacionada à incidência de doenças de veiculação hídrica. “Esses desafios explicam por que o Piauí ainda apresenta índices tão críticos, ao mesmo tempo que reforça a importância dos investimentos previstos para ampliar o acesso à água tratada e ao esgotamento sanitário em todo o Estado”, diz.

No ano passado, ao vencer a concessão, a Aegea informou que mais de R\$ 9,6 bilhões serão investidos ao longo de 35 anos de contrato na expansão de redes de abastecimento e esgotamento sanitário, além da modernização e implantação de novas infraestruturas. Desse montante, R\$ 5,8 bilhões devem ser aplicados nos primeiros dez anos, segundo Medicis.

“Além desses investimentos, outro aspecto decisivo para a mudança do cenário é a inclusão sanitária, com olhar ao atendimento às populações mais vulneráveis. Para isso, a estratégia da Aegea inclui instrumentos como a tarifa social e o programa Vem com a Gente, que realiza o mapeamento porta a porta de famílias em áreas de alta vulnerabilidade para inclusão no sistema e adesão a tarifas reduzidas”, explica o executivo.

Atualmente, nas operações da Aegea, mais de dois milhões de pessoas são atendidas com esse benefício, segundo Medicis. Ele explica que a con-



82

cessionária trabalha também nas obras de infraestrutura para ampliação do sistema de coleta e para o tratamento de esgoto. Com os investimentos previstos, a companhia informa que 99% da população dos 224 municípios do Piauí será beneficiada com água de qualidade até 2033 e 90%, com coleta e tratamento de esgoto até 2040. Segundo Medeiros, a Aegea, por meio da Águas do Piauí, já estruturou um plano de investimentos que serão aplicados em novas estações de tratamento de água e esgoto, ampliação das redes de distribuição e coleta, modernização de sistemas existentes e em ações voltadas à redução de perdas.

Mas não é apenas o Piauí que apresenta esse quadro, na opinião de Christianne Dias, diretora-executiva da Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon/Sindcon). Segundo ela, a região toda parte

de uma realidade imensamente desafiadora, embora a recente concessão dos serviços à iniciativa privada surja como um caminho para a mudança efetiva dessa situação.

“Até o final de 2025, quase R\$ 190 milhões terão sido investidos em todas as regiões do Piauí. Dessa forma, acreditamos que a entrada da empresa privada no setor de saneamento já está transformando as realidades nos municípios do Estado”, acrescenta Dias. Ela informa que, desde o início da operação definitiva em maio de 2025, já foram injetados R\$ 103 milhões para melhorias no abastecimento. Essa ação, segundo Dias, aumentou a produção de água no Estado em mais de dois milhões de litros/hora e promoveu mais de 13 mil intervenções emergenciais. A Águas do Piauí deve terminar 2025 com investimentos de R\$ 186 milhões.

“As expectativas são muito positivas. Realizamos um levantamento



Nascimento,
secretário da
Administração:
território vasto e
escassez de
água são desafios
adicionais

anual sobre os impactos da participação das empresas privadas no setor de saneamento básico e os números revelam que todas as regiões melhoraram seus índices”, diz a executiva. Neste ano, segundo Dias, Teresina se destacou na nona edição do prêmio Casos de Sucesso, promovido pelo Instituto Trata Brasil, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas.

“A Águas de Teresina conquistou o reconhecimento nacional pela segunda maior redução no índice de perdas de água, chegando a 24%. Para efeito de comparação, quando a concessionária iniciou suas operações, esse índice era de 68%. No esgotamento sanitário, os resultados são ainda mais expressivos”, diz ela. Teresina evoluiu de 19% de cobertura em 2017 para 59% em 2024. Dados da entidade mostram que o número de estações elevatórias de esgoto passou de 37 para 81, enquanto o sistema ganhou 29 estações de tratamento. “Hoje, a cidade já trata mais de 14 bilhões de litros/ano de esgoto”, acrescenta Dias. A Águas de Teresina também é uma concessão detida pela Aegea, que assumiu as operações de saneamento na capital do Piauí em 2017.

Sobre a proposta de incluir o Piauí no programa de transposição do rio São Francisco com o objetivo de levar água do Reservatório de Sobradinho para as bacias dos rios Piauí e Canindé, através do chamado Eixo Oeste, a Aegea informa que não está diretamente envolvida nesse plano, porém se coloca à disposição para colaboração no debate.

A Abcon-Sindcon, por sua vez, explica que a entidade acompanha de perto o debate com suas associadas. “A própria Aegea já disse estar à disposição para colaborar com a proposta. Assim, acreditamos que a viabilização desse projeto pode ser de grande valia para melhorar o acesso ao saneamento básico no Estado do Piauí”, afirma Dias.

O Ministério da Integração e do

Desenvolvimento Regional (MIDR) informa que os estudos de viabilidade técnica, econômica, ambiental e social do Canal de Integração do Sertão Piauiense (Cisp) foram iniciados em junho de 2025 e a previsão é de que durem em torno de 18 meses. A proposta visa levantar, compilar, analisar e gerar dados e informações concretas a respeito dos benefícios (sociais, ambientais, humanos e econômicos) resultantes e dos investimentos necessários para a implementação do Cisp.

Segundo a assessoria de comunicação do ministério, neste momento estão sendo conduzidas as etapas de diagnóstico da área de influência, que consiste no levantamento de informações sobre as características físicas da bacia. Os estudos que se desenvolveram até agora apontam para a importância da implementação do Cisp para o sertão piauiense.

“Nesses termos, a proposta de implementação desta obra ganha notoriedade por integrar importantes instrumentos de planejamento como o Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Piauí, bem como o Plano Nacional de Segurança Hídrica, como obra capaz de sanar déficits hídricos regionais, bem como induzir o desenvolvimento da região beneficiada”, diz, em nota, a assessoria do ministério.

O Cisp tem sido alvo de estudos desde a década de 1980. De acordo com a assessoria, a solução que será indicada como viável deverá apresentar impactos positivos no combate aos déficits hídricos e como indutor de desenvolvimento regional. Sobre a necessidade de investimentos, o MIDR informa que é cedo para citar valores, pois aspectos importantes ainda não foram completamente consolidados, a exemplo do traçado da infraestrutura, cuja seleção depende de diversas variáveis com elevados níveis de complexidade. Estimativas mais concisas serão obtidas ao fim do estudo, informa a assessoria. 



Dias, da Abcon-Sindcon: empresas privadas já estão transformando as realidades nos municípios



DIVULGAÇÃO



/ EDUCAÇÃO /

PROJETOS TRANSFORMADORES

POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA E ENSINO EM TEMPO INTEGRAL E PROFISSIONALIZANTE MELHORAM INDICADORES

POR **CARIN PETTI**

84

Kaynan Silveira, de 17 anos, começou em setembro o estágio numa empresa de software, com o objetivo de continuar lá no ano que vem, depois de concluir o ensino médio integrado ao curso de desenvolvimento de sistemas. Antes disso, aprimorou os conhecimentos de programação num colégio técnico dos Estados Unidos em um programa público de intercâmbio. Para Andrielly Fonseca, 16 anos, a viagem escolar tem outro destino. Sua turma do curso de energias renováveis vai visitar ainda neste ano usinas eólicas na região do Delta do Parnaíba. Outra aluna, Edla Oliveira, 17 anos, alterna a rotina entre a sala de aula, onde estuda administração de empresas, com a prática de jovem aprendiz, na expectativa de engatar um emprego depois de formada. Em comum, o trio frequenta escolas públicas do Piauí, Estado que há alguns anos chama atenção pela evolução dos indicadores de ensino.

“Mesmo com um contexto socioeconômico desafiador, o Piauí avança na aprendizagem dos estudantes”, diz Ivan Gontijo, gerente de políticas educacionais da ONG Todos pela Educação. Especialistas como ele destacam três fatores por trás da melhora: ensino médio integrado à educação profissional; período integral na escola; e foco na alfabetização, em regime de colaboração com os municípios.

Desde 2022, a parcela de estudantes no ensino médio que passa oito horas diárias na escola saltou de 21,5% para 78,8%. Para o primeiro ano, já são 100%. As matrículas do ensino médio integrado à educação profissional (cursos técnicos) saltaram de 17,8% para 60,7% no mesmo período e, no ano passado, segundo o último Censo Escolar da Educação Básica, o Estado foi líder nacional no quesito.

Entre as crianças, a fatia dos alunos alfabetizados até o fim do segundo ano do ensino fundamental passou de 37% para 59,8%, o que põe o Piauí à frente de outros Estados mais ricos, como São Paulo e Rio de Janeiro, segundo o indicador Criança Alfabetizada, do Ministério da Educação (MEC). A meta para este ano é chegar a 70% e, para 2026, superar o Ceará, há anos líder do ranking nacional, com 85%. “Alfabetizar na idade certa, na nossa visão, não é só a política educacional mais importante que existe, é a política pública mais importante que existe”, diz o secretário da Educação do Piauí, Washington Bandeira.

O Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa (PPAIC), inspirado no modelo cearense, foi lançado em 2021. Ele foca em treinamento de professores e gestores escolares, distribuição de material pedagógico, avaliações de proficiência de leitura, orientações sobre programas federais de apoio e metas educacionais, além da cessão de instalações para as escolas municipais. Os secretários dos municípios também participam, com encontros on-line próprios. “Aproveitamos a oportunidade



LETICIA SANTOS / ASCOM SEDUC

85

para trocar experiências e ver se estamos indo no caminho certo”, conta Renato Rômulo Bento, secretário de Educação de Belém do Piauí, município com cerca de 3,5 mil habitantes, baixo IDH e 100% das crianças alfabetizadas na idade certa pelo segundo ano consecutivo.

Já no ranking de desempenho do ensino médio, medido pelas provas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), o Piauí é o campeão do Nordeste e quarto colocado no Brasil. Bandeira atribui os bons resulta-

dos ao que chama de “superchoque da educação”, um conjunto de medidas inspiradas em outras experiências bem-sucedidas. Ele argumenta que, embora o Brasil invista em educação cerca de 6% do Produto Interno Bruto (PIB) – proporção semelhante à média da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) –, o desempenho do país em avaliações internacionais é muito inferior, e a solução é priorizar e universalizar o modelo vencedor de outros países, com escola de tempo integral, ensino



Bandeira, secretário da Educação: alfabetizar na idade certa é a política pública mais importante

profissional, inovação e fortalecimento da alfabetização na idade certa.

Na educação profissional, o governo busca alinhar os cursos às demandas econômicas do Estado, que estão principalmente nos segmentos de tecnologia e inovação, agrotécnica, energias renováveis, turismo, mineração, economia criativa, saúde e empreendedorismo.

“Existe no Estado a percepção de que a oferta de EPT é muito importante para inserção em cadeias produtivas de maior valor, desenvolvimento eco-

nômico e mais oportunidades para a juventude”, diz Gontijo. Foi justamente em busca de oportunidades que Andrielly se matriculou no curso de energias renováveis do Centro Estadual de Tempo Integral (Ceti) Professora Júlia Nunes Alves, em Teresina: “Escolhi pensando no mercado, pois aqui tem muita geração de energia solar e eólica”. No ano que vem, ela pretende se juntar aos colegas que desenvolvem o sistema de automação da horta, com irrigação acionada por sensores de umidade e alimentado por placas solares. A tarefa ganha eficiência com as aulas de inteligência artificial, obrigatória para todos a partir do nono ano.

Segundo a diretora da escola, Francineth Medeiros, 80% dos alunos formados vão para a universidade, geralmente conciliando os estudos com um emprego. Parte dos alunos já alia experiência de trabalho ao ensino médio: o Piauí tem cerca de três mil alunos monitores, que recebem bolsa mensal de R\$ 350 para ajudar os professores, e cinco mil estudantes que recebem a mesma quantia do governo do Estado para estagiar.

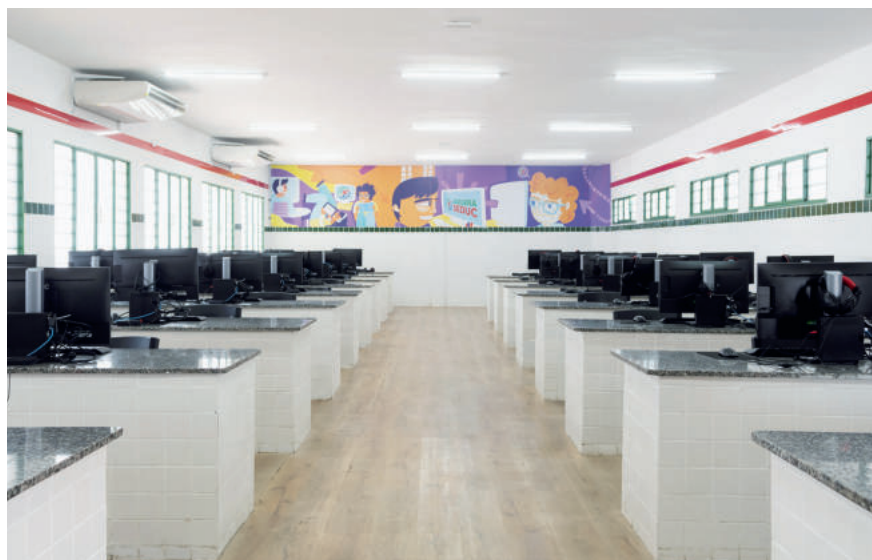
Há também aqueles que encontram estágios com a orientação de professores — caso de Kaynan, que termina neste ano o ensino médio no Ceti Paulo Freire, no município de Guaribas. Ele foi selecionado para estagiar na Caju TEC, empresa de software para gestão educacional pública, sediada a quase mil quilômetros de distância, em Parnaíba. Depois de formado, pretende combinar o estágio na empresa com os estudos de engenharia de software numa universidade. O trabalho com tecnologia escolar não será de todo novo. Foi com o desenvolvimento de uma plataforma de ensino que ele e quatro colegas de classe foram premiados, numa competição da rede estadual, com a temporada de um mês de estudos em Boston, nos Estados Unidos.

Também em busca de vivência profissional, outros cerca de dois mil alunos do Estado, como Edla, participam do programa Jovem Aprendiz, coordenado pela Secretaria da Educação e com bolsa paga pelas empresas. Ela passa três tardes por semana na unidade de Uruçuí da gigante do agronegócio Bunge junto com outros 11 colegas do Ceti Maria Pires Lima. “Lá, ganhei desenvoltura, aprendi a me comunicar melhor e a pensar em soluções em vez de problemas”, conta.

“Nas empresas, os alunos podem experimentar o que o mercado exige de seus profissionais”, diz a diretora da escola, Nucelina Brito, que também se empenha para mantê-los na escola. Vai atrás de quem falta às aulas, como fez em setembro com a jovem que, no terceiro ano, cogitou trocar a escola pelo namoro. “Fui até sua casa, conversei com a aluna e os pais, e ela se comprometeu em voltar aos estudos”, diz. “Se for preciso, volto para conversar com o namorado sobre a impor-

tância de terminar o ensino médio.” Adolescentes com filhos também são acolhidas. “Das quatro alunas mães, duas já trazem os bebês no carrinho para as aulas”, conta. “O importante é que sigam com a educação.”

Já para a população com 15 anos ou mais que não lê, o Estado ainda tem bastante a avançar. Com taxa de 13,8% de analfabetismo, só fica atrás de Alagoas (14,3%) e supera em mais de duas vezes a média nacional (5,3%). Para enfrentar o problema, a rede estadual lançou no ano passado um programa que tem como meta alfabetizar cem mil pessoas até o ano que vem, por meio de turmas específicas da modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos). Até o momento, cerca de 21 mil pessoas já se matricularam. Cada aluno que frequenta as aulas recebe R\$ 800, divididos em três parcelas, além de transporte e alimentação, como estímulo para aprender a ler, escrever e ajudar a tirar o Estado do topo do ranking do analfabetismo. ■



ROGERIO VIEIRA / VALOR



**Laboratório
do Centro de
Ensino de Tempo
Integral Cristino
Castelo Branco:
IA é matéria
obrigatória**



DIGITALIZAÇÃO REDUZ ESPERA

PROGRAMA QUE UNE TELEMEDICINA E ENTREGA DE MEDICAMENTOS MELHORA INDICADORES, MAS GERA DISCUSSÃO SOBRE VÍNCULO COM PACIENTE

POR MARIA LIGIA PAGENOTTO

87

A digitalização da saúde pública no Piauí transformou o modo como a população acessa o Sistema Único de Saúde (SUS). Consultas que antes exigiam viagens de centenas de quilômetros hoje podem ser realizadas pelo celular ou em unidades municipais conectadas a especialistas. Essa experiência, celebrada pelo governo estadual como uma virada de página, também provoca debates: ao mesmo tempo que acelera atendimentos, levanta questionamentos sobre o vínculo entre médico e paciente, o papel dos agentes comunitários e a atenção preventiva que sustenta a lógica do SUS.

À frente do programa Piauí Saúde Digital, o secretário estadual da Saúde, Antônio Luiz Soares, destaca que a iniciativa nasceu para dar resposta rápida a problemas históricos. “Antes, um paciente do interior esperava meses por uma consulta ou exame. Muitas vezes precisava viajar quilômetros para ir ao médico, gastando tempo e dinheiro e colocando a saúde em risco”, afirma. “O programa Saúde Digital, disponível por meio de aplicativo desde outubro de 2024, veio para romper esse ciclo, aproximando o especialista

INDICADORES DE ATENÇÃO

Ano	Cobertura potencial da atenção primária à saúde (APS) – %	Mortalidade materna (dados absolutos)	Mortalidade infantil (dados absolutos)	Hanseníase (novos casos/prevalência)
2020	96,19	1.165	628	556
2021	99,9	1.404	632	679
2022	96,52	1.171	666	754
2023	96,13	1.111	630	711
2024	95,83	1.107	547	701

Fonte: Datasus/Ministério da Saúde



DIVULGAÇÃO

88

do cidadão, mesmo que de forma virtual.” Atualmente, o programa contabiliza mais de 850 mil procedimentos em praticamente todos os 224 municípios piauienses, número que deve chegar a um milhão em breve. Exames que antes demoravam meses agora são entregues em até 30 dias e, em casos de urgência, os laudos ficam prontos em minutos, permitindo encaminhamento imediato a hospitais de referência.

A plataforma se apoia em dois pilares: teleconsultas em diversas especialidades — 12 áreas médicas e multiprofissionais — e centrais de diagnóstico integradas, que permitem a realização de exames nos municípios, com laudos enviados eletronicamente por especialistas. Para viabilizar o modelo, o Estado expandiu a rede de dados, equipou unidades básicas e treinou equipes locais. Segundo o secretário, a digitalização inclui ainda a entrega de medicamentos de uso contínuo em parceria com os Correios e um aplicativo 24 horas que conecta pacientes a clínicos gerais em até 20 minutos, inclusive de madrugada. “O celular virou a porta

de entrada para a saúde”, resume.

Outras ferramentas digitais reforçam esse ecossistema. O portal CredSUS, voltado ao registro e acompanhamento das demandas da saúde, tem sido apontado como responsável por ganhos de transparência e agilidade, permitindo à Secretaria de Estado da Saúde do Piauí (Sesapi) reduzir em cerca de 56% os custos nas compras de medicamentos. Já a plataforma Gov.pi Cidadão reúne mais de 40 serviços digitais na área da saúde, entre eles a solicitação de remédios de alto custo, a verificação de disponibilidade e o agendamento para retirada na Farmácia do Povo.

A modernização digital se soma à expansão da rede física. O subsecretário da Saúde, Dirceu Campêlo, lembra que hospitais de referência foram fortalecidos. O Getúlio Vargas passou a realizar implantes de marcapasso, hemodinâmica e transplantes e abriu serviços de neurofisiologia. A nova Maternidade Dona Evangelina Rosa consolidou-se como centro de referência para gestantes e bebês de alto risco, com Banco de Leite e casa de apoio às mães. As ci-

rurgias eletivas também cresceram: de 19,8 mil em 2022 para mais de 30 mil em 2024, com o tempo médio para realização caindo para 59 dias em 2025. “O esforço trouxe uma redução inédita na fila de pacientes, refletindo em avanços concretos na qualidade de vida da população”, afirma Campêlo.

Apesar dos números expressivos, a iniciativa desperta questionamentos. A presidente do Conselho Estadual de Saúde, Maria Elizabeth Queiroz Fernandes, afirma que o programa não foi discutido previamente com o colegiado, o que fragiliza o controle social, instrumento que garante que a sociedade possa acompanhar a execução de políticas públicas. “Conhecemos o Saúde Digital a partir do momento que todos conheceram, pela propaganda oficial”, diz a conselheira. “Ele tem seus méritos, mas precisamos avaliar se não quebra a atenção primária, que é a base do SUS.”

Segundo ela, a lógica territorial e o acompanhamento longitudinal das equipes de saúde da família correm o risco de ser enfraquecidos. “O trabalho preventivo, que constitui um dos pilares do SUS e do programa Saúde da Família, não pode ser feito pela saúde digital”, diz. Fernandes reforça que a saúde não se mede apenas pelo número de consultas, mas pela qualidade do atendimento e pelo vínculo com a comunidade, dado que não chegou até o Conselho.

A importância desse vínculo é enfatizada por Lysmara Pinheiro, integrante do Fórum das ONG/Aids do Piauí e conselheira no Estado com foco em HIV/Aids. Para ela, o modelo digital ajuda pouco em casos que exigem continuidade de cuidado e relação de confiança com o profissional. “O contato pessoal faz diferença. É muito difícil manter adesão ao tratamento de HIV se a cada consulta você fala com alguém diferente, muitas vezes de outro Estado, e que não conhece nossa realidade”, afirma. Pinheiro lembra

←
Para Soares,
secretário da
Saúde do Piauí,
programa aproxima
especialista
do cidadão

que o Piauí enfrenta crescimento da transmissão vertical de HIV e sífilis, associada à falta de pré-natal adequado em unidades básicas.

O professor Osmar de Oliveira Cardoso, pesquisador na Universidade Federal do Piauí na área de saúde coletiva, destaca que o SUS se estrutura a partir do território, da prevenção e da atuação constante de agentes comunitários. Para ele, a telemedicina pode ser uma ferramenta complementar, mas não substitutiva. “O agente que visita as famílias, conhece suas histórias e acompanha os pacientes ao longo do tempo é insubstituível”, ressalta. “Quando a lógica passa a ser apenas

atender mais gente em menos tempo, corre-se o risco de transformar a saúde em número, não em cuidado.”

O Piauí tem, há muitos anos, a maior cobertura de Saúde da Família do país — praticamente 100%, segundo dados do Ministério da Saúde. No entanto, Cardoso aponta contradições no atendimento. “A mortalidade infantil vem caindo, mas poderia cair mais; já a mortalidade materna continua alta”, afirma. “Além disso, vemos muitas internações por condições que poderiam ser resolvidas na atenção básica, como o diabetes.” Mesmo com cobertura praticamente completa, a qualidade do atendimento ainda não

acompanha esse avanço, segundo ele.

As críticas também se concentram na sustentabilidade do modelo. Fernandes questiona por que o Estado contratou uma empresa privada se o Ministério da Saúde já oferece o programa Telessaúde gratuitamente. O Tribunal de Contas do Estado abriu investigação sobre os valores pagos — em torno de R\$ 9 milhões por mês, segundo ela.

Segundo a Secretaria da Saúde, o Ministério da Saúde não dispõe de programa no mesmo formato. A versão piauiense, afirma a secretaria, foi criada para ampliar o acesso a consultas, exames e telelaudos em tempo real, aumentando o alcance da rede pública. Além disso, de acordo com a secretaria, o Piauí Saúde Digital conecta Unidades Básicas de Saúde (UBSs) no Estado, políclínicas, hospitais e centrais regionais de diagnóstico, garantindo maior agilidade e eficiência no atendimento.

Pinheiro cita ainda dificuldades práticas: consultas com especialistas de outros Estados que prescrevem medicamentos inacessíveis na rede pública ou com recomendações distantes da realidade local. “Um dermatologista me indicou um protetor solar de mais de R\$ 100, que não existe na farmácia popular, e me disse para evitar o sol — no Piauí isso é praticamente impossível, o que mostra a distância entre a tela e o território”, relata.

Do lado do governo, a aposta é de que os resultados falam por si. Segundo Soares, o Piauí hoje tem um dos menores tempos de espera para exames e consultas do país — dados do Ministério da Saúde revelam que a média é de 10,8 dias. Mas o secretário reconhece que a telemedicina não resolve todos os problemas. O Estado, afirma, segue investindo na formação de profissionais e em equipamentos. “Nosso objetivo com a saúde digital é que seja uma ferramenta complementar ao sistema, capaz de reduzir desigualdades e encurtar distâncias.” ■

Cuidado neonatal
na UTI interme-
diária da nova
Maternidade
Dona Evangelina
Rosa



ROGÉRIO VIEIRA / VALOR



/SEGURANÇA PÚBLICA/

TECNOLOGIA CONTRA O CRIME

ESTADO APOSTA NA VALORIZAÇÃO DAS FORÇAS POLICIAIS, NO USO DA INTELIGÊNCIA E EM APLICATIVOS PARA REDUZIR CRIMINALIDADE

POR **FATIMA FONSECA**

90

O Piauí tem registrado redução nos índices de mortes violentas intencionais, ante a uma realidade do aumento da criminalidade na região Nordeste. O resultado, diz Francisco Lucas Costa Veloso, secretário de Estado da Segurança Pública, é consequência da integração das polícias e do aperfeiçoamento de processos e controles no dia a dia.

Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública mostram que em 2024 o Piauí teve queda de 7,3% em mortes violentas, em relação ao ano anterior, o que representa uma taxa de 20,3 por 100 mil habitantes, inferior à taxa de 33,8 na região Nordeste. Houve redução também dos homicídios dolosos, de 7,9% no período, com taxa de 18,5 por 100 mil habitantes, inferior à dos vizinhos Maranhão (28,3), Paraíba (23,7) e Alagoas (32,7). A queda nos roubos de veículos foi de 25,1%.

Os resultados vieram mesmo com investimentos inferiores a outros Estados do Nordeste que têm populações de tamanho semelhante à do Piauí (3,2 milhões de habitantes). Em 2024, foi aplicado R\$ 1,7 bilhão em segurança pública, abaixo dos aportes na área de segurança registrados em Alagoas e Paraíba, com investimento de R\$ 2 bilhões cada um; Maranhão, R\$ 2,2 bilhões; Rio Grande do Norte, R\$ 2,4 bilhões; e Sergipe, R\$ 1,8 bilhão.

Veloso reconhece que o investimen-

to em segurança é baixo, mas diz que a valorização das forças policiais, o uso de tecnologia e inteligência são importantes. Cita o Lupa-App, aplicativo que permite aos policiais do Estado consultarem em tempo real dados de pessoas, veículos e celulares roubados, mandados de prisão, entre outros registros.

Em parceria com a Universidade Federal do Piauí (UFPI), a Secretaria de Segurança Pública desenvolveu o BO Fácil para ocorrências por meio

do WhatsApp. Pelo número 0800 086 0190, qualquer cidadão pode fazer um boletim de ocorrência. O serviço utiliza inteligência artificial (IA) para coletar dados, como a descrição dos fatos, data, local, envolvidos e objetos relacionados. Lançado em junho, o aplicativo tinha recebido quase oito mil ocorrências até o início de setembro. O BO Fácil oferece ainda acesso ao canal de emergência 190, com integração ao Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) e envio da localização pelo WhatsApp.

Criado neste ano dentro do projeto de videomonitoramento inteligente, o CICC opera com o Sistema de Policiamento por IA, apelidado de SPIA, integrando polícias militar e civil e bombeiros, com um efetivo de cerca de nove mil policiais. Antes, havia uma enorme deficiência no atendimento à população por meio do número 190 — de cada dez ligações, sete se perdiam pelo caminho. Hoje, 98% das chamadas são atendidas em até cinco segundos. A prioridade passou a ser a redução do tempo de resposta das viaturas e, posteriormente, do tempo de investigação dos crimes. Mais um CICC será inaugurado ainda neste ano, no litoral.

Outra iniciativa na área de segurança foi a criação do CellGuard para o rastreamento e recuperação de celulares roubados ou furtados. A tecnologia, integrada a sistemas policiais, operadoras de telefonia e bancos de

MENOS MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS*

Desempenho do Piauí em relação a outros Estados do Nordeste — por 100 mil habitantes — 2024

REGIÃO NORDESTE	33,8
Piauí	20,3
Alagoas	35,4
Bahia	40,6
Ceará	37,5
Maranhão	30,4
Paraíba	25,6
Pernambuco	36,2
Rio Grande do Norte	24,2
Sergipe	22,8

* Mortes Violentas Intencionais corresponde à soma das vítimas de homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e mortes decorrentes de intervenções policiais em serviço e fora. Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública



dados estatais, identifica o IMEI dos aparelhos e envia notificações via WhatsApp, otimizando o contato com vítimas e órgãos de segurança. A cada 2,7 aparelhos roubados ou furtados no Piauí, um é recuperado.

Para a cientista política Barbara Johas, da UFPI, as ações têm contribuído, mas é preciso mais investimentos. “Tem havido um esforço do governo em um investimento mais estrutural, logístico, de inteligência, com o uso de dados para mapear territórios para orientar as ações na prevenção ou no enfrentamento à criminalidade, e no efetivo. Mas a segurança é complexa e é preciso entender por que a criminalidade ocorre”, comenta. Ela entende que é preciso trabalhar com os aspectos sociais, além de combater pequenos furtos, o uso da dependência

química e a violência de gênero.

Na contramão dos avanços referentes às mortes violentas intencionais, o feminicídio no Piauí passou de 28 casos em 2023 para 40 no ano passado. Até agosto deste ano foram 29 assassinatos. “É uma questão estrutural, de machismo, de ausência de políticas nos municípios”, afirma Zenaide Lustosa, titular da Secretaria Estadual das Mulheres. Apenas 80 municípios, dos 224 do Estado, aderiram ao programa do governo que incentiva a criação de secretarias e outros organismos voltados ao combate da violência contra a mulher.

Segundo a secretária, 90% dos feminicídios ocorrem em municípios onde não existe política municipal voltada para as mulheres. “Estamos trabalhando para sensibilizar e articular esses espaços e para avançarmos na interiorização



Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) engloba ações das polícias militar e civil e dos bombeiros

da Lei Maria da Penha”, informa.

Para a professora da UFPI, os desafios são grandes e é preciso investir também nas ações sociais. “Quando a gente fala de gênero, é preciso fortalecer as ações voltadas para inserção produtiva das mulheres, acompanhamento e suporte psicológico e casa de apoio e abrigo”, aponta Johas.

No âmbito da segurança pública, outro desafio citado pelo secretário Veloso é a adoção de medidas para reduzir mortes no trânsito. “O transporte é um problema crônico. A falência de uma grande empresa de transporte incentivou o uso de motos e aumentou o número de acidentes. Teresina é a capital com mais moto por habitante”, comenta o secretário, que compara o trânsito da capital ao da Índia, país notório pelo caos nas vias. **V**



/SUSTENTABILIDADE/

A LUTA ENTRE A ÁGUA E O FOGO

ESTADO ESTRUTURA POLÍTICAS PARA REDUZIR VULNERABILIDADE AMBIENTAL,
MAS SOFRE COM PRESSÃO DAS QUEIMADAS E DO DESMATAMENTO

POR CLAUDIA PENTEADO

Entre a Caatinga e o Cerrado, com uma estreita faixa de litoral no Delta do Parnaíba, o Piauí reflete os dilemas ambientais nacionais. De um lado, programas de longo prazo, parcerias internacionais e uma aposta clara na transição energética. De outro, a permanência de vulnerabilidades históricas, como a dependência de carros-pipa, o avanço do agronegócio sobre áreas sensíveis e a invisibilidade da Caatinga. Entre a promessa e o risco, o Piauí busca construir respostas próprias para questões que estão no centro da agenda global: como conciliar crescimento econômico, preservação ambiental e inclusão social em um território de rica biodiversidade.

Neste ano, o Estado enfrenta a pior estiagem dos últimos oito anos, sendo que cerca de 80 municípios vivem situação de seca extrema, segundo a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh). Ao mesmo tempo, o avanço do agronegócio na região do Matopiba —fronteira agrícola formada por Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia — pressiona o Cerrado com desmatamento e queimadas, enquanto a Caatinga permanece invisível no debate nacional, apesar de sua relevância ecológica.

Além da estiagem, o Piauí também está sofrendo neste ano com o aumento da área queimada em relação a 2024 — ainda que em escala inferior aos anos de devastação extrema. Já foram queimados 171,9 mil hectares, ante os 120,4 mil de 2024, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Por sua vez, 2023 registrou 1,76 milhão de hectares queimados, o maior número em mais de uma década, segundo dados consolidados pela Semarh. Outros anos de devastação extrema foram 2012 (1,82 milhão de hectares), 2014, 2015, 2019 e 2021 — todos com mais de 1 milhão de hectares atingidos pelas chamas. Mesmo em anos de menor incidência, como 2011 (540 mil hectares), a escala se manteve elevada, indicando a recorrência do fenômeno.

O Piauí também sente a pressão por supressão vegetal decorrente da expansão agrícola. As autorizações de supressão vegetal (ASV) expedidas pelo Estado subiram de 87,2 mil hectares em 2023 para 175 mil hectares em 2024. Até julho de 2025, já são quase 124 mil hectares liberados para atividades que vão da agricultura e pecuária à mineração e projetos de energia renovável.

Aline de Araújo Lima, analista governamental e especialista em auditoria ambiental da Semarh, diz que o aumento das ASVs é proporcional à redução de desmatamento ilegal. Ela explica que as autorizações decorrem da análise de processos, compostos de estudos e docu-



Contraste entre
área queimada e
verde no entorno
do Parque Nacio-
nal da Serra da
Capivara

mentos que permitem inferir que a atividade pode ser implementada apesar dos impactos ambientais. Além disso, afirma que os detentores de ASVs devem cumprir uma série de obrigações e que há controle ambiental nessas áreas.

É nesse contexto que o governo estadual vem tentando estruturar respostas de longo prazo. A Semarh conduz dois programas que visam transformar a relação do Estado com seus recursos naturais: o Piauí Sustentável e Inclusivo (PSI) e o Pilares II, ambos financiados em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida) — o primeiro prevê investimento de US\$ 147,5 milhões e o segundo, de US\$ 62,5 milhões. São números robustos no papel, cuja efetividade dependerá da execução, da continuidade e da fiscalização.

O PSI atua em 138 municípios, majoritariamente no semiárido, e prevê até 2029 a recuperação de 599 hectares de matas ciliares e nascentes, a implementação de 133 planos de recuperação ambiental, a formação de quase seis mil jovens e professores rurais em educação ambiental e a inserção de mais de 2,2 mil produtores em programas de intercâmbio técnico. Também projeta viabilizar seis mil registros no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e implantar um sistema de monitoramento de eventos climáticos adversos. A meta mais sensível, porém, é atender diretamente 27.740 famílias com acesso à água por meio de cisternas, adutoras e barragens simplificadas, o que representa um salto qualitativo para comunidades historicamente dependentes de soluções emergenciais, como o caminhão-pipa.

Já o Pilares II concentra esforços no Cerrado e no litoral, com foco em segurança fundiária e manejo sustentável. Entre suas metas estão a recuperação de 140 nascentes, a validação de 25



INNOVAFOTOGRAFIA / DIVULGAÇÃO

mil registros no CAR, a elaboração de 12 Planos de Manejo Integrado do Fogo e a realização de 120 análises de qualidade da água. Um de seus objetivos mais ambiciosos é reduzir em 24% a área queimada em regiões prioritárias.

José Neto, auditor governamental e gerente de unidades de conservação da Semarh, enfatiza a necessidade de superar a lógica assistencialista que sempre marcou a política hídrica do semiárido: “O que o projeto traz é uma nova visão de Estado, em que a água não é só emergencial, mas parte de uma estratégia de sustentabilidade a longo prazo”. Ele lembra que barragens, adutoras e sistemas simplificados só cumprem seu papel quando acompanhados de educação ambiental e organização comunitária.

Essa dimensão também aparece no trabalho da Defesa Civil estadual. Werton Francisco, diretor de prevenção e mitigação da Defesa Civil do Piauí, destaca que o Estado está ampliando sua rede de monitoramento e prevenção de desastres e criando núcleos de proteção em áreas ribeirinhas por meio da Rede Colab, expandindo o

Francisco, da Defesa Civil: preparando as comunidades para agir antes que os desastres ocorram

programa Defesa Civil na Escola para mais cinco municípios e lançando o Municef, que integra a Defesa Civil à proteção da primeira infância. Para ele, o objetivo central é preparar as comunidades para agir antes que os desastres ocorram. “Não basta reagir, precisamos estar um passo à frente.”

Para Felipe Gomes da Silva, diretor de recursos hídricos da Semarh, o desafio passa por fortalecer a governança e o planejamento. Ele explica que o Plano Estadual de Recursos Hídricos foi atualizado no ano passado, indicando com clareza as deficiências e prioridades do Estado. “Em 2025, instalamos três comitês de bacias hidrográficas e estamos avançando para o quarto, de um total de 12, para garantir a participação da população nos processos decisórios. Também adquirimos dez estações agrometeorológicas para a região semiárida e fortalecemos a Sala de Situação, que monitora reservatórios, índices de chuva e condições hidrológicas em tempo real.” Esse monitoramento contínuo subsidia ações das secretarias.

A Defesa Civil do Estado reforçou a Operação Carro-Pipa, que atende dezenas de municípios. Segundo Yvana Dantas, diretora de resposta da Secretaria da Defesa Civil, a ação hoje pode ser executada com recursos estaduais ou federais. “Com recurso estadual, foram liberados R\$ 6 milhões desde abril, o que permitiu atender 54 municípios considerados críticos com o apoio de 184 carros-pipa.” A gestora lembra ainda que o governo estadual liberou recentemente mais R\$ 2 milhões para dar continuidade à operação, em paralelo às ações da Águas do Piauí, como a construção de reservatórios urbanos e a reativação de poços. Ao mesmo tempo, obras como a adutora de Jaicós, que contam com investimento de mais de R\$ 100 milhões e previsão de beneficiar mais de 20 mil pessoas, tentam reduzir a dependência histórica de soluções paliativas. ■



/MUDANÇAS CLIMÁTICAS/

COMO CONTER A ALTA DA TEMPERATURA

DESDE JANEIRO DESTE ANO, ESTADO CONTA COM BASE LEGAL PARA COMBATER OS EFEITOS DO AQUECIMENTO GLOBAL, MAIS INTENSOS NO SEMIÁRIDO NORDESTINO

POR **ANDRÉ TOMAZELA**

94

Em 2024, o planeta ultrapassou pela primeira vez o limite de temperatura de 1,5°C acima dos níveis do período pré-industrial, um indicador crítico para as mudanças climáticas, previsto apenas para 2030. A média anual de temperatura no Brasil foi de 25,02°C, marca 0,8°C acima da média histórica. Os reflexos se intensificam no semiárido nordestino, com estiagens prolongadas, chuvas concentradas e ondas de calor frequentes. No Piauí, o chamado B-R-Ó-BRÓ, entre setembro e dezembro, período mais quente do ano, começou antes do esperado em 2025, com temperaturas já acima da média em cidades como Teresina, Bom Jesus e Castelo. Segundo o Monitor de Secas, todo o Estado enfrenta o fenômeno, e municípios como Picos, Cristino Castro e Paulistana estão em situação extrema.

A baixa altitude, a posição latitudinal e as ilhas de calor em Teresina ampliam a retenção do calor e elevam a sensação térmica a 45°C. Os primeiros a sentir os impactos são agricultores que não dispõem de irrigação, moradores de periferias, mulheres, idosos e crianças, mais expostos a problemas de saúde e insegurança alimentar. O avanço do desmatamento pressiona os ecossistemas: em 2023, os municípios de Canto do Buriti e de Itaueira perderam 13.628 hectares de vegetação nativa, o equivalente a 40% da área de Fortaleza.



DIVULGAÇÃO



Araújo, da Semarh: reflorestamento é prioridade; meta é plantar quatro milhões de árvores em quatro anos

O enfrentamento à crise climática ganhou base legal em janeiro deste ano com a sanção da Lei nº 8.571, que definiu responsabilidades e diretrizes de prevenção e mitigação. A norma sustenta o Plano Estadual de Mudanças Climáticas, previsto para este semestre em parceria com a associação mundial ICLEI (Governos Locais para a Sustentabilidade). Com orçamento ambiental de R\$ 80 milhões anuais, a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh) prioriza o reflorestamento: a meta é plantar quatro milhões de árvores em quatro anos; até agosto, 2,8 milhões já haviam sido plantadas em áreas urbanas e de preservação.

Outra frente é o inventário estadual de emissões de CO₂, que identifica queimadas, transporte e indústria como principais fontes e orienta ações de prevenção. Além disso, a secretaria mantém uma sala de situação que emite alertas às cidades vulneráveis. “O objetivo é estimular os municípios a investir em proteção ambiental e se preparar melhor para o aquecimento global”, afirma o secretário, Felipe Araújo.

Uma das mais jovens do país, a Defesa Civil estadual passa por reorganização para atuar no ciclo da proteção. O órgão aposta em inteligência descentralizada, com a criação de 150 núcleos comunitários até dezembro de 2025 e um sistema de mapeamento de vulnerabilidades com dados nacionais e locais. Entre os avanços estão um curso técnico, novos alertas, um aplicativo e 22 estações pluviométricas previstas até 2026. “Nosso foco é a prevenção, mesmo com o desafio de fazer mais com poucos recursos: apenas 10% a 15% do orçamento é destinado a ações preventivas, quando o ideal seria 30%”, diz Werton Costa, diretor de prevenção e mitigação da Defesa Civil Piauí.

Segundo o último relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), parte dos impactos já é irreversível e o tempo

para evitar danos maiores ao sistema climático está cada vez mais curto. Para a climatologista Edivânia de Araújo, da Universidade Federal do Piauí (UFPI), esses efeitos já se manifestam no Estado. “Observamos a combinação de estiagens prolongadas, chuvas concentradas e ondas de calor que chegaram a ultrapassar 40°C”, relata.

Os reflexos atingem saúde e economia: o zoneamento agroclimático indica queda de produtividade e limitação de áreas aptas para culturas como caju e soja; multiplicam-se incêndios e enchentes em cidades sem drenagem. “A ciência mostra que já estamos no limite e que a adaptação precisa caminhar junto com a redução de emissões. Políticas públicas baseadas em evidências são essenciais para proteger os mais vulneráveis”, diz Araújo.

Segundo o MapBiomass, Ceará e Piauí foram os únicos Estados que não reduziram o desmatamento da Caatinga (no período de 2019 para 2020), 97%

↑
**Costa, da
Associação
Caatinga: o
bioma tem papel
estratégico no
combate às mu-
danças climáticas**

ligados à agropecuária. No Piauí, onde o ecossistema cobre 70% do território, 13% estão em desertificação avançada, com 47% da vegetação perdida e 89% da área já antropizada. Para a Associação Caatinga, a saída está em alternativas sustentáveis como a cadeia da carnaúba, que movimenta US\$ 110 milhões ao ano, e a meliponicultura da abelha Jandaíra, que gera renda e conserva espécies.

Daniel Costa, diretor-executivo da Associação Caatinga, ressalta que, embora a Caatinga ocupe só 10% do território nacional, ela responde por metade do carbono capturado no Brasil nos últimos anos. “Isso reforça seu papel estratégico no combate às mudanças climáticas”, afirma. Estudo do Instituto Escolhas mostra que restaurar um milhão de hectares exigiria R\$ 15,1 bilhões, mas geraria R\$ 29,7 bilhões e 460 mil empregos. “Sem floresta em pé, não há produção de água; sem água, não há desenvolvimento econômico”, conclui. ■



CARLOS BARBOSA / DIVULGAÇÃO



/DESERTIFICAÇÃO/

DIVULGAÇÃO

ESFORÇOS PARA REGENERAR A TERRA

INOVAÇÕES COMO O USO DE BIOFERTILIZANTE DE BABAÇU E DE UM HIDROGEL DE POLISSACARÍDEOS SÃO TESTADAS PARA RECUPERAR SOLOS

POR **ANDRÉ TOMAZELA**

Cerca de 62% do semiárido brasileiro já é afetado por processos de degradação do solo, aponta o Laboratório de Análise e Processamento de Imagens de Satélites (Lapis). Poucos lugares simbolizam esse avanço como Gilbués, no sul do Piauí, localizado numa área de transição entre Caatinga e Cerrado, de clima subúmido seco. Ravinas e voçorocas transformaram a paisagem, apesar da chuva anual de 800 a 1.200 milímetros, o dobro da média do semiárido, onde a fragilidade do solo e o uso predatório aceleraram a erosão.

No Estado, além de Gilbués, que tem 25% do território em processo grave de degradação e metade com algum nível de desgaste, cerca de 70 municípios estão em áreas suscetíveis à desertificação (ASD). Para enfrentar o problema, o governo promulgou em 2023 a Lei nº 8.095, que instituiu a Política Estadual de Combate à Desertificação e Recuperação de Áreas Degradadas, com planos regionais, reflorestamento e fortalecimento do Núcleo de Pesquisa em Recuperação de Áreas Degradadas (Nuperad), no município. “Nosso esforço é revitalizar o núcleo como espaço de referência para testar espécies nativas e frutíferas, em parceria com universidades e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (Fapepi)”, afirma Felipe Araújo, secretário estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Entre as inovações em curso estão um biofertilizante de babaçu, desenvolvido com a empresa Afert, e um hidrogel de polissacarídeos, fruto de pesquisa da Universidade Federal do Piauí (UFPI)



Área do Craúno, em Gilbués, marcada por voçorocas e erosão severa

e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Polissacarídeos. Ambos contribuem para aumentar a sobrevivência das mudas, seja pela melhoria da fertilidade ou pela retenção de umidade do solo em períodos de seca. Em experimentos do núcleo, agricultores que colhiam cerca de 500 kg/ha de milho passaram a alcançar de 3.500 a 5.000 kg/ha, mesmo patamar da média nacional. O plano inicial é recuperar 10 hectares, beneficiando de 300 a 400 famílias agricultoras em uma experiência que deve servir de modelo para outros municípios.

Em 2025, o Estado aprovou o Programa de Ação Estadual do Piauí (PAE-PI), que fixou a meta de recuperar 1.600 hectares até 2029, com foco no Núcleo de Desertificação de Gilbués, reconhecido pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) como a maior área contínua degradada do país. O núcleo alcança cerca de 15 municípios vizinhos, entre eles Barreiras do Piauí e Bom Jesus.

A degradação em Gilbués e em outros municípios piauienses resulta de séculos de uso da terra. Desde o século XVIII, a pecuária extensiva compactou o solo e ampliou a vulnerabilidade da região, chamada pelos povos indígenas de “terra fraca”. Para Francisco de Brito Melo, pesquisador da Embrapa Meio-Norte, embora Gilbués seja lembrado como símbolo da desertificação, tecnicamente o que ocorre ali é erosão severa e degradação de solos. “A remoção da vegetação nativa, que reduziu a cobertura arbórea a formas herbáceas, deixou o solo exposto e vulnerável às chuvas intensas, agravado por agricultura migratória, pecuária extensiva e extrativismo sem conservação”, explica. A Embrapa já realizou no Nuperad ações como plantio de espécies nativas, terraceamento e cobertura com graminhas, mas a falta de apoio técnico de Estados e municípios impediu a consolidação em escala.

Dalton Macambira, professor da UFPI, lembra que o município foi incluído nos anos 1970 entre os quatro núcleos de desertificação do Nordeste em estudos coordenados por Vasconcelos Sobrinho, pioneiro da ecologia no Brasil. “As cicatrizes no solo são visíveis até em imagens de satélite e transformaram Gilbués em referência negativa no Brasil e no exterior”, diz.

Essa herança histórica se soma a novas pressões: após a pecuária extensiva e a agricultura migratória, vieram a mineração de diamantes, engenhos de cana e, mais recentemente, a expansão da fronteira agrícola. Hoje, Gilbués é o quarto maior produtor de soja do Piauí, mas a degradação mais severa se concentra

no centro-sul, em áreas de agricultura familiar, onde os mais pobres acabaram deslocados para terras já desgastadas. “Essa sequência ampliou a pressão sobre uma região frágil por natureza”, conclui Macambira.

Para Brito Melo, o desafio maior está em transformar leis e tecnologias em resultados concretos. “O Brasil possui muitas normas, mas a dificuldade está na aplicabilidade. Sem assistência técnica contínua aos pequenos produtores, há risco de ficar no papel”, avalia. Práticas como piquetes de pastagens cultivadas, agricultura adequada à aptidão das terras e uso correto de insumos são centrais para elevar a produtividade sem desmatar novas áreas.

Melo, da Embrapa: maior desafio é transformar leis e tecnologias em resultados concretos

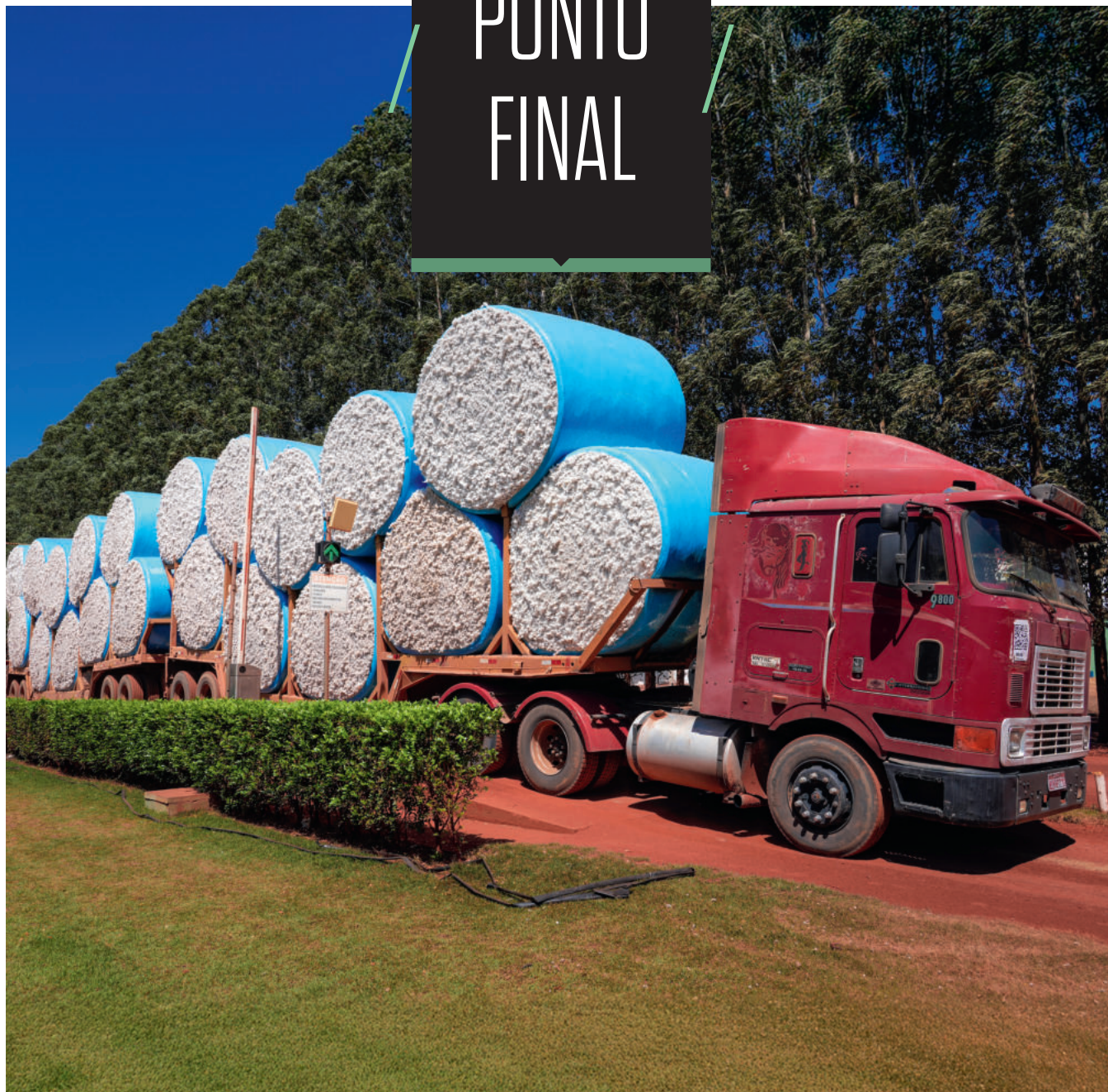




PONTO FINAL

FERNANDO MARTINHO / VALOR

98



PRODUÇÃO DOBRADA

As flores e as plumas de algodão vêm colorindo cada vez mais a paisagem do centro-sul piauiense. O plantio de algodão passou a ocupar 33,7 mil hectares em 2024/2025, dobrando os 16,4 mil registrados dois anos antes. Com isso, a produção da pluma avançou de 27,8 mil para 63,3 mil toneladas.

Somos amor que alimenta o Nordeste. E indústria que impulsiona a região.

A Granja Regina está cada dia mais presente no coração das **famílias nordestinas**.

Esse carinho que a gente recebe é o resultado de muito trabalho, visão de futuro e, claro, do nosso orgulho em levar o **Amor que Alimenta** para o Nordeste.



amor que alimenta



SEU INVESTIMENTO TEM LOCALIZAÇÃO CERTA

No **coração do Nordeste** e fazendo fronteira com cinco estados, o **Piauí** se consolida como um **hub logístico** natural para toda a região. Com **posição geográfica estratégica**, o estado oferece segurança, eficiência e escala para quem busca investir em um território rico em **recursos** e com um **governo inovador e digital** comprometido em criar as melhores condições para **novos negócios**.



Aponte a câmera do
celular para este
QR Code e saiba mais.



 InvestePiauí

 GOVERNO DO
PIAUI
AQUI TEM TRABALHO.
AQUI TEM FUTURO.